Antologia Portuguesa

PALADINOS DA LINGUAGEM

SEGUNDO VOLUME

2

LIVRARIAS AILLAUD E BERTRAND
PARIS - LISBOA

Ministério da Instrução Pública

SECRETARIA GERAL

Considerando que à excepção dalgumas raras jóias do património literário nacional, se não conhecem geralmente as obras primas da literatura portuguesa, muitas delas de difícil aquisição pela antiguidade ou raridade das suas edições;

Atendendo a que a *Antologia Portuguesa*, organizada pelo escritor Agostinho de Campos e publicada pela Livraria Aillaud, procura obviar àqueles inconvenientes, oferecendo ao público uma colecção onde fique arquivada a produção literária de muitos dos bons prosadores e poetas nacionais de todos os tempos e escolas;

Atendendo ainda a que a forma material como a *Antologia Portuguesa* é apresentada, a torna verdadeiramente agradável e atraente e, portanto, de fácil vulgarização e largo proveito educativo:

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministro da Instrução Pública, **que seja louvada a Livraria Aillaud** pelo seu patriótico empreendimento, em vista dos altos benefícios que essa casa editora vai prestar à divulgação das preciosidades da literatura nacional, com a publicação da *Antologia Portuguesa*.

Paços do Govêrno da República, 24 de Abril de 1920.—O Ministro da Instrução Pública, *Vasco Borges*.

Diário do Govêrno, II Série, n.º 98, 28 de Abril de 1920.

ANTOLOGIA PORTUGUESA

PALADINOS DA LINGUAGEM

SEGUNDO VOLUME

Printed in Portugal

Antologia Portuguesa

VOLUMES PUBLICADOS:

Manuel Bernardes, dois volumes.
Frei Luís de Sousa, 1.º vol. *(Vida do Arcebispo).*
Herculano, 1.º vol. (Quadros literários da história medieval, peninsular e portuguesa).
João de Barros, 1.º vol. (Primeira Década da *Ásia).*
Guerra Junqueiro, um volume.
Paladinos da Linguagem, 1.º e 2.º volumes.
Trancoso, *(Histórias de proveito e exemplo)*, um volume.
Fernão Lopes, 1.º e 2.º vol. *(Crónicas de D. Pedro e D. Fernando, Crónica de João I).*
João de Lucena, dois volumes.

VOLUMES NO PRELO OU EM PREPARAÇÃO:

Fernão Lopes, 3.º volume.
Eça de Queiroz, 2 volumes.
Paladinos da Linguagem, 3.º volume.
Augusto Gil, 1 volume.
Antero de Figueiredo, 1 volume.
Camões Lírico.
Heitor Pinto, Amador Arráiz, Damião de Góis, Sá de Miranda, etc.

LaPor. Gr
P1535

Antologia Portuguesa

organizada por

AGOSTINHO DE CAMPOS

Sócio correspondente da Academia das Sciências de Lisboa

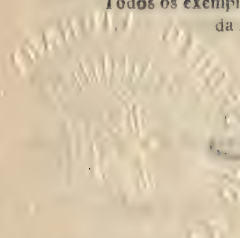
PALADINOS DA LINGUAGEM

SEGUNDO VOLUME

403751
10.6.42

LIVRARIAS AILLAUD E BERTRAND
PARIS-LISBOA
LIVRARIA CHARDRON | LIVRARIA FRANCISCO ALVES
PORTO | RIO DE JANEIRO
1922

Todos os exemplares vão rubricados pelo organizador
da ANTOLOGIA PORTUGUESA



Composto e impresso na TIPOGRAFIA DO ANUÁRIO COMERCIAL
Praça dos Restauradores, 24 — Lisboa

INTRODUÇÃO

O escritor que não conhece, não ama ou não respeita a sua língua, é já de si espectáculo grotesco: é um pintor sem braços, bom para pintar quadros nas areias.

AFONSO LOPES VIEIRA.

O prodígio da reprodução da nossa personalidade e da conservação da nossa língua a tão imensa distância de nós e em tão imenso território, tem de impor-se aos mais altos espíritos como prova actual, flagrante, da vitalidade da nossa raça. Fomos, às avessas da fábula, o rato que gerou a montanha.

ALBERTO D'OLIVEIRA.

A língua, instrumento sagrado do pensamento dos povos, deve ser religiosamente respeitada.

ANTERO DE QUENTAL.

Consideremos responsável da intranqüilidade pública quem quer que não corporize a ordem — a exactidão, a probidade — na prosa que escreve ou no verso que canta.

ANTÓNIO SÉRGIO.

Une langue bien faite n'a plus besoin de changer... On ne prétend l'enrichir, que quand on ne veut pas se donner la peine de connaître ses richesses.

ERNESTO RENAN.

INTRODUÇÃO

I

PRELIMINARES

Recebendo aliás com benevolência o nosso primeiro volume de *Paladinos da Linguagem*, disse o douto crítico da *Modern Humanities Research Association* (1) no número 13, correspondente a Janeiro de 1922, do *Boletim* da dita Associação:

«As transcrições são talvez excessivamente curtas *(over-short)*, mas êste será um defeito quási inevitável em volume tão pequeno, e que aspira a cobrir todo o curso da literatura portuguesa relativa ao assunto, desde que D. Duarte, rei de Portugal, escreveu nos princípios do século XV sôbre *a maneira para bem tornar alguma leitura em nossa linguagem*.»

(1) O sr. E. Allison Peers, prof. da universidade de Liverpool.

A verdade é que muitas dessas transcrições não podiam ser mais compridas, porque os escritores donde foram tiradas só acidentalmente, em breve período, simples frase ou rápida série de versos, se referiram à língua para a elogiar ou defender. Mas o nosso primeiro volume de *Paladinos da Linguagem* não aspirava a cobrir todo o curso da literatura portuguesa desde D. Duarte até hoje: na primeira página do respectivo prefácio, se é certo que o não acentuámos, dissemos contudo que aquela colecção abrangia apenas os escritores lusitanos — portugueses e brasileiros — já mortos. E logo adiante, a pág. XIII, mencionámos nada menos de doze dêsses mortos, que não tinham tido cabida no volume.

Hoje, animados pelo bom agasalho que da Crítica e do Público recebeu aquele volume, destinado a despertar na mocidade o amor e o culto da fala nacional, oferecemos-lhe segundo tômo de *Paladinos da Linguagem*, compondo-o não só com mais algumas transcrições de escritores falecidos, mas com uma série de trechos de poetas e prosistas contemporâneos e vivos.

Alonga-se agora a extensão dos trechos escolhidos, não só porque de facto o amor consciente da linguagem, e o seu comentário scientífico ou psicológico e estético, se teem desenvolvido entre os literatos mais modernos, senão também porque o

nosso plano se amplia e braceja mais à vontade, desde que, roto o apertado molde do volume único em que primeiro pensáramos, nos fica agora livre, e aberto pela simpatia do Público, o caminho para novas compilações do mesmo género.

Neste volume encontrará, pois, o Leitor, além dos hinos poéticos à linguagem, que são, por ex., os trechos de Antero de Figueiredo, António Cândido, Corrêa d'Oliveira, Augusto de Castro e Manuel Pinheiro Chagas; além das lições filológicas ou histórico-literárias de D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, de Fidelino de Figueiredo e de Rodolfo Dalgado; além dos conselhos de vernaculidade e purismo dados por Cândido de Figueiredo e Sousa Viterbo, e da troça aos excessos vernáculos feita pelo vernaculíssimo Latino — edificantes páginas de crítica literária, literário-social, linguística e pedagógica, tiradas de Teófilo Braga, de Luís António Verney, de Jaime Moniz, de Antero de Quental, de Afonso Lopes Vieira, de António Sérgio, de Alfredo Coelho de Magalhães; homenagens à língua comum, firmadas por ilustres escritores brasileiros, como Raimundo Corrêa, Coelho Netto e Afrânio Peixoto; e excelentes libelos de Sampaio Bruno, Alberto d'Oliveira e Carlos Malheiro Dias, contra certos assomos de mentalidade colonial tardia, que por vezes se manifestam no Brasil, aliás sem maior perigo do bom-gôsto e do bom-senso.

Como o anterior, também o presente volume de *Paladinos da Linguagem* suscita, a quem o ler com atenção e vontade de servir as nossas letras, uma longa série de problemas palpitantes. Como o anterior, também êste vai precedido de um prefácio em que, nos apertados limites de tempo, espaço e pequena competência de que dispomos, se ventila à pressa e sem pretensões um ou outro dêsses graves assuntos.

II

SENÕES

Com o seu livro *Antídoto da Língua Portuguesa*, belamente impresso na Holanda, escrito porém num estilo peganhento e oferecido a D. João V em dedicatória datada de Janeiro de 1710, queria António de Melo da Fonseca (pseudónimo de José de Macedo) introduzir na nossa linguagem, por decreto régio e a par de outros melhoramentos não menos arrojados, a substituïção radical dos ditongos nasais por outras formas mais próximas do italiano, do castelhano ou do latim.

Queria que disséssemos LADRONE e SERMONE, em vez de *ladrão* e *sermão;* IRMANO, VERANO e ESCRIVANO, em vez de *irmão, verão* e *escrivão*; MANHANA, LANA e ROMANA, em vez de *manhã, lã* e *romã;* MULTITUDE e INGRATITUDE, em lugar de *multidão* e *ingratidão.*

Segundo o seu voto depurador, *frouxidão* e *vastidão* passariam a ser FROUXIDADE e VASTIDADE; a *podridão* dir-se-ia PUTRÉDINE e a *cerração*

CALÍGINE; mas a antipatia dêste homem pelos ditongos nasais é tão feroz e absoluta, que nem sequer os tolera quando são átonos e, portanto, inofensivos.

Assim, abrangendo na sua tremenda reforma as flexões das 3.as pessoas do plural dos pretéritos (*levaram, cantaram,* por exemplo) António de Melo da Fonseca exige que passemos a dizer LEVÁRO, CANTÁRO — como aliás pronuncia ainda agora o povo rude lá do norte de Portugal. Os futuros e condicionais seriam, já se vê, mascarados de LEVARÁNO, CANTARÍANO, etc. Mas a sua fúria de «aperfeiçoar» a língua não parou aqui.

Queria também o erudito autor do *Antídoto* reformar o alfabeto, introduzindo letras novas; reformar a derivação, criando inúmeras palavras para exprimir tôdas as cambiantes possíveis do mundo objectivo e subjectivo; reformar a conjugação, dando aos verbos novos *modos,* e *tempos* variadíssimos. E acreditava êle, revelando-se neste ponto precursor dos fabricantes de *idos, volapüks* e *esperantos,* que, reordenada a nossa língua segundo os seus conselhos, por ordem do Snr. D. João V, todos os outros povos se apressariam a aprendê-la, assim enriquecida, depurada, e ao mesmo tempo simplificada — guiando-a às honras e proveitos de linguagem universal.

É curioso verificar que o Tempo, e a fantasia

dos escritores modernos, lhe fizeram uma ou outra vez a vontade, como quando, por exemplo, preguntava:

«Se é justo que de *cobiça* digamos COBIÇAR, ¿porque não será também justo que de *ambição* digamos AMBICIONAR? ¿E de *prosa* e *poeta*, PROSAR e POETAR?...»

*
* *

Para convencer o Snr. D. João V da necessidade de expungir da lingua portuguesa o **ão** e seus anexos ou derivados, conta José de Macedo no seu *Antídoto* a seguinte historieta muito ingénua, por êle considerada muito decisiva:

«Quando foi de Lisboa para Londres a rainha portuguesa D. Catarina, que lá casou com Carlos II, logo em chegando ao seu palácio se sentiu molestada da inclemência daqueles novos ares, menos benignos que os nossos e menos amigos da natureza humana; e esteve, por conselho dos médicos, alguns dias na cama, até que se acabou aquela moléstia.

«Assistiam-lhe com grande cuidado as suas damas e outras muitas senhoras, em-quanto S. M. se não via de todo restituída ao mais perfeito estado

* *

da sua saúde. E, preguntando-lhe uma delas se queria que lhe trouxessem um caldo de galinha, depois de ter feito mui boa diligência para saber fazer esta pregunta na nossa língua, respondeu-lhe a Rainha com esta única palavra:

«— **Não.**

«Ouvindo então esta resposta, aquela senhora, que a não entendia, disse muito admirada, voltando-se para as outras senhoras que ali estavam:

«— Ai, manas! ¿Que quer dizer aquilo? ¿Que palavrinha é aquela, tão grandemente feia, e tão pequenina? Eu não sei como cabe tanta fealdade em tanta pequeneza...

«E o espanto de tôdas as outras senhoras foi igual ao desta...»

Tão pueris como a historieta do bacharel José de Macedo são as razões que dá o Cavalheiro de Oliveira para concordar com a sua execração contra os ditongos nasais.

Êste detesta o **ão**, porque não encontra nos caixotins dos impressores de França as vogais com *til* na cabeça:

«Quanto aos vocábulos que acabam em *ão*, como *torrão, trovão, ladrão,* sou bem contra êles, porque não acho impressão que não duvide trabalhar nas *Memórias* que escrevo em português, por mêdo dêstes vocábulos; os quais, sendo sòmente usados

por nós-outros, não se acham nas impressões estranjeiras os **o o** com til por cima. Pode-se aqui imprimir em grego, alemão, holandês, italiano e francês, com muita facilidade; mas em portuguesão... *difficilem rem postulasti!*»

«*Portuguesão*» tem graça. Mas as razões do Cavalheiro de Oliveira são ridículas. Se se podia imprimir em grego e alemão, com alfabetos inteiramente diferentes, a culpa de se não poderem tipografar o **a** e o **o** com til não estava de-certo no til. E se nós devêmos alterar a nossa língua para que os impressores estranhos a imprimam fàcilmente, o bom remédio, tolo mas radical, é mudarmos de língua...

*
* *

A má fama de que secularmente tem gozado o nosso pobre ditongo **ão**, é com certeza obra dos estranjeiros que pela primeira vez se defrontam com a língua portuguesa.

Digo isto instruído pela minha própria experiência, pois bem me lembro de quando, sendo mestre de português em Hamburgo, os meus discípulos alemães me assediavam com a fealdade do **ão** e sobretudo do **ões**.

Êste **ões** era-lhes particularmente embirrativo, porque somava ao «feio» ditongo nasal o feio **ch** dos plurais portugueses; mas nunca me foi difícil demonstrar aos críticos que a sua crítica era filha, em grande parte, da ignorância, da irreflexão e da imperícia.

Para estudar êste assunto e apurar o que há de justo em semelhantes queixas, importa não cairmos no êrro que já vem de Duarte Nunes de Leão, misturando com os ditongos nasais as vogais nasais simples *an, en, in, on, un*. Estas não são especialidade do português e do galego, como impensadamente disse o nosso velho gramático: existem nas línguas mais famosas, tanto latinas como germânicas; sendo de notar que o alemão, o francês e o próprio *doce* italiano, nasalizam ou proferem algumas delas muito mais fortemente do que nós. Basta comparar o alemão *ganz*, o francês *déception* ou *étonnant*, o italiano *piangere*, com os nossos *plantar, jantar, bom*, etc, da pronunciação média portuguesa, que não é de-certo a de Entre-Douro-e-Minho.

Caracteristicamente portugueses são-no apenas os três ditongos nasais ÃO, ÕE e ŨI. O ditongo ÃE ou ÃI *(mãe, caĩbra)* existe também em francês, aliás muito mais fortemente nasalado, quási sempre, do que nós o proferimos.

Restam, portanto, apenas ÃO, ÕE, e UĨ. Mas como

êste último é raríssimo, pois só aparece em *muito*, e em certas pronunciações não muito correctas de algumas outras, muito poucas, palavras (*moínha, estremunha,* etc.,) pode bem dizer-se que o corpo de delito se encontra reduzido aos dois primeiros.

Ora êsses, sim, que são bem portugueses, e com duas terríveis agravantes da sua fealdade, se fealdade existe.

A primeira agravante é a da abundância ou freqüência; a segunda, a do carácter de elementos tónicos das palavras, com que se nos apresentam a cada passo, e donde resulta que, proferidos mais demorada, e portanto mais claramente, o **ão** e o **ões** fazem largo, vistoso e teimoso estendal da sua tão contestada formosura.

Cedo veremos que os dois diabos não são, apesar de tudo, tão feios como os teem pintado.

*
* *

Preocupado com a fealdade do nosso ões, resolvi fazer esta experiência: abrir ao acaso dois ou três livros de bons escritores portugueses, e vêr a figura que faria em vinte linhas de prosa de cada um dêles o malsinado ditongo.

Tirando primeiro da estante o 5.º volume da

História de Portugal, de Herculano (edição de 1916) li o seguinte, a pág. 78 e 79:

«Perdidas as esperanças de recobrar o poder, Sancho preferiu o destêrro a viver obscuro na pátria debaixo do jugo de seu **irmão**, sorte que o papa lhe destinava com bárbara piedade. Escolhendo Toledo para residir, aí veio a falecer (janeiro de 1248) na mesma idade, aproximadamente, em que Afonso II deixara de viver. Nos primeiros anos do seu govêrno tinha êle feito um testamento no qual, seguindo o uso dos reis anteriores, ordenava a **sucessão** da coroa. Agora, porém, êsse diploma era inútil. Nos paços do arcebispo de Toledo, onde o aguardava a hora fatal, dispôs dos poucos bens que lhe restavam; e é digno de reparo que neste acto solene apenas se achassem presentes o chanceler Durando Froiaz; doze cavaleiros assaz distintos, para confirmarem o testamento; e quatro frades: dous dominicanos, um dos quais confessor do rei, e dous franciscanos de Toledo. Nada mais restava da sua brilhante côrte ao pobre foragido, sendo sobretudo notável a ausência de Martim Gil de Soverosa, que talvez o houvesse já abandonado.»

Temos, pois, vinte e duas linhas onde o ditongo **ão** apenas aparece duas vezes. E seguem-se no

texto mais onze linhas em que êle não surge uma única vez.

Verificado isto, tomei da prateleira as *Notas Contemporâneas*, de Eça de Queiroz (edição de 1909) e deixei o livro abrir-se à sua vontade na pág. 121. Saltou-me logo aos olhos o parágrafo que começa *Para dizer tão sublime conflito;* e li primeiro sôfregamente, e depois com vagarosa e atenta honestidade, as vinte oito linhas de que êle se compõe. O ditongo nasal só ali aparece uma vez com carácter tónico, na palavra *questão*; mas repete-se quatro vezes, *três destas numa seqüência artìsticamente propositada,* como elemento vocálico de monossílabo TÃO, que é átono e que aliás muita gente pronuncia e escreve *tam.*

Não será de-certo fácil repetir muitas vezes esta experiência com resultados assim favoráveis. Mas, quanto a mim, fiquei convencido de que, por muito feio que seja o **ão**, intrometido e teimoso não é êle, afinal, tanto como me fazia temer a sua secular má fama. O que é preciso, antes de mais nada, em português como em qualquer outra língua, é querer e saber escrever bem...

*

* *

Havia no meu tempo de Coimbra um lente de Direito fisicamente desastrado, a quem Deus não

dera superioridade intelectual compensadora da sua aparência risível:

> Se virdes um homem de pernas mui altas,
> Os olhos em guerra, com cara de mau,
> Prostrai-vos de rôjo, beijai-lhe as sandálias,
> Que é Pedro Penedo da Rocha Calhau...

Atribuía a implacável crueldade dos rapazes tôda a sorte de disparates ao pobre Pedro Penedo — de seu verdadeiro nome Pedro Augusto Monteiro Castelo Branco — e como sua vogava também entre êles a seguinte lenga-lenga, pretensamente ouvida na aula de História do Direito Português:

«Duarte Nunes de LEÃO fêz uma COMPILAÇÃO de tôda a LEGISLAÇÃO publicada depois da ORDENAÇÃO.»

A origem dêste CENTÃO encontra-se a pág. 130 de um compêndio aliás bem escrito e muito bem organizado: o *Ensaio sôbre a história do govêrno e da legislação de Portugal,* por M. A. Coelho da Rocha. E o que tal caricatura demonstra não é a fealdade do **ão,** nem a sua atravancadora monotonia, senão a conveniência que todos temos e que

muitos, Deus louvado, praticam sem custo, de falar ou escrever agradàvelmente.

Repetido sem cautela nos finais de cláusula ou de qualquer membro de discurso, em modo e lugar em que seja necessário acentuá-lo fortemente, certo é que o ditongo nasal fere a vista ou o ouvido, e desagrada ao leitor ou ao ouvinte. Isto, porém, acontece com êle e com qualquer outro som dos que na nossa língua mais freqüentes aparecem nos finais das palavras: — *ade, ado, ada; mento* e *mente; ar* e *êr*, etc. — e que perfeitamente arruma e tempera todo aquele que escreve ou fala bem, por sciência ou por instinto, com cuidado ou com bom gôsto.

A êste respeito nada temos que invejar das línguas alheias, antes nos é lícito orgulhar-nos da variedade abundantissima de som que tem a nossa, e em que a não excede qualquer das de maiór prosápia e fama.

Pobre, miseràvelmente pobre de sons, é o francês, tão nosso amado e venerado. Êsse reduziu a palavras agudas quási todo o seu vocabulário; e quási todos os seus sufixos e desinências a uma ladainha que não passa de *é (ée, er, et, ez)*, de *è (ès, ai, ait, ais)* de ON *(on, ont, ond)*, de *œ (eut, eux, œ)* de *ô (ot, eau, aud, auld, aux)* e de AN *(an, en, and, ans, ant, end)*...

Abra o leitor o livro francês que quiser, na

página que quiser, e ao fim de poucas linhas sentir-se há afogado no dilúvio do é e seus parentes. A todo o passo frases como estas: *laissez la société marcher*; *si vous vous adressez au chrétien, asseyez-vous, nous allons causer*; *je ne veux pas, je ne peux pas insister plus longuement, puisque le temps a si vite passé*; *nous assistons à la création*; *je voudrais désormais*; *seulement un moment* — a cada passo, frases como estas tornarão o leitor nostálgico, e ao mesmo tempo orgulhoso, da polifonia da nossa bela língua.

Mas, para que não se diga que aquelas frases foram por mim escolhidas a dedo, abra o leitor *na primeira página* o *Lys Rouge* (de Anatole France), que é *o melhor livro* do *maior estilista francês contemporâneo*. Já uma vez apresentei êste mesmo trecho, para mostrar a monotonia resultante da repetição do pronome sujeito (1). Vamos encará-lo agora pelo aspecto da persistência do som de é e seus afins:

«**E**lle donna un coup d'**œ**il aux fau**teuil**s assem**blé**s devant la chemin**ée**, à la table à th**é**, qui brill**ait** dans l'ombre, **et** aux grandes g**e**rbes pâles d**es** fl**eur**s, montant au-dessus d**es** vases

(1) No primeiro vol. de *Paladinos da Linguagem*, pág. XLVI.

de Chine. Elle enfonça la main dans les branches fleuries des obiers, pour faire jouer leurs boules argentées. Puis elle se regarda dans une glace avec une attention sérieuse. Elle se tenait de côté, le cou sur l'épaule, pour suivre le jet de sa forme fine dans le fourreau de satin noir, autour duquel flottait une tunique légère, semée de perles où tremblaient des feux sombres. Elle s'approcha, curieuse de connaître son visage de ce jour-là. La glace lui rendit son regard avec tranquillité, comme si cette aimable femme, qu'elle examinait et qui ne lui déplaisait pas, vivait sans joie aigüe et sans tristesse profonde.»

Note-se que não foram marcados os ee mudos, nem as vogais nasais. Estas últimas pululam também aqui em cima, nas suas formas gráficas variadas, mas fonèticamente monótonas (*an, ain, ans, ant, en, em,* etc).

*
* *

Devem aqueles que nunca pensaram no funcionamento prático das línguas e na faculdade que lhes assiste de arredarem por instinto o que é di-

fícil, áspero ou desagradável de proferir, ter em vista o seguinte: que o nosso ditongo nasal **ão** deixa de ser ditongo, deixa de ser nasal, e deixa de ser **ão** — quando não é acentuado.

Tôda a palavra de uso muito freqüente, todo o vocábulo de simples relação, desprovido de importância normal ou ocasional, tende a retrair-se, a ser engulido em vez de proferido.

Amostra frisantíssima desta lei filológica temo-la nós nas palavras *senhor* ou *senhora*, muito usadas na alocução, e que a linguagem oral foi desfazendo e esboroando, até reduzi-las a quási nada, pois muitas vezes nos limitamos a proferir-lhes a consoante inicial:

S'nhor José, s'or Francisco, s'r' Ana, s' Manuel, s' Maria.

No Brasil tomou esta simplificação outros caminhos *(seu, nhô, nhá, nh')*; mas lá está, para confirmar a regra. E a regra é que o português, mais que nenhuma outra língua moderna europeia, foge a tôda a aspereza e execra tôda a monotonia.

Basta dizer-se que somos nós os herdeiros quási únicos da mãe latina, no tocante ao seu costume de formar a afirmação com o verbo da pregunta, o que nos livra da emissão de *sins* em jacto contínuo. *(Tu veux? Oui. Tu peux? Oui. Tu viens? Oui.*

Em português: *Queres? Quero. Podes? Posso. Vens? Vou.)*

E assim é também que, ao proferirmos as palavras *não, tão,* e outras de uso amiüdado, onde aparece o ditongo nasal, assim como tôdas aquelas que o teem por desinência, quer substantivos, quer verbos, atenuamos a nasalidade a ponto de a transformarmos, invertidamente, num ciclo mais gutural que nasal.

Aliás a nossa nasalização, mesmo tónica, faz-se com pouca despesa de nariz. Ignoro o que ela fôsse nos dias remotos de Duarte Nunes; mas não creio que no século XVIII, quando José de Macedo deu à luz o seu indigestissimo *Antídoto,* fôsse já muito útil pensar nisso. É possivel que o **ão** se esteja suïcidando lentamente, por um processo de degenerescência gradual. Certo e seguro, porém, é que as críticas estranjeiras se baseiam na regra de que o *bom nasalizador por si julga.* Os estranjeiros, principalmente os Franceses, *n'y vont pas par quatre chemins,* quando metem o nariz na pronúncia. Nós, ao contrário, somos narigudos mais nominais que efectivos, mais de fama que de feição.

Se as grafias espelhassem com rigor a língua oral, creio bem que o nosso *til* já poderia substituir-se, em muitos casos, pelo mero acento circunflexo, — ou pelo acento agudo em certas palavras,

como *amanhã,* que tôda a gente profere *amanhâ,* ou *amanhá.*

*
* *

Combinado com o *ch, ch* dos plurais, o ditongo nasal português é um horror...

É, com efeito: mas é um horror que só existe na pronúncia horrível dos estranjeiros imperitos.

Supoem estes, quando começam a aprender a nossa lingua, que os plurais portugueses acabam todos em *sh* ou *x (cásash, pórtash, díash = casas, portas, dias).* Ignoram que em *casas altas,* o *s* final vale *z;* em *portas de ferro* vale *j,* e que em *dias santos* não vale nada. E como ignoram isto e o resto, e como acabaram de aprender mal a proferir o ÃO e o ÕE, exagerando-lhes comicamente a fealdade e a dificuldade, nada mais natural do que a sua estranheza, e até apavoramento, ante fenómenos glóticos como **leõeche, pavõeche,** pavorosamente nasalados e chiados, por sua própria culpa dêles, estranjeiros.

Nós mesmos, se por caso ou profissão tivermos de lecioná-los a tal respeito, nos surpreenderemos muitas vezes a achar o **ões** medonho, pois a neces-

sidade de exagerar para ensinar, ou a própria circunstância de aparecerem isolados os exemplos, ou de os desterrarmos ocasionalmente do contexto, os põe em foco numa forma insólita, nada natural e quási monstruosa.

Tomados assim, como fetos de museu em frascalhões cheios de álcool, os factos da língua surgem diante de nós como nunca os impõe a realidade. E basta isto para os estranharmos, e até para chegarmos nós mesmos, nós portugueses, a um certo estado de desconfôrto aflitivo, em que já não sabemos bem se sabemos, e até se podemos, pronunciar razoàvelmente a própria língua.

Não caiamos, pois, em abstracções absurdas, e muito menos em condenarmos por elas a nossa fala. Mas também, por outro lado, deixemo-nos da ilusão louvável, e ingénua, de que tudo nela seja perfeição e boniteza.

Tenho aqui diante de mim cincoenta e oito sonetos escolhidos de Luís de Camões. Tanto monta dizer que posso passar ràpidamente pelos olhos, pelos ouvidos e pela alma perto de um milheiro de versos líricos, dos mais belos que o mundo inteiro tem produzido, desde que há homens e desde que há lirismo, não só pela ideia, mas também — e talvez principalmente — pela forma.

Ora, dêsses oitocentos e doze versos, apenas nove

acabam em ão (1) e nem um único termina por ões — o que não abona a tese do sr. Tomás Ribeiro Colaço, moço poeta de vinte anos, paladino da rima em ão num dos sonetos que fecham o presente volume. O exemplo de Camões mostra que, se por um lado a repetição do ditongo nasal tónico deve ser evitada, por outro lado não é impossivel, nem sequer dificil, arrumá-lo nos recantos discretos das nossas construções literárias, ao que se vê daquela estatistica de sonetos camonianos, onde o *monstro* aparece resignado à mesquinha cota-parte de um por cento...

(1) «Cá nesta Babilónia donde mana...», três rimas em ão nos tercetos *(vão, confusão* e *Sião,* sendo esta a última palavra do poema);

«Ditoso seja aquele que sómente...», duas rimas em ão nos tercetos *(isenção, perdão);*

«Cara minha inimiga, em cuja mão...», quatro rimas em ão, nas quadras *(mão, consolação, lograrão, acharão).*

III

DEFESA PRÁTICA DA LÍNGUA

O primeiro responsável das injúrias a que está sujeita a linguagem não é outro, senão a sua defesa mal feita.

Defesa tem de havê-la, visto que certas fôrças superiores à vontade dos homens — principalmente a influência de culturas e literaturas estranhas — actuam contra a pureza e a própria estrutura da língua. E os que pecam contra esta, a multidão dos que escrevem, não tendo consciência, como não teem, do pecado que cometem, não são criminosos, porque não são responsáveis.

Só existe responsabilidade onde há consciência do delito e capacidade de o evitar. E estas duas condições convergem, neste caso, apenas nos sábios, nos eruditos, nos puristas, nos gramáticos — naqueles que querem a língua pura, mas querem isto com veleidade e não com vontade; que se insurgem contra a adulteração e o envilecimento da fala nacional, sem terem empregado na defensão dela todos os meios que estão ao alcance do seu

* * *

saber teórico, e que só podem servir, como ferramentas úteis a todos, quando convertidos em conselhos ou lições práticas, sensatas, oportunas, omnipresentes e acessíveis.

Tenhamos por certo que em muitos dos que escrevem com intuito literário existe um bom-gôsto atávico, uma instintiva e forte voz do sangue, que dentro dêles desama e repele todo o barbarismo inútil, desde que sabem que o é. Mas, por outro lado, em sentido contrário, interveem fatalmente as influências nocivas do ambiente e a lei psicológica geral e despótica do menor esfôrço, que levam a gente a deixar-se ir, quando não tem à mão um travão simples e rápido, que nos faça parar na ladeira dos pendores naturais.

Era preciso, para bem defender a língua de modo eficaz e prático, que os sábios nos ajudassem a organizar aquele instinto e a construir êsse travão. Ora êste serviço não no-lo pôde ou quis ainda prestar a nossa erudição lingüística, sem embargo de tantas benemerências que lhe devemos.

São beneméritos os trabalhos recentes de Gonçalves Viana, de José Leite de Vasconcelos e de Cândido de Figueiredo, em Portugal; e de Ruy Barbosa, Mário Barreto, Laudelino Freire e Carlos de Goes, no Brasil — para só citarmos alguns dos mais conhecidos e activos gladiadores da vernaculidade. Mas o certo é que os literatos brasileiros ou portugueses,

desejosos de escrever com razoável pureza a sua língua, não possuem ainda, que nos conste, dois ou três livros práticos, manuais, metódicos, que os guiem à conveniente repulsão do barbarismo de vocábulo ou de frase, sem os obrigar a buscas demoradas ou difíceis, nem os afugentar com fanáticas e regressivas exigências de purismo teosófico, misto de espiritismo, evocador de fantasmas.

Diz com razão o dr. José Leite de Vasconcelos que muito poucos são os que, ao principiarem a escrever, se preparam, estudando umas regras de sintaxe e *metendo na cabeça um catálogo de galicismos, para que os possam evitar.*

São pouquíssimos, de-certo. Mas o seu número não aumentará grandemente, se o catálogo que lhes queiram impor fôr desumanamente longo e exageradamente feroz. ¿Para quê, como o Cardial Saraiva há um século, querer expulsar ainda agora da língua *interessante* e *ter interêsse nisto ou naquilo?* ¿Porque não se há-de dizer *descoberta,* se se diz *pousada, parada, aberta,* e até *coberta* — substantivos portuguesissimos, popularíssimos, formados exactamente como aquele galicismo? ¿Que grande mal faz ao génio da língua dizer que o gatuno *era portador de uma navalha,* no sentido de que a trazia consigo para a usar, e não para a entregar? ¿Como pode tomar-se a sério a acusação de galicismo recentemente fulminada contra a

expressão *grande número*, que várias vezes se encontra em Fernão Lopes?... (1)

*
* *

Falta, pois, um fácil, metódico, actual e sensato prontuário de barbarismos. E igualmente certo nos parece não existir à mão dos escritores portugueses, e dos jovens professores de português, qualquer manual de sintaxe portuguesa prática, organizado à luz do purismo lingüístico, com abundantes exemplos de redacção viciosa, fundamentadamente criticados, como seria necessário ao combate eficaz do galicismo de construção ou de regência. Raras serão, sem dúvida, as pessoas que em Portugal e no Brasil possuam, nas suas bibliotecas, a montanha de livros em que actualmente se encerra espalhado, e, para mais,

(1) Quem isto escreve não gosta, desde que soube e sentiu que *descoberta* é barbarismo inútil, de escrever senão *descobrimento*. Também não tenciona afirmar jamais que *o gaturno era portador de uma navalha*, e, muito menos, que *o doente era portador de um cancro*. O que quer é apenas acentuar que nisto, como em tudo, convém abraçar antes Juno que a nuvem, ou ir caçando o *bom* em-quanto o *ótimo* voa muito alto.

nem sempre com índices remissivos e metódicos, o labor enorme, mas quási inacessível — *selva oscura* — produzido pelos trabalhadores que acima citámos e outros muitos. E o que é preciso, neste campo devastado pela lei do menor esfôrço, é que a devastação não seja favorecida por aqueles mesmos que a denunciam e execram, mas ao mesmo tempo a promovem ou agravam, exigindo-nos, para a evitarmos, um esfôrço ultra-humano. De nada sêrve o ungüento sem o trapinho; e perde o direito de ralhar quem podia, e não soube ou não quis, suprimir, ou ao menos afastar a ocasião do êrro.

Urge porém que nos entendamos: Alguns, senão quási todos os sábios por nós citados acima, são criadores de sciência, são teóricos, são desbravadores beneméritos, que gastaram ou gastam vidas inteiras num trabalho insano de iniciativa erudita. Não é a êsses que podíamos sem injustiça acusar de não haverem feito o que não tinham tempo nem possibilidade de fazer. O que tem faltado é talvez uma classe intermédia de aplicadores e propagadores, a meio caminho entre a sciencia e a arte, entre a investigação e a pedagogia.

Estou certo que Eça de Queiroz, por exemplo, quando na sua mocidade começou a escrever e a pecar contra a linguagem, se em vez de encontrar nos vernáculos do tempo a agressão e o riso, re-

cebesse dêles uma lição objectiva e serena, fàcilmente seria levado ao bom caminho, como é justo supor-se de quem, como êle, desde novo e tôda a vida mostrou grande capacidade de trabalho e uma ânsia crescente de progresso e perfeição.

Mas as ideias, as teorias, as correntes intelectuais de qualquer natureza, aquecidas pelo clima do sul, sobem depressa à alta fervura de religiões; e as religiões, em Portugal, não sabem ser pedagógicas: querem impor sem convencer, ralham sem explicar, e catequisam menos do que excomungam ou fulminam aqueles que as não entendem.

¿Quem nos dará, pois, e quando no-los darão, um actual e sensato *Prontuário de barbarismos* e um *Manual*, fácil e metódico, de *sintaxe vernácula?* ¿E quem duvida que êsses dois livros tão necessários serão bem-vindos às bancas de tantos moços que escrevem, e que só maltratam a língua, porque não encontram quem os guie pràticamente a tratá-la bem? ¿Quem pode contestar, por outro lado, que êsses auxiliares de quem escreve serviriam também de muito a quem ensina a escrever?

Despertados e incitados por êles, muitos professores secundários de português habilitar-se-iam a combater desde a escola o barbarismo de vocábulo ou de sintaxe, provocando exercícios em que as monstruosidades mais lamentáveis fôssem directa-

mente atacadas. E assim se obteria de-certo o que algures pedi e agora convém repetir:

«Eu... começaria por inquirir se nas escolas portuguesas se estará ensinando a estas horas, além do francês, do inglês e do alemão, aquela famosa língua portuguesa, que nós amamos com amor serôdio, aprendendo-a mal na idade verde em que as línguas se aprendem bem, e apaixonando-nos por ela só depois de velhos... Os professores de línguas estranhas sentem-se vigiados pela nação inteira, que se admira de que os meninos saiam do Liceu tão perros no inglês ou no alemão como quem os aprendeu... em Portugal; mas da maneira como êles aprendem, ou não aprendem, o português, ninguém dá fé, nem sequer os puristas, porque êsses só atacam o barbarismo quando êle já tem barbas na cara. Ora, pois: se realmente fazem empenho em chegar ao fim, queiram ter a bondade de começar pelo princípio (1).»

Não sei bem dizer qual seria a maneira mais prática e metódica de organizar essas urgentes guias de quem escreve e de quem ensina o português. Reconheço que o problema se apresenta difícil, mas falta-me competência para o resolver. Em

(1) V. *Educar*, pág. 158 e s.

todo o caso, lembro-me que talvez conviesse dividir o dicionário de barbarismos em dois volumezinhos, um com os intrusos já inveterados e menos contrários ao génio da língua, outro com as monstruosidades mais modernas, mais nocivas e mais repelentes.

E tenham sempre em vista, para não se bandearem com o *ótimo* em prejuizo do *bom*, o que diz o francês F. Baldensperger, a pág. 177 do seu livro *La Littérature:*

«Souvent, c'est un mot étranger qui vient compléter sur un point les lexicologies nationales et répondre à des nécessités autochtones qu'on n'aurait peut-être pas supposées un demi-siècle plus tôt. Une fois opérée l'adoption nécessaire, il ne fait plus du tout figure d'intrus; au moment où il s'offre pour la première fois, son exotisme scandalise. M.me de Staël, on l'a vu, empruntant à l'anglais le mot de *vulgarité*, a dû le défendre; aujourd'hui, qui contesterait qu'il fût nécessaire au français? *Bon goût, individualité, non-sens, confortable* sont des expressions étrangères qui choquèrent, au début, les puristes, et qui leur semblaient sans doute dépasser les virtualités linguistiques du français: qui s'inquiète aujourd'hui de leurs origines? qui s'avise même de leur trouver un air étranger?»

*
* *

Vê-se daqui que as línguas mais fidalgas, mais expansivas, e até mais agressivas, como o francês, não escapam ao destino fatal, e natural, de serem também agredidas.

As línguas são seres vivos, e vida é transformação. No mesmo instante em que isto escrevo, recebo um livro atraente — *A Sabedoria dos Instintos*, do ilustre professor e subtil pensador brasileiro, dr. Pontes de Miranda. Abro-o ao acaso, e leio apropósito, na sofreguidão do primeiro encontro:

«Na vida da árvore os momentos em que a ventania a desfloriu e um braço humano lhe quebrou um galho são os dois acontecimentos «históricos» mais importantes que a seu respeito podem ser mencionados. Todavia, continuam de viver normalmente, como se nada houvesse acontecido. Mais cedo ou mais tarde haviam de cair as flores e um pobre ramo tirará muito pouco à imponência da copa. Assim na vida do Homem: os factos «históricos» são apenas os mais visíveis e raramente perturbam o curso natural e inflexível das coisas; esplendem, mas não queimam; dão impulso, porém não desviam; dinamitam, sem que destruam. Os grandes factores da evolução são os factos não his-

tóricos: veem quando querem, sem serem desejados, sem serem vistos (1).»

E assim também na vida das línguas, por muito que os sacerdotes do Purismo se aflijam com os «factos históricos». ¿Quem diria, há dez anos, que a nossa palavra *fita* havia de correr, como hoje corre, na bôca soberana, criadora e transformadora do povo, como sinónimo de *comédia*, ou *mentira?* E aí temos o dicionário português alterado inevitàvelmente, por obra e graça do cinematógrafo...

O pior é que, ao mesmo tempo que o povo diz *é fita*, como de antes dizia *é história* ou *é léria*, e assim fala um português que é seu, mas acabará por ser nosso, quer o queiramos quer não — ao mesmo tempo que o povo, com o seu sábio instinto, transforma a linguagem sem contrariar-lhe a natureza e o génio, os pobres jornalistas semi-analfabetos, os míseros letrados, vítimas da sua meia sciência e propagadores da sua desgraçada educação, continuam a chamar *film* à *fita*, e a desonrar boçalmente a língua, em vez de adaptá-la aos novos factos da indústria ou da técnica.

Até as próprias crianças dão às vezes lições mestras, neste capítulo, aos pobres semi-letrados. Ainda há dias um filho meu, de seis anos de idade, me

(1) V. pág. 70 de *A Sabedoria dos Instintos*, Rio, 1922.

declarou que queria ser *volantor*, palavra inventada por êle no momento em que a disse, palavra em todo o caso muito mais portuguesa do que o *chôfér* que o povo tirou de *chauffeur* desnecessàriamente, à fôrça de ouvir falar francês a portugueses pseudo-educados.

Diz muito bem Sousa Viterbo: «Já que não inventamos os utensílios, os objectos que constituem o arsenal do progresso, ao menos tenhamos algum talento para transformar a fraseologia estranjeira, acomodando-a racionalmente, sem violência nem extravagância, à índole e modismos da nossa língua (1)».

E não era preciso muito talento: bastava um pouco de bom-senso e bom-gôsto, auxiliados por algum orgulho ou mera decência nacional. Mas aqui também, como em tudo, seria preciso que os mestres, as autoridades, os educadores, viessem, para os encaminhar e ajudar, em socorro dos que não sabem, ou não querem saber, ou não sabem querer.

Andam já por aí trabalhos valiosos, por exemplo, de tecnologia médica; mas faltam glossários manuais e práticos para os médicos, e para os especialistas de outras artes, profissões ou sciências.

---

(1) V. pág. 231 do presente volume.

Às várias Faculdades scientificas, às escolas técnicas superiores, às associações de engenheiros, aos grémios desportivos, aos editores inteligentes, não parece que se pediria o impossivel e o sobre-humano, encomendando-lhes que, juntos e aliados, preparassem e publicassem livros dêsse carácter, destinados a venda certa, e bem capazes de acção eficaz na limpeza da linguagem e na sua adaptação às necessidades novas.

A crença abdicativa e inerte de que não podemos acompanhar as linguas alheias, porque não somos inventores ou criadores, é uma santa história, é uma *fita*. Também não fomos nós que inventámos o sol e a lua, a onda e a chuva, a borboleta e o trovão; e nem por isso ficámos impedidos de os baptizar. Se a modéstia nos serve para mascarar a preguiça, aí temos outra virtude transformada em pecado mortal. Querer é poder, nisto como em tudo. E, se o hábito intervém para nos dificultar a emenda, queiramos a tempo de formar um bom hábito, em vez de nos deixarmos, por preguiça, resvalar sem remédio para um hábito mau.

Dizemos *foot-ball* e até já vamos escrevendo *futebol* — êsse horror. ¿Quem pensaria hoje em proferir ou traçar tal barbarismo, se a horas próprias nos houvéssemos dado ao trabalho de aconselhar, lançar e impor o têrmo *bolapé*, por exemplo, tão significativo como *foot-ball*, e tão português

de índole, ou pelo menos de aspecto, como *pontapé* ou *rodapé?*

O que nos falta não é uma língua maleável e perfectível. Essa temo-la, porque no-la criaram desde séculos uma nacionalidade das mais vivazes e uma literatura das mais ricas. O que nos falta é disciplina e vontade, virtudes que se adquirem ou reforçam pela educação. Se elas nos faltam, culpemos sem receio os que são, ou deviam ser, nossos educadores. Êsses podem dizer, quando muito, que nós somos indisciplinados por natureza; e a isso lhes responderemos que tanto mais lhes cumpre, se assim é, que trabalhem, que insistam, e que aprendam como devem o seu difícil mester.

* * *

À frente dos nossos educadores colocou Deus em má hora os nossos políticos, galicismos vivos, a quem se deve a morte ou pelo menos a doença nacional de muita coisa boa. E a linguagem apanha dêles também a sua conta, pelas várias formas, directas e indirectas, que reveste a influência depressiva, desorganizadora, quási sempre nefasta, dos governantes.

Não é só que as suas leis são traduzidas em geral das estranjeiras, macarrònicamente, na letra como

no espírito: é também que, em parte importante, a defesa da linguagem podia e devia ser feita por meios directos, administrativos, policiais em certo modo; e que aos políticos, a quem competiria, natural e funcionalmente, a iniciativa de tais ordenações, falta por outro lado a inteligência, a competência, e por elas a autoridade, para darem leis onde não sabem senão cometer delitos e propagar o exemplo de transgressões lamentáveis.

Os políticos são filhos da nossa instrução média ou geral, que ainda não soube, como devia, organisar na escola o primeiro baluarte da defesa lingüística; e tornam-se depois os pais desta anarquia colectiva que em tudo se revela, e em que a Nação consegue ir trabalhando e durando, não com êles ou por êles, mas apesar dêles.

Falta-nos por isso, na própria constituïção fundamental da República, o artigo justo e necessário, onde se diga que os cidadãos portugueses não são obrigados a conhecer e a cumprir as leis redigidas no dialecto franco-mascavado em que a governação nacional nos manda ser felizes e prósperos.

Falta-nos a regulamentação ministerial oportuna que estabelecesse, como base para a publicidade e giro das leis novas, a sua revisão filológica por peritos autorizados, adstritos a cada grande repartição administrativa.

Falta-nos um corpo de redactores parlamentares,

suficientemente conhecedores da nossa língua para traduzirem em português a aravia em que se exprimem os deputados e senadores, soberanos pais da Patria e parricidas da Linguagem.

Faltam-nos sensatas leis fiscais que fizessem do imposto um colaborador rendoso e útil na defesa da língua, obrigando por exemplo os editores de traduções a pagarem caras as que julgassem ter-lhes ficado baratas: a darem ao Estado, em multa, o que tivessem querido poupar na retribuïção de um trabalho limpo e honesto.

Faltam-nos posturas municipais, semelhantes às que já vigoram no Brasil, destinadas a expungir das paredes, das taboletas e de tôda a espécie de anúncios e chamarizes comerciais, as hediondezes estranjeiras, estranjeiradas ou mestiças, em que se educa para a depravação da linguagem a magna caterva dos imbecis que aprenderam a ler...

*
* *

Num ponto de Paris chamado *place de grève* (como quem diz *largo da areia* ou *do areal*) executavam-se outrora os condenados a pena maior. E era aí também que a tradição parisiense tinha organizado espontâneamente o que hoje se chama

uma *bôlsa de trabalho*, e noutros tempos se designaria em bom português por *feira dos trabalhadores*, como ainda hoje se diz, em certas terras de Portugal, a *feira dos moços:* um largo ou terreiro da cidade, aonde acorriam em dias certos os operários sem trabalho, para se encontrarem aí com os patrões precisados de mão-de-obra.

Ora, com o andar dos tempos, vieram a tornar-se freqüentes os casos de cessação colectiva do trabalho, como estratagema de guerra contra o patronato. E, precisando de dar nome ao novo facto, a giria parisiense foi buscar por translação o fenómeno dos ajuntamentos operários no *largo da Areia*, e começou a dizer *la grève, faire grève*. Da giria passou rápidamente para a língua a nova expressão, que assim se tornou geral e entrou no dicionário francês.

Por semelhantes modos de translação, habituais na vida da fala humana, tôdas as grandes línguas europeias, comparáveis à nossa pela sua importância e extensão, procuraram e descobriram fàcilmente, em si próprias, meio e modo de baptizar aquele facto social. Os Inglêses dizem *strike;* os Italianos, *sciopero;* os Espanhóis, *huelga*, isto é, *folga, folgança* — palavra esta última muito usada por Fernão Lopes em circunstâncias semelhantes, quando, a propósito dos alvoroços de Lisboa, subseqüentes ao assassínio do Andeiro, diz que *o*

povo dava folgança a seus ofícios e vinha para a rua aclamar o Mestre de Avis.

Quanto aos Brasileiros, que falam e escrevem português como nós (quando não é melhor do que nós) lá foram descobrir sem grande trabalho, no nosso secular calão estudantil, a frase *fazer parede*, usada em Coimbra e em Lisboa, quando os rapazes faltavam às aulas colectivamente. E assim dizem a *parede dos tipógrafos*, por exemplo, os *tipógrafos paredistas*, etc.

Nós, cá, não. Os nossos operários falam de *grève*, escrevem *fazer grève, viva a grève, somos grèvistas*, e não foi em compêndios ou romances franceses, como os mocinhos da burguesia, que aprenderam estas maravilhas. Estas, e outras... como as *demarches* sem acento no E, de que falam os seus *comités* e *sub-comités*, muito *chics*, e tão *dernier bâteau*, que se desonrariam de dizer simplesmente *diligências, passos, trâmites, esforços, trabalhos, negociações*. ¡Também êles, os abastados «trabalhadores conscientes», já acham que a língua portuguesa é pobretona, e teem vergonha de sair com ela à rua, a fazer as suas *demarches*...

Ora os nossos operários, coitados, aprenderam o seu *franciú* com os bacharéis e jornalistas de bôrra que os dirigem desta maneira. E se cada país tem o jornalismo que merece, nós, Portugueses, havemos de confessar que estamos neste ponto uns

* * * *

poucos de furos abaixo da mais humilde Capadócia.

Pega a gente em qualquer fôlha-de-couve francesa, de quarta ou quinta ordem, e logo admira o cuidado e o respeito com que a língua nativa ali é tratada, na sua pureza, na sua ortografia, na sua gramática. E muitos dos nossos jornais são, na forma e no espírito, uma das maiores vergonhas nacionais, não escapando à regra os mais ricos, de alguns dos quais oiço agora que são até ricaços, argentários, milionários — sucursais de grupos financeiros poderosos — o que não contribui para lhes aumentar a autoridade moral, mas podia, em compensação, aperfeiçoá-los intelectualmente.

¿Que lhes custava, a êsses, pagar da sua burra pançuda a um revisor letrado, que curasse de honrar e defender, ao menos, a língua que é nossa, e de que tanta gente se serve para nos bestificar, explorando-nos?...

*
* *

Desenganemo-nos, porém: Se é certo que Portugal já merecia ter ao menos um periódico *europeu*, baseado na inteligência e na cultura de certo público, e não apenas no cretinismo do outro, não há dúvida também que a nossa imprensa reflecte,

pela manifesta inferioridade mental dos seus pobres manipuladores (basta dizer-se que nenhum dos mais opulentos conseguiu ainda criar e sustentar uma secção de crítica literária impessoal, sabedora e instrutiva), a educação errada e incompleta que o ensino público lhe propina.

Tout se tient, umas coisas pegam com outras, e a língua anda aos trambolhões — como o resto. Defesa prática da fala nacional nem sempre e até quási nunca é sinónimo de *defesa directa*. O purismo, que tanto tem de religioso, devia plagiar Deus, no seu misterioso e sábio costume de *escrever direito por linhas tortas*. E, se algum fruto podia esperar-se de uma discreta lei de imprensa que, atacando o problema de cara, incitasse os jornais a contratarem revisores lingüísticos hábeis, ou a colaborar de qualquer outro modo na protecção da linguagem, melhor ainda se venderia talvez o mesmo vinho pondo o ramo noutra parte.

Com o delírio de compra e venda, de jogatina e ganhuça, que entre nós grassou mais do que nunca depois da Grande Guerra, e com o desassossêgo social consecutivo a ela, teem-se arruïnado várias indústrias, que eram outrora das mais prósperas e das mais prestantes. E entre estas conta-se, à cabeça do rol, a de tipografia, que hoje atravessa pavorosa crise, ameaçadora das próprias raízes da cultura intelectual da nossa terra. Envilecida a moeda

indígena, tornou-se quási impossível a aquisição de obras estranjeiras; e só quem se entrega em Portugal ao passatempo nada rendoso de escrever livros (pelo menos os de miolo útil ou inofensivo) sabe e sente os embaraços crescentes que se enristam contra o fabrico do tômo português. Por êste andar, não será difícil prever em que trevas de estupidez se arrisca a mergulhar a bruxuleante luz do espírito nacional...

Estou a lembrar-me, a propósito disto, que um grupo sôfrego e sórdido de aventureiros dinheirosos, presididos por um dentista, comprou há tempos, e logo espatifou, espalhando-lhe o rico material aos quatro ventos, a mais bem dotada das oficinas gráficas portuguesas, fruto de dezenas de anos de trabalho e de amor profissional. Em Portugal, país econòmicamente desorganizado, são possíveis e até fáceis estes actos de vandalismo industrial, que em França não poderiam consumar-se. Mas nós, de França, mandamos vir os francesismos, e não os bons exemplos.

Ora pois: quando os dentistas ricos da nossa terra nos fizerem o favor de ir jogar sòmente á Bolsa e às outras batotas as suas fortunas tão fàcilmente ganhas, poderemos talvez reconstituir a indústria gráfica portuguesa. E, feito isto em bases técnicas novas e actuais, com maquinismos de grande perfeição e rendimento, não será difícil que edi-

tores inteligentes, cultos e patrióticos, empreendam, para darem que fazer às maquinas, a publicação das seguintes séries importantes, urgentes, creio que materialmente compensadoras, e de altissimo valor, com certeza, para a cultura geral e para o fortalecimento da linguagem:

1.º — Bibliotheca Lusitana, ou de clássicos portugueses, com reïmpressões integrais e exactas dos textos. O Estado deveria concorrer para isto com subsídios ou assinaturas bastantes; as instituïções eruditas ajudariam a seu modo e como pudessem; as nossas já três Faculdades de Letras ministrariam para auxiliares, revisores, etc., alguns alunos que lhes sobrassem das revoluções políticas e do magistério das escolas inúteis ou contraproducentes, inventadas no Terreiro do Paço para lhes dar de comer.

2.º — Glossários parciais de cada clássico editado assim, como primeiro passo efectivo para a realização de um grande *Dicionário da Academia*.

3.º — Antologia Universal, com publicação, em volumes baratos, de traduções vernáculas das grandes obras-primas da literatura de todos os tempos e nações. Os clássicos gregos e latinos seriam aqui tratados largamente, visto que a mocidade de hoje

quási não aprende grego e só finge que aprende latim.

4.º—Antologia Francesa. Preto quer fava, fava a preto. Mas dê-se-lhe a fava cozinhada à portuguesa, para lhe não destruir de todo o paladar. Traduções dos livros modernos franceses mais famosos ou mais apetecidos, firmadas por nomes autorizados, ou afiançadas por alguma ou algumas das nossas corporações literárias — não parece que fôsse impossível, embora se reconheça difícil, organizá-las e editá-las de forma ao mesmo tempo comercial e educativa.

¿E uma *Revista Portuguesa* de lexeologia geral e sintaxe vernácula, e de nomenclatura scientífica, técnica, administrativa, industrial, comercial — destinada a combater assìduamente a acção dos tratados, livros de aula e catálogos estranjeiros; a das ofensas da linguagem pela imprensa; a de tôdas as inovações do exoticismo infiltrante, e de todos os assaltos do mau-gôsto literário?...

¿E outra *Revista*, de crítica e estética literária, repositório de informação inteligente e de conselho douto e sereno, pelo qual espera há séculos uma das mais vivazes, e ao mesmo tempo mais anárquicas e desnorteadas literaturas da Europa?...

¿E três ou quatro *sociedades de defesa da língua pátria*, organizadas nos principais centros do país, entre professores, literatos, funcionários, homens ricos e cultos, e simples portugueses de bom quilate e de boa-vontade?...

Tudo se consegue do desejo forte, do esfôrço associado, do espírito de iniciativa persistente. Tudo, por outro lado, é poesia, fantasia, utopia .. para os cínicos e para os dessorados. E, ao mesmo tempo, não há duvida que tudo se afigura difícil, trabalhoso, demorado, principalmente o que mais parece necessário, conveniente e útil. Mas, se muitos dos Portugueses aptos já não servem senão para fazer coisas fáceis e más, então, deitados de barriga para o ar, gritemos todos em côro patriótico *viva Portugal!* — e expliquemos baixinho uns aos outros como é que êle há-de viver.

Lisboa, 5 de Junho de 1922.

A. DE C.

PALADINOS DA LINGUAGEM

SEGUNDA SÉRIE

I

Afonso Lopes Vieira

DA LINGUAGEM E DO CANTO

Se entre os hotentotes existe um belo poeta e uma voz que diga com beleza os versos dêle, a linguagem hotentótica, além de ser naturalmente a mais harmoniosa e estética para os hotentotes, tem direito a ocupar um lugar entre as belas linguagens do mundo.

Balzac diz que «o nosso nome é como nós mesmos». Os povos podem dizer: — as nossas linguagens somos nós próprios. A honra nacional está indissolùvelmente ligada à dignidade glótica. Quando em Portugal se chegou a escrever *Alger e Suakin*, demonstrou-se por êste

simples facto que não se podiam conserservar as conquistas de Marrocos e do Oriente.

Três linguagens europeias alcançaram a glória de atravessar os mares, para arribar cantando e florescer no Novo-Mundo.

Antes das outras, a nossa porém surgira e soara no universo — voz de rumar a todos os aléns, ai de naufrágio em todos os oceanos, grito de vitória em tôdas as tranqueiras, menção de trato em todos os comércios. Um culto estético e scientífico da linguagem viria a ser a reconquista, metafísica mas inexpugnável, de tudo que tivemos. Perdendo-a a ela, ¿ que nos resta?

O muito sábio e lendário professor Epifânio (que esteve quási para ser lapidado porque abrigava na candidez da alma o desejo de que os seus examinandos dessem algumas esperanças de não virem a falar e a escrever de todo preto) disse-me uma vez estas palavras terríveis, trémulo no seu corpo de gnomo perpètuamente agitado no tique: — «Pensando bem, não há já linguagem portu-

guesa. Quando uma linguagem se acha, como a nossa, atacada nas mais fundas raízes da sintaxe, desce à categoria dos dialectos. ¿Que será do português no Brasil futuro?...»

Portugal vive de uma íntima fôrça prodigiosa, que explica só por si a prodigiosa resistência da sua seiva: — em todo Portugal fala-se a mesma língua. Desentendemo-nos na mesma linguagem; e, na evidente decadência em que tombamos, êste elo de coesão espiritual é tão forte, que basta para fazer-nos discernir porque ainda vivemos. Vivemos por obra e graça da linguagem.

Quando se lê uma bela página de um clássico, por exemplo um dos trechos de Bernardes, modernos no ritmo e na côr, tem-se a impressão de se estar lendo *outra língua*, de que o português actual vem a ser, segundo a conhecida imagem, um avêsso de tapeçaria.

A linguagem desbotou.

¿Pensará alguém que devemos escrever em clássico? ¿Quem julgará possí-

vel o reportarmo-nos às mentalidades dos frades de Seiscentos, que foram, êles, tão artisticamente modernos na sua época? Resolver dêste modo o problema seria tão incongruente como emprestar a Frei Luís de Sousa os estados psicológicos de post-guerra. Uma língua há-de ser como D. Francisco Manuel quere a mulher no lar — «arrecadada e guardosa». Mas para a arte de escrever se reclamam, hoje mais do que nunca, palpitações, acordes e reflexos, dissonâncias, mistérios de expressão, capazes de satisfazer esta ansiosa necessidade da alma hodierna — a modernidade. Sòmente, há uma dignidade de sintaxe como há uma civilização de maneiras: cometer certos erros, pode ser o mesmo que cuspir no chão.

Nunca melhor entendi que o mistério da Arte é sagrado como quando, numa crise de purismo neurasténico, decidi escrever sem galicismos... Então achei-me tolhido e estúpido diante da página. ¡É que eu antepusera ao meu dever de escrever *vivo*, confiando no meu sangue, a minha vaidade de escrever *puro*, confiando no meu saber!

O primeiro dever de qualquer homem é falar e escrever com correcção a sua língua.

Mas o primeiro dever de qualquer escritor não é só falar e escrever com correcção a sua língua, — mas conhecê-la tôda com *virtuose*, amá-la tôda como artista, e respeitá-la tôda como sacerdote. Velho ou novo, ¿ que importa? Adolescente audacioso ou prudente académico, o escritor que não conhece, não ama ou não respeita a sua língua, é já de si espectáculo grotesco: é um pintor sem braços, bom para pintar quadros nas arenas; ¡ e é o mais imoral dos artistas, porque é o artista sem técnica!

À moderna geração de sacerdotes, educada no ciúme e na secreta admiração do seminário pela tribuna, diria o Padre António Vieira, com aquela cavaleiresca liberdade de espírito que êle aprendeu com Santo António: — «Muitos sermões há, que são farça.» ¡O que a linguagem tem sofrido, com sete espadas no seio!

Quando no que escrevo descubro um êrro *contra* a linguagem, punge-me um

remorso que eu sinto nascido do meu sangue: é um remorso étnico que me desola, não já como mau artista, mas como matador da pátria.

Não saber ler tem sido para o nosso povo uma fonte de cultura espiritual. Todos que conhecemos a província sabemos que são os analfabetos quem melhor fala a nossa linguagem.

Um dos flagelos da nossa linguagem foram os falsos clássicos das últimas gerações, e que na decadência morna do período constitucional brilharam pelo académico e numeroso estilo. Entre êles, os que em a nossa ilustre tradição de oratória religiosa buscaram colher a abundância, sem possuírem o génio de se enriquecerem com ela. ¡Os sermões dos cónegos abundantes! Prenúncio da calamidade definitiva: os «discursos» dos inspirados tribunos.

A linguagem é um ser vivo, e mesmo o mais palpitante dos seres. Quando ela é maltratada, os gramáticos apontam as regras violadas; mas os artistas de boa

raça apercebem-se da palpitação de um *grande alguém* que sofre.

Falamos quási todos embrulhado e escuro.

A linguagem, tendendo já de si para os tons neutros, mas tão ricos de gríseos, torna-se então grisalha e sem nervos. Quando um português articula as sílabas das palavras, passa por precioso.

Em Portugal é afectado falar-se claro.

Aos scientistas de uma linguagem compete estudá-la e conservá-la; aos artistas, mantê-la perpètuamente viva, quere dizer, criá-la.

Gramáticos e dicionaristas, escrevem quási sempre *morto;* ¿mas isso que monta, se a sua missão é muito outra? Que êles sirvam a linguagem com amor de pais. Que os artistas a amem — com amor.

Um dos problemas vitais da nossa língua é um problema de sons. Os gramáticos, confinando-se no âmbito dos seus escritos, não logram alcançar êste elemento vivo. Eu trocaria as congemina-

ções de todos os gramáticos pela graça e pela glória de uma linda voz.

Não desdenhemos dos gramáticos. ¿Que importa que êles não abranjam os horizontes estéticos da linguagem? No carnaval em que esta se dissolve, êsses padres da sintaxe servem o culto da Deusa. Eu trocaria as inspirações de inúmeros poetas pela influência útil de um gramático.

Ouvindo-se êste desentoado arraial de vozes que em Portugal arengam e tramam, ralham e bulham, cuida-se que ao país se impõe tal mística mèzinha: — uma cura de silêncio. Por tácito acôrdo, ficaríamos todos calados durante algum tempo. Ao cabo do qual talvez as almas e a linguagem estivessem mais puras.

Inda que as capas me contavam tudo, folheei uma vez certos livros de leitura, «oficialmente aprovados» para os liceus. Deitei-os fora e fui lavar as mãos.

Lisboa tem o génio de corromper a nossa linguagem. ¿Que admira, se o

mestiço aqui assentou o arraial das suas invasões? E de salões ou teatros, de tribunas ou taboletas, de gazetas ou cartazes, escorre o morbo dela.

As crianças aprendem desde o colo a infâmia das gírias e adestram-se depois na grita das ruas. Estadeia-se no sotaque lisboeta a inferioridade de uma raça em que o desmazeladismo afeia a pobreza e a converte em miséria que se ostenta. ¿Que fêz Lisboa da palavra *saùdade*, vinda dos confins da linguagem no vestido de formas diversas mas tôdas por igual puras e líricas? ¡Vocalizou-a nas três sílabas de *sòdade!* Obra-prima de glótica berbere.

Quando Lisboa canta o fado (que no em-tanto se nos crava no coração, ao surdir da sombra, com um espinho de angústia inexprimível) produz então o seu dialecto próprio, em cujo saibo de aravia e de uivado rouquejo se adivinham inferiores descendências do aduar, mestiçadas pelos hortelões das almoínhas de Enxobregas. Nessa canção infame (¿e porque não encantadora às vezes?) a alma de Lisboa desabrocha e exprime-se

numa linguagem caricatural e acobreada, que não é já de-certo a portuguesa.

A nossa linguagem foi a noiva do Mar. Todos os ventos, tôdas as marés, tôdas as vagas (e, «o que mais é»... tôdas as estrêlas...); as tempestades como as calmarias, tudo com que êle embala, vibra, rola, muge; os seus sabores lânguidos ou acres e dos seus írís a perene magia, — ¡tudo em nossa linguagem deixou reflexo ou nácar, ritmo ou estrondo, violência ou carícia, ânsia ou perfume!...

Em Portugal precisamos de reaprender quási tudo. Entre tantas cousas, de reaprender a falar. Somos de alguma sorte um povo na infância. E depois de termos descoberto o mundo, devemos ir à escola para que nos ensinem o b-a-bá da vocalização.

Há um livro cujo encanto nos pode consolar às vezes da sensaboria de tantos poemas: — o *Dicionário de Morais*.

Na mentira da vida nacional, muitas palavras perderam o valor e soam falso

a apurados ouvidos. *Liberdade — democracia — discurso* — ¡eis três grandes enfêrmas do léxicon, três nobres vocábulos que em Portugal estão como a moeda!...

Das desonras da nossa linguagem, uma reside na riqueza da gíria burocrática, produto da mentalidade de um povo que fêz da burocracia o seu modo de vida, e de morte.

A mais horrível criação filológica, depois do verbo republicano *homenagear*, é esta inconcebível palavra lisboeta: — *Engraxadoria*.

Para nos curarmos do som de Lisboa, sei de um remédio: ouvir falar a gente da beira-mar. O mar é sempre o nosso grande criador de ritmo; e a frase de um pescador ou de uma varina, projectada sôbre um fundo oceânico, pode ter para a alma exilada de um artista o mesmo encanto que para os voluptuosos da água o banho encerra: ¡a carícia aliciadora que envolve, e com mil bôcas tónicas nos beija!

Uma pobre rapariga entrou para uma casa francesa. Passado tempo, falava um

português deveras esquisito. A alguém que lhe embicava na pronúncia, vai ela respondeu: — *Falo estranjeiro.*

À França, quanto a linguagem, ¿que devemos senão que ela, desconhecendo-nos, nos tem feito engendrar outra língua — aquela em que *falamos estranjeiro?*

Só um homem do povo português inventaria, para se exprimir com naturalidade, certo idioma empregado por um soldado nosso em França, a fim de explicar a um amigo o ferimento recebido na cabeça: — «uma blessura na testa por um eclates de obus.» Pelo contrário, devemos à Filologia alemã serviços tão assinalados, que nêsse sábio norte alguma cousa da nossa alma refloriu nos estudos da linguagem.

¿De que vimos morrendo? De retórica.

O resto, tudo coisas que alguns guarda-livros honrados resolveriam em pouco tempo.

O mal é que ensandecemos e nos amoralizamos nos «discursos». Somos o país em que os cafres se adornam, a fim de nos deslumbrarem, com as missangas

das suas vaidades. Europeus, olhamos a cafreal tafularia. ¡E contemplando o batuque, morremos!

Na alba da nacionalidade os Cancioneiros sagram de beleza a alma que amanhece.

Mais que com as espadas, Portugal foi criado com as canções.

Na quarta parte nova os campos ara...

Quando leio êste verso de Camões, que nêle condensa o esfôrço de Portugal na colonização do Brasil, tenho a visão metafísica e enorme de qualquer cousa como a fecundíssima lavoura espiritual de um continente, arado pelo ritmo de uma linguagem...

Já o velho mestre Castilho demonstrava a idiotia dos Portugueses ao enamorarem-se de tão sêca e pobre sécia como é a sintaxe francesa; e insistia na latiníssima riqueza que para a nossa representa a liberdade da inversão, com suas possibilidades infinitas de variedade, as quais reclamam apenas artistas de raça,

músicos do ritmo, pintores da frase, escultores do período. Leio agora em Bourget, a propósito de Flaubert: — «notre langue française, avec l'embarras de ses «qui», ses «que», la surcharge de ses verbes «faire» et «avoir», *son absence d'inversion...*»

O drama de Flaubert, as suas tremendas agonias de prosador, que ficaram, para os artistas da *arte de escrever* (cousa quanto diversa da literatura) como a legenda de um santo padroeiro, na realidade devem ter provindo de isto: — a luta de um grande artista com um instrumento pobre.

Se prègar, como diz o Padre António Vieira, «não é outra coisa que falar mais alto», cantar não é mais que falar com mais ritmo. Sendo assim, se se não sabe falar em português, ¿como se saberia em português cantar?

Em Portugal só o povo sabe, por instinto, cantar na sua linguagem. Entre tôdas as províncias, a Beira marítima das canções e o baixo Alentejo dos coros, guardam o segrêdo maravilhoso do canto.

Há moças em Coimbra e em Buarcos, e ranchos de apar Évora e Beja que dêste modo se ennobrecem como vestais e sacerdotes da linguagem, a qual nessas bôcas floresce com o divino beijo do ritmo.

Quando se ouve cantar em português no teatro, raras vezes se entende o texto entoado.

E' um fenómeno único no mundo e que em país algum se poderá conceber.

Se a linguagem portuguesa é geralmente tão mal vocalizada e articulada com uma falta de amor tão caraterístico, ¿não será êsse um dos resultados da facilidade com que entre nós se fazem «discursos» e se abusa sem vergonha da retórica? O português não sabe falar porque é quási sempre um «orador». E só saberá cantar naquele bem-dito dia em que souber estar calado, e ouvir.

Pelas possibilidades infinitas do seu encanto, todo feito de móbil humor, de contextura subtil e divina, e de dominação até à morte; pelo que se oculta de

incantatório nas palavras, estas bruxarias que nos foram transmitidas de *além*, a fim de prolongarmos existências ignotas; pelo que exige de absorvente culto, jàmais alheado da adoração perene e cada vez mais buscando amar melhor; pelo que faz sonhar, pelo que faz sofrer; e no vestido, nácar e atavio do Estilo, êsse gentilíssimo adôrno; em-fim, pelo que demora inexplicável no mistério da paixão que nos inspira, — para um verdadeiro artista a Linguagem é uma grande bem-amada!

Nunca escrevi página que me contentasse; é até a minha única esperança de escrever alguma que me contente.

E para me não sentir morrer à vista do português que escrevo, preciso de me lembrar que há o português dos outros.

(Do livro *Em demanda do Graal*, Lisboa, 1922, pág. 347 e ss.)

II

Afrânio Peixoto

O FUTURO DA NOSSA LÍNGUA

Não pode durar a língua sem uma literatura. Arte de divertir, comover ou ensinar pela linguagem, deve a literatura servir à língua, seu instrumento, aperfeiçoando-o a todos os fins de uma boa expressão. Camões justifica êste asserto: foi a excelência do conteúdo dos *Lusíadas* e das *Rimas* que nos impôs até as supostas imperfeições do continente; censuraram-lhe, no tempo, latinismos e helenismos escusados, que vieram a ser riquezas actuais de dicção. Por vezes uma obra de génio faz ou consagra uma língua: tal a *Divina Comédia*, de Dante, que deu foros literários ao dialeto toscano, hoje língua italiana.

Isto vem para dizer que o português não é um idioma decadente, só porque teve nos séculos XVI e XVII os seus cul-

tores mais esmerados; muitos do século XIX valeram por estes, e, graças à difusão maior das suas obras, ensinaram e divulgaram melhor os bons modelos de linguagem.

A língua portuguesa não atingiu ainda a sua perfeição: comparada a suas três próximas irmãs, parece mais moça, pelo que ainda se há-de esperar dela. Idioma de um pequeno povo, passou a ser o de uma grande nação, que embora já cinco vezes mais numerosa de gente, ainda está na infância. Sem desatinada esperança, mais um século, pode ser que a cheguem a falar cem milhões de Brasileiros. ¿Que será dela então, se já hoje José de Alencar ou Gonçalves Dias, Machado de Assis ou Rui Barbosa... são artistas que nos honram, e até glorificam?

Cumpre-nos respeitá-la e servi-la. Passá-la adiante, conservada como a recebemos de nossos avós, senão melhorá-la para maior vantagem dos nossos filhos. Respeitá-la, preservando a sua pureza, tal como nos ensinaram os bons exemplos da vernaculidade; servi-la, criando obras sinceras, comovidas, profundas, que testemunhem do nosso gé-

nio. Ela falará de nós, quando já não existirmos; será na posteridade a confissão da nossa glória.

(*Minha terra e minha gente*, 2.ª edição, Rio-Lisboa, 1916, pág, 67.)

PECADOS CONTRA A LINGUAGEM

E' por não saberem falar pròpriamente que vemos até pessoas de boa companhia chamar aos objectos que desejam ou indicam *esta droga*, *aquela coisa*, *uma história*... E' por não saberem falar e escrever pròpriamente que vemos até letrados (porque o são ou devem ser os jornalistas) recorrerem aos neologismos bárbaros, às circunlocuções pedantes, às perífrases de mau gôsto. De Tal dizem que se *candidatou* a deputado; que não é possível *silenciar* sôbre êste escândalo; que vai ser *homenageado* o ministro, porque é *aniversariante*. O outro dia li que fôra *ovacionada* a *primogenitora* de certo figurão. Ocorreram algumas letras a mais na palavra que êles fizeram sucedânea de *mãe*, o mais casto e castiço dos

nomes, que já não empregam porque o fizeram grosseiramente pejorativo. ¿Que importam letras a mais, se há palavras e educação a menos?

A maior surpresa dos estranjeiros, diante da nossa natureza prodigiosa de formas e de encantamentos, de colorido e de perfumes, de melodia e de graça, é preguntarem-nos o nome das plantas, flores, árvores ou insectos, e receberem a resposta infalível: *não sei, é uma árvore á toa, flor do mato, há muita por aí, é um passarinho conhecido* — quando não se escusam com uma calúnia:

— Não tem nome...

Tudo tem nome, entretanto. Nós é que não o sabemos, e nem ao menos nos envergonha não o sabermos... Sem sermos doentes, somos quási afásicos; temos as ideias e não as podemos exprimir, porque nos faltam as moedas de trôco que são as palavras: somos emmurados vivos da nossa ignorância. Talvez que seja daí vir a dizer-se de muita gente que são inteligentes e capazes, apesar de nunca terem dito ou feito nada que lhes prove as capacidades...

Mais graves que os barbarismos de pa-

lavras são êsses de expressão: *A polícia ordenou a incomunicabilização do criminoso; o juiz tem dúvidas sôbre a sequestrabilidade dos bens; não se podem negar à pianista as rutilações immarcessíveis da genialidade...*

Tudo isto porque a língua não lhes chega para a notação precisa das suas ideias. E para uns como para outros não escasseiam legítimos e próprios modos e maneiras de dizer. «A mim (lhes responderá Rui Barbosa), na minha longa, aturada e contínua prática de escrever, me tem sucedido inúmeras vezes, depois de considerar por muito tempo necessária e insuprível uma locução nova, encontrar vertida em expressões antigas mais clara, expressiva e elegantemente a mesma ideia».

Não há, por isso, que recorrer ao arcaísmo... Basta que o professor seja instruído para instruir os seus alunos, fazendo exercícios metódicos de vocabulário.

(De uma conferência sôbre *O ensino da linguagem*, feita na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e publicada na revista *A Escola Primária*, Rio, 1 de Agôsto de 1918.)

A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

A maior surpresa de quem estuda a história do Brasil deve ser como o pequeno povo português, distraído aliás por interêsses maiores nas Índias, conseguiu contra Franceses, Flamengos, Inglêses e Espanhóis, manter por três séculos a continuïdade da posse e a unidade territorial de um domínio estendido por 39 graus de latitude e outros tantos de longitude, grande de oito milhões de quilómetros quadrados e exposto em oito mil quilómetros de costas às invasões marítimas.

A Espanha não o soube e não o pôde, com o império colonial quebrado e repartido na dúzia e meia de nações que dêle resultaram. Nem o caso dos Estados Unidos, hoje tão extensos como nós, é ao nosso comparável: cresceram por justaposição, de compra e de conquista, as treze colónias inglêsas da Independência formavam menos de um terço de todo o território actual...

Nós fomos assim, desde 1500, achados, possuídos, principalmente conservados

como somos, pelos Portugueses. Se o maior mérito de José Bonifácio e Pedro I, nos dias da Independência, foi de nos manter coesos; se o de Caxias foi de nos combater, contra nós mesmos, nas tentativas de desagregação, não faltemos com a justiça e o louvor àqueles que por três séculos antes nos defenderam das ambições forasteiras sôltas no mundo, e que nos deram desde os primeiros tempos coloniais um espírito nacional, com o qual os lográmos ajudar e pudemos em-fim sobreviver.

Outra surpresa, quási igual, é a nossa ingratidão, por vezes, a estes e outros benefícios recebidos, tanto mais grave, quanto ela é não raro ilógica e até ridícula. Quando foi da Independência, a reacção nativista se exerceu renegando não só a verdade histórica, como a própria voz do sangue, que assim traíamos. Éramos filhos de portugueses: tínhamos pois uma ilustre prosápia, de glorioso povo antigo que, depois de bater os infiéis, repelidos para África, onde continuaram a ser rechassados, se lançara ao mar tenebroso, contornara o continente negro, tocara a América, alcançara as Índias, atingira o

Japão, devassara a Oceânia, e não havendo mais mundo, porque se «houvera lá chegara», tirou-o em prova, dando a volta ao mesmo mundo.

Pois bem, quando a vaidade dos civilizados, ricos e pobres, pretende procurar parentes entre os Cruzados, nós que os temos, de facto, entre os da Terra Santa e os da Terra inteira, nós renegávamos os pais que tínhamos, e, não ousando nos gloriar dos negros africanos, invocávamos os selvagens brasileiros. Portugueses é que não queríamos ser. É simbólico aquele caso, entre tantíssimos, de delírio nativista, de um Francisco Gomes Brandão, que passou a ser Francisco Gé Acaiaba de Montezuma, até que a Corôa lhe corrigiu a paternidade, ingratamente repudiada, dando-lhe fictícia nobreza, no título de Visconde de Jequitinhona, gratificação merecida dos talentos e serviços de patriota e estadista.

Não sabíamos, e talvez ainda não o sabemos todos, que êste selvagem brasileiro é dos povos ínfimos da terra, na escala mais baixa da civilização, que tem estudado a Sociologia, mais atrasados e

bárbaros que os feios africanos, a quem demos maior desdém e tamanha ingratidão.

Mais ainda. Estes portugueses fizeram uma formosa língua, irmã das línguas romances, derivadas do latim, trabalhada e polida pelo maior Épico dos tempos modernos, por uma legião de prosadores que se contrastam com os mais considerados da Europa inteira. Com efeito, uma autoridade, porque é de estranjeiro, o sr. Edgardo Prestage, da Universidade de Manchester, onde ensina a literatura portuguesa, o afirma: «Não há país, por mais rico que seja o seu pecúlio literário, que não se ufanasse de contar entre os seus filhos cronistas como Fernão Lopes, historiadores como João de Barros e Diogo do Couto, *raconteurs* como Fernão Mendes Pinto, biógrafos como Frei Luís de Sousa, escritores ascéticos como o padre Manoel Bernardes, moralistas como Frei Heitor Pinto, oradores sagrados como o padre António Vieira, homens inspirados de Deus como Frei Tomé de Jesus, que, no cativeiro de Marrocos, compôs a obra de devoção inigualável, *Trabalhos de Jesus*. E cita-os to-

dos, para reservar o maior louvor a êsse incomparável D. Francisco Manoel de Melo.

Pois bem: deu-nos Portugal esta casta e sonora, forte e sólida língua portuguesa, para a honrarmos e acrescentarmos, na divulgação do grande povo que havemos de ser, e aparecem por aí umas vozes, graças a Deus discordantes, felizmente sem alcance e sem eco, a reclamar, em nome do nativismo, os abusos de prosódia, os erros de sintaxe, os solecismos intencionais, os desleixos de estilo, porque com isso, dizem êles, ou o pensam consigo, faremos uma língua brasileira, tristíssimo dialecto começado assim no êrro, não do povo, o que seria de se escusar, mas de letrados, o que apenas é de sorrir. A língua brasileira seria como a parentela brasileira, que alcançou o nosso desvario.

Felizmente, assim como a gente não escolhe os seus parentes e, mercê de Deus, os nossos foram ilustres, também não escolhe a linguagem que balbucia no berço, e, bem-aventurados os brasileiros, porque essa é a ilustre língua portuguesa.

... É estulticia cuidar em fazer uma língua, sequer um dialecto, obra difícil e longa de um povo inteiro, em muitos séculos, e não decisão política de alguns patriotas descontentes.

Depois, para os consolar, basta que tenham paciência e o tempo lhes dará insensìvelmente a variação que desejam, tanto em Portugal como no Brasil, a que a vida impõe, a vida de que a linguagem é a expressão pensada e articulada. Não há muito, um sábio mandado pela Academia Francesa ao Canadá, para assistir a festas seculares, de lá voltava maravilhado por ter ouvido falar — os ouvidos não queriam crer — o francês do grande século, língua de Pascal e de Racine, que já não tem curso em França, e conservara a fidelidade da antiga colónia. No Maranhão, como na Baía, estão conservados vocábulos e locuções, ainda em uso no Minho ou em Trás-os-Montes, e que Lisboa e o Rio de Janeiro desaprenderam.

O tempo, que faz isso, fará felizmente cada vez menos isso, graças a essa incessante comunicação humana, que é a vantagem do nosso tempo. Outrora, num

cantinho de terra, numa Suíça, havia lugar para três línguas e trinta dialectos, insoados nos vilarejos, ninhos alpestres de gente, no regaço dos valados e povoações lacustres, os quais, próximos pela distância, idênticos de raça, entretanto se não entendiam. Hoje, em imensos países, como os Estados Unidos ou o Brasil, de um recanto longínquo ao outro extremo do território, a mesma língua é falada e compreendida por todos os seus milhões de habitantes. Pequenas variações prosódicas, que o clima e o meio social solicitam, vocabulário e expressões pitorescas, que a vida regional diferente inventa e propaga, disseminam-se por todo o país na difusão pronta da imprensa, do correio, do telégrafo, e das gentes que incessantemente se comunicam.

A língua varia assim insensìvelmente, mas continuamente, e só a disciplina da educação e da instrução da linguagem lhe põe empeços aos desmandos e degeneração, para a glória de sua mantença e perfeição.

Não faz o lavrador uma árvore; mas, plantada a tempo, adubado e regado o

terrão, protegida por tutor quando ainda vergôntea, podada mais tarde de ladrões, esgalhos e demasias de folhagem, dará bela árvore, então sombria, florida e frutuosa.

(De uma conferência-pedagógica, da série promovida pelos inspectores escolares do Rio de Janeiro, em 1919, publicada na revista *A Escola Primária*, Rio, Junho a Setembro de 1919.)

DISCIPLINA DA LINGUAGEM

Do Brasil pode dizer-se que foi e é terra de gramáticos. Se fizermos uma estatística bibliográfica, e compararmos os Lusitanos e os Brasileiros na produção literária, — que ainda agora é de um livro aqui editado para três publicados além-mar — veremos que está invertida a proporção; que a cada gramática portuguesa correspondem três outras brasileiras. Êste abuso se justifica, entretanto, considerado que, longe das nascentes da língua, onde a caudal é pura, havia aqui necessidade de quem nos corrigisse e

rectificasse a corrente, já cinco vezes mais abundante, nesse curso americano da língua, que hoje falam e vinte cinco milhões de Brasileiros...

... Os desrespeitos à língua materna não se perdoam a filhos, que somos, ainda que se relevem com pesar a pais, que êles são. Para mostrar com um só exemplo o progresso que neste caso vamos fazendo, basta dizer que há algumas décadas não havia grande escritor, fosse Alencar, — grande tribuno, fôsse José Bonifácio, — grande publicista, fôsse Tavares Bastos, — grande jornalista, fôsse Joaquim Serra, que bem cõlocasse os pronomes, alás colocando bem as ideias. Hoje em dia, até os que falam ou escrevem sem ideias para colocar, todos sabem dispor os tais pronomes...

... Quanto às impertinências dos gramáticos, embora bem impertinentes de facto que elas são, não deixam entretanto de ser necessárias... Os gramáticos devem continuar impertinentes, para que se não demasiem, dando maus exemplos, os bons escritores, invocados talvez mais tarde como modelos de bem dizer...

... *Gramáticos*, dizia D. Francisco

Manuel, *é uma praga de gente bem escusada no mundo; são como os cães das boas letras; não servem senão para roer ossos e espinhas, até que as poem na espinha.* Sofram os escritores medíocres, e ainda os grandes; mas consolem-se estes, que alguma vez hão-de levar a melhor. Rufus, um gramático contemporâneo, tratava Cícero de *allobroge*, isto é: bárbaro gaulês, que conspurcava a clássica latinidade. Tal lhe foi porém a fôrça do génio, defeitos e qualidades se impuseram em tanto prestígio, que os prósteros só lhe viram belezas e perfeições...

Há certos rios que, no mais do tempo do curso sem muitas águas, obrigam a esclusas de espaço a espaço, e a molhes ao longo das margens, para que se não alaguem sem proveito da navegação. Nessa disciplina andam bem o trânsito e a indústria. Mas, um dia, lá vem a cheia diluviana, e arrombam-se as comportas, demolem-se as muralhas, e até de leito muda a torrente, pois que, saindo, não entra às vezes mais no antigo, e outro procura mais direito — um melhor *perfil de equilíbrio*, como dizem os hidrógrafos. Neste álveo serão, quando as águas

minguarem, repostas as reprêsas e ladeados os cais, para nova disciplina, necessária ao trivial constante do tráfego e do comércio. O grande homem, como Cícero, não está nas previsões humanas, e quando sobrevém, como a enchente, leva tudo de roldão, e depois, no seu rastro, impõe a todos que o sigam. Os homens úteis, como Rufus, corrigem, no que podem, os grandes, e disciplinam os pequenos, pelo caminho novo agora mudado. E graças a êles é que o trato perfeito da indústria do pensamento, do comércio das letras, consegue refazer-se com as leis e regras da boa linguagem.

Gramáticas e gramáticos nos são pois necessários e indispensáveis, obrigando-nos à tradição respeitável dos nomes maiores, conformando-nos a uma identidade de dizer que dá semelhança e carácter à alma tôda da raça, na expressão acorde dos sentimentos e das ideias comuns. Será preciso mesmo re-habilitar nos seus antigos foros a gramática, e aos gramáticos dar-lhes a confiança no seu ministério, que vão perdendo...

Depois, é principalmente na escola primária que se aprende, com a leitura e

com a escrita, ainda implìcitamente, educativamente, a gramática. Sôbre o assunto do ensino de gramática na aula primária há discussões interessantíssimas, que ainda não findaram, entre os pedagogos, mas das quais se não pode colhêr a inferência geral que a gramática formal só deve ser permitida em últimos anos escolares, mesmo na última classe dos estudos primários...

... Se êste ensino fôr feito cuidadosamente, a gramática formal ou livresca pode até não ser necessária; a educação completa da linguagem prescindirá da instrução gramatical. E' exactamente neste sentido que se pode subscrever aquela sentença da «Comissão dos Dez» na América do Norte, quando afirma «que se pode falar e escrever bem, sem especial instrução gramatical». E' ainda êle que esclarece os dois admiráveis postulados da pedagogia sôbre a gramática: o de Herder — *a gramática deve ser aprendida pela língua, e não a língua pela gramática;* e o de Spencer — *a gramática, feita após a língua, deve ser ensinada depois da língua.* Sem paradoxo poder-se-ia mesmo acrescentar

que a perfeita instrução gramatical é um empêço à boa oração ou boa escrita, pois que o permanente cuidado de dizer bem tolhe a liberdade e a sinceridade de dizer o que se quer e o que se deve. Isto explicaria porque os bons gramáticos não são em geral bons escritores; porque escritores gramaticalmente perfeitos são de segunda ordem. Para ser Homero, e ter-lhe os divinos assomos, é preciso às vezes cochilar: *dormitat Homerus*. Zoilo, capaz de o corrigir, entre outras causas, mas também por isso, não poderia escrever a *Iliada*.

Entretanto, o maior mérito da gramática não me parece êste de codificar as boas maneiras de dizer e escrever, pelo exemplo autorizado dos grandes autores, para uso de tôda a gente. A função educadora da gramática excede êste âmbito acanhado. Os próprios gramáticos não o compreenderam; foi preciso um filósofo, para o indicar, e a mor parte dêles o desconhecem, porque nem sequer o invocam, para demonstração da inapreciável vantagem dêste estudo.

Ouvi Stuart-Mill: «A gramática é a parte mais elementar da lógica. É o iní-

cio da análise do processo mental. Princípios e regras de gramática são meios que fazem corresponder as formas de linguagem com as formas universais do pensamento. As distinções entre as várias partes do discurso, entre os casos dos substantivos, os modos e tempos dos verbos, as funções dos particípios, são distinções de ideia e não apenas de palavras. Simples nomes e verbos exprimem objectos e acontecimentos, muitos dos quais podem ser conhecidos pelo pensamento, e cada diferente modo corresponde a uma diferente relação. A estrutura de cada sentença é uma lição de lógica».

... *Disciplina do pensamento, pela disciplina da linguagem*, eis a nova definição da gramática. Ensinando a bem falar e a bem escrever, a gramática ensina a bem pensar, e quem pensa bem por fôrça se há-de exprimir correctamente, e talvez perfeitamente...

... Não tenho receio de afirmar que as críticas feitas à gramática veem de que ela não é bem ensinada nas escolas, e que certos livros gramaticais ofendem a Pedagogia...

... A culpa vem dos maus métodos de

ensino da gramática formal ou instrutiva.

Maus métodos de muitos professores, maus compêndios de alguns autores.

É fácil demonstrar que a gramática tem um objectivo concreto, como a Geografia e a Botânica. Não com definições abstractas e absurdas, numa nomenclatura geroglífica e exotérica, mas com senso e habilidade. Tomemos uma frase qualquer, intencionalmente errada: sujeito no plural, verbo no singular, dois atributos, mas de género e número disparatados, e não haverá aluno de uma classe média qualquer, que não rectifique, imediatamente. Está a porta aberta. Ficarão sabendo, e fàcilmente, como já sabem, mas não sabiam que sabiam, as regras de concordância...

... Há livros, aliás eruditos e profundos, sôbre êste assunto de gramática portuguesa, mas que, por isso mesmo, só lidos por humanistas. A gente tem vontade de parodiar Vieira: *¿é possível que somos brasileiros e havemos de ler um livro brasileiro, sem entender o que diz, porque haveríamos primeiro de aprender grego e latim*? Não pensem que exagero:

de Júlio Ribeiro para cá, contados serão os nossos gramáticos que tenham escapado ao mau sestro de uma nomenclatura, além de complicada, eruditíssima. Tudo são «aoristos», «gerúndios», «proparoxítonos», «factitivos», «anacolutias...» de pasmar e meter mêdo. Dêles ficará o leitor apavorado, embora com uma transcendente ideia da capacidade filológica, assim revelada com tamanha eloqüência heleno-latina, em assunto de gramática portuguesa...

¿Quem há-de defender as pobres crianças dessa tortura nova, senão o próprio Estado, que promove a educação e a instrução nas escolas, e que assim como impede o mau trato físico, não deve consentir as sevícias mentais dos livros menos bons e dos maus processos de ensino?...

... Os velhos países da Europa, depois de se entre-matarem, o primeiro recurso que encontram para pensar as feridas da guerra, é reformar e refazer, para as necessidades novas, do novo mundo que alvorece para a humanidade, a sua mesma educação...

... ¿E nós? A nós, nos cumpre fazer

alguma coisa, do muito, do tudo que há por fazer. Não se dirá que somos imodestos, começando por aí. No princípio de tôda educação e tôda instrução está pensar e dizer. Está aí também a reabilitação da gramática, assim justificada — arte nobilíssima que ensina a falar e escrever bem a língua materna, património histórico que herdámos dos nossos maiores e que nos cumpre herdar aos nossos filhos, pura e perfeita, gloriosa língua com que se descobriu o mundo à Civilização, e com a qual lhe descobriremos, bem presto, tôdas as capacidades da civilização brasileira.

(Da mesma conferência citada anteriormente.)

III

Alberto d'Oliveira

A LÍNGUA PORTUGUESA

As últimas gerações literárias, educadas por Paris, tontas com o vinho espumante das metáforas de Hugo, e amamentadas por êsse estilo milionário e garboso do Romantismo, acharam a pobre língua portuguesa muito ruda e grosseira para os seus assuntos, e por isso a trataram com os maus modos impacientes, de que ainda agora o vestígio e o mal estão visíveis.

Chamaram-na *língua de almocreve*. Queria isto dizer que, desabituada de setins e de brocados, tão ignorante da Civilização como algum velho pastor da Serra da Estrêlá, ela parecia mal entre as línguas literárias da Europa, e que a sua sintaxe

bronca, pouco maleável, vestida de estamenha áspera, dava pelo joelho às opulentas sintaxes francesas, ajaezadas de neologismos rutilantes, sabendo cair bem depois dos saltos mortais de imagens novas, e passeando entre os jardins polidos das Ideias sem errar o caminho nem ultrapassar a murta dos canteiros. Os poetas de Coimbra, vestidos todos com o perpoém vermelho de Théo, apetecendo uma prosa tilintante como cristais que se partem, usando cabeleira, monóculo, perfumes complicados, todos os requintes — ¿como poderiam aceitar sem absurdo esta natural e ingénua linguagem do Ocidente, sabendo a sol e a pão centeio, tendo uma expansão desesperadóra e grosseira, incapaz de guardar as conveniências, cheia de plebeísmos picantes, ignorando a discreção, o espírito, o sorriso, e apenas abusando, com um mau gôsto deplorável, da gargalhada aberta e rústica?

Depois, língua pobre, falha de palavras para a bagagem de ideias novas que cada mala-posta europeia nos trazia; língua de pescadores; chárabiá de marinheiros embrutecidos nas opulências da

Índia, e ficando desde então a dormir um sono pastoso de ébrio; sinfonia de guerra, espremida em música de entêrro pelos frades, que a tornaram precocemente velha e fúnebre, e à fôrça de a quererem emparelhar com a mãe latina, lhe tiraram o brilho, a espontaneidade, o denodo das línguas de pouca idade.

¿Como se havia de traduzir, sem abandonar aos bichos esta sintaxe reumática, a maneira desequilibrada e ágil dos novos romancistas de França, dispostos a fazer palpitar a sua prosa como coisa viva, e querendo comunicar-lhe ainda as mais pequenas tremuras do temperamento?

Com decisão leviana de rapazes, os brilhantes marechais da nossa arte nem reflectiram que esta língua, tão perseguida de inimigos, já tinha as dedadas de Garrett a afeiçoá-la, e os empuxões de Camilo a dar-lhe graça e vigor; que no génio da prosa e do verso português não se haviam herdado impunemente os dizeres ingénuos de Fernão Lopes e as maravilhosas oitavas dos *Lusíadas;* que, por mais primitiva e mais bárbara, possuïdora de muitos termos de sentido vago

e de onomatopeias riquíssimas, esta língua era a mais própria a que, dela, cinco ou seis rijos cavadores das letras tirassem todo o oiro autêntico, em vez de pobremente a aflorarem, maridando-a com sintaxes estranhas que a faziam coxear atrás da ideia, e indo-lhe assim a pouco e pouco delindo a solidez e o carácter.

Era essencial agitá-la e abaná-la como se faz a um adormecido, e conduzindo-a com mãos leves pelos becos da ideia mais escusos, ver se lhe tirávamos o ar dogmático, professoral, que lhe ficou dos sermões dos inquisidores e dos arrebiques dos frades. A linguagem dos primeiros cronistas é doce e meiga; incomparável é o estilo de Bernardim nas *Saüdades*, por forma que chego a não compreender como deixaram engrossar e manchar um tão fresco e transparente veio de água...

... Em pronúncia lusitana, a perfeição julgá-la-ia atingida, ouvindo falar uma rapariga de Coimbra, inteligente e educada, que tivesse vivido alguns anos entre pessoas cultas no Brasil. Não há dúvida que às vezes a eufonia da nossa

língua faz gume, anda esquinada, corta o ouvido. Ora sucede que o Brasileiro, embalado nas redes, adormecido debaixo das palmeiras, preguiçoso de berrar e de discutir, comunica essa simpática e desprendida indolência à sua fala, e dá a certas frases mais teimosas um sotaque benévolo e meloso. Alguns trechos da sua prosa, que tenho lido, poem até em circulação palavras meigas, tais como *menino*, *sinhàzinha*, e outras desta arte, conseguindo baloiçar o estilo numa toada que não recorda, ao menos, êsse enjoativo ritmo que há tantos anos assopra das bandas dos Franceses.

*

A língua portuguesa é, sem dúvida alguma, uma língua particularmente harmoniosa e musical. Os seus ritmos são doces; as palavras que a tecem, em geral desprovidas de acentos, são tristes como côres de tons pálidos, e expressam-se sempre em voz baixa. Isto dá nevoeiro de ideal à prosa, e presta serviços inestimáveis ao artista melancó-

lico, que é por via de regra o poeta português.

E' a pobreza de acentos que dá carácter e riqueza à nossa língua. Os temperamentos outonais falam de-pressa e falam baixo: a fala dos poetas líricos é sobretudo em tom menor, pois que as mais das vezes se queixam e choram. O espanhol, ao contrário, pronuncia rijo e acentuado; o francês de tal modo acentua e faz valer cada sílaba, que só è tolerável ouvi-lo quando peneirado e atenuado através da voz feminina. Por homens não posso ouvir falar francês: magoa-me; o seu *accent*, à fôrça de variado, é impertinente. Assim é que nunca se sai satisfeito da *Comédie Française*, depois de ouvir declamar enfàticamente as tragédias de Racine ou os versos de Victor Hugo.

O português, não — ainda bem que não. O português come as palavras, dizem as pessoas de bom-senso; não se entende senão com dificuldade, notam os estranjeiros. Em vez de separar cada palavra ou cada frase com diferenças de acento e de tom, mistura-as numa gaze geral, e vai transitando de umas para outras por

gradações imperceptíveis. Certamente, para servir em relatórios de sábios ou em compêndios de aula, a linguagem nítida seria mais prestável: mas a Arte é irmã gémea do mistério, e quanto mais velada se mostrar, mais interessante é. Uma língua assim, de acentos nublados, com palavras que dão a entender muito mais do que dizem, pode não ser uma língua de críticos e de eruditos, mas é a língua sugestiva e modelar dos poetas e dos artistas.

Vejam agora o português falado. ¡Que encanto! Tirando tôda a zona do Minho, onde o que se pronuncia é mais galego, que nosso, ouvir a língua de Camões è tão saboroso como ouvir assobiar melros, ou chuparem beijos, êle e ela, os namorados. De Ovar para baixo a estupidez minhota começa a voar em revoadas de poesia, e a pronúncia assume ritmos de bailada. Fala-se cantado; o génio popular inconsciente inventa os compassos e faz música com as menores frases. ¡O' casamento virginal dos mais claros luares de agôsto, com as primeiras desgarradas das cachopas! ¡O' tricanas improvisadas freiras, dentro das capas dos estudantes!

¿Quem melhor soluça ao vento, o Mondego, ou as vossas vozes?...

...Vai-se assim fazendo a ladaínha, de norte a sul, até as amendoeiras do Algarve. No mesmo selvagem Trás-os-Montes, se a língua dos cavadores tem ressaibos da terra dura que só dá vinho, a das mulheres sugere infinitos que se não podem explicar, se não se ouvirem. Mas a própria música, que é apenas lá um complemento da palavra insatisfeita, com o seu acompanhamento e o seu eco ao pé do Céu, serve para explicar, aos que não o sabem de experiência, quanto é incontestável o haver sido o herdeiro das musas gregas da Poesia lírica, êste Portugal de dois palmos, tão desdenhado nas chancelarias da terra!

¿Que prosa teem os homens de letras de fabricar com esta linguagem previlegiada? A prosa simples e sólida, insinuando mais do que explicando, escorrendo emoção, doçura e entusiasmo — prosa de apóstolos e não de mestres — única que nunca soará falso, mesmo nos dias difíceis do Vale de Josafate! Se se pede a um poeta francês que nos dê uma ideia da imortalidade da alma êle terá de

demonstrar, de argumentar; a sua ode porá o barrete didáctico de um explicador da Sorbonne. Peçam o mesmo a um trovador patrício de Bernardim Ribeiro: com duas palavras rimadas tê-lo hemos desembaraçado do encargo, e através da névoa dos seus versos romperá a visão de Deus.

O português não comporta a prosa ornada de vidrilhos, com oiropéis exteriores ocultando a pobreza íntima. Quer vê-la simples, o que não quer dizer superficial. Em bases resistentes, regida por construções gramaticais rijas e profundas, o trabalho todo vai em fazê-la voar e i-la tornando leve e aérea, ao mesmo tempo que dela se apossa a fantasia.

Renan, em França, sonhou esta prosa e realizou-a, quanto a ingratidão da sua língua lho tolerava. Entretanto, leiam-no muito tempo, e verão como ao sonhador se vai coalhando o sonho, e como as palavras, cáusticos singulares, ¡queimam a poesia das ideias! E' por isso que os artistas das mais recentes escolas, receosos da pobreza do francês, se habituaram a engastar nos seus livros as

pedras preciosas e faiscantes do adjectivo. Tais as mulheres pálidas, que pintam de vermelho as maçãs do rosto.

Por efeito da desorientação mental do nosso país e da sua paralisia de vontade, sucede que no momento actual só sabem português a preceito os mediocres e os eruditos, isto é, os que, incapazes de usar dêle, supoem que em copiar a linguagem gongórica dos Jesuítas está a revivescência da nossa prosa. Por outro lado os homens de talento, transigentes com o cosmopolitismo invasor, falam quási francês traduzido; e, secados pela civilização, o seu estilo é mirrado e não tem vida. Fialho de Almeida é ainda o único que faz correr frémitos nos seus livros, mas êsse mesmo, às vezes pouco possuído do papel que se distribuiu, deixa ver-lhe demasiado os bastidores. Pintalgado de arcaísmos e francesismos, a cada passo a dar salavancos de rebeldia, é por vezes incómodo de ler e não tem serenidade. Na frescura espontânea de Oliveira Martins há muito encanto; e certas proclamações de Antero ainda lembram a fala dos nossos avós. Mas a beleza, a harmonia, a graça da língua

portuguesa ficaram sobretudo dentro de algumas páginas de Garrett, e é ali que há-de ir buscar a semente quem quiser neste terreno pisado e abandonado da literatura nacional fazer crescer árvores que se vejam.

Pôrto, 1893.

(*Palavras Loucas*, Coimbra, 1895, pág. 235 e ss.)

MÚSICA DA LÍNGUA POPULAR

... Tenho últimamente observado como devem, segundo tôdas as probabilidades, ser gerados os rimances populares, de que a avó de cada um de nós tem sempre uma colecção escolhida para nos distrair em pequenos. Tomei essas notas num tribunal, a ouvir testemunhas de aldeia...

... A prosódia da língua faz (como está assente) com que a testemunha vá partindo a sua conversa, sem o saber, em versos octossílabos. Por outro lado a ignorância das ricas formas sintácticas obriga-a a escolher uma sintaxe simé-

trica, monótona, sempre a mesma, que acaba por fixar-se no nosso ouvido e dar ao depoimento um tom de melopeia.

Houvera pancadas, ditos de crua linguagem, e fôra num lavadoiro, à hora do sol, o caso. Tão bem o narrou a testemunha que eu me perdi a ouvi-la, como se ouve uma história. As suas últimas palavras foram:

> **E ela foi pr'á sua vida,**
> **E eu prá minha vida vim...**

e dêste modo simétrico e igual se havia já exprimido ao longo da narrativa. Só faltava a rima para termos pronto o romance. Como se vê sair o pinto do ovo, assim eu fui vendo sair esta inconsciente peça literária da cabeça bronca da lavadeira.

Tais apontamentos são úteis para abrir ôs olhos a quem, por ser letrado, se supõe de outra carne e de outro osso que os simples seres de instinto. Tôdas as almas neste mundo são sonoras, tôdas as sensibilidades teem valor; e os grandes sentimentos são sempre universais, de sorte que um grande livro terá mais tarde ou mais cedo um grande público.

Aqueles escritores que, apesar de se gastarem em sensações estéticas pessoais, pretendem a adesão geral e espontânea ao egoismo do seu talento, bem merecem ter à roda dos seus livros um restrito mandarinato de leitores.

Porto, 1893.

(*Palavras Loucas*, pág. 191 a 193.)

A NOSSA NATUREZA ARTÍSTICA

Diz-se (de Eça de Queiroz): A sua natureza artística era alheia às nossas, e única entre nós. O seu génio pictural e plástico, a sua intuïção do gôsto e da medida, a sua linguagem transparente e precisa, eram tudo quanto há de menos português. Nós somos plebeus, retóricos, sem imaginação objectiva e sem o faro apurado da arte.

¿Será assim? ¿Será merecida esta definição tão formal e exclusiva das nossas incapacidades estéticas? ¿Como explicar

então que em Portugal se tenham cultivado, através dos séculos, tôdas as artes, e que chegássemos a ter, embora com intermitências, uma pintura, uma arquitectura, uma escultura, uma cerâmica, uma ourivesaria, uma tapeçaria, um mobiliário, que ainda hoje fazem da nossa terra um tão rico museu?

E se, em verdade, os nossos escritores e artistas devem classificar-se de portugueses ou estranjeiros, conforme certos traços, bem custosos de definir, da sua fisionomia ou do seu temperamento — preguntarei então se nos cumpre restituir Camões aos Visigodos, porque o autor dos *Lusiadas* tinha o cabelo ruivo e os olhos claros; e se teremos de ver em Antero de Quental um filósofo alemão, em Guerra Junqueiro um profeta bíblico, em João de Deus um trovador árabe, em Ramalho Ortigão um crítico espanhol e em Júlio Denis um novelista inglês, pela simples circunstância de encontrarmos em cada um dêstes grandes homens dotes e singularidades que não são os de tôda a gente, e que os aparentam com tantas raças, de cuja mistura se fêz a nossa.

A nossa autonomia intelectual e artística não avançou tanto, me parece, que possamos assim desenhar-lhe rìgidamente as fronteiras. Não confundamos sobretudo com sinais de impotência orgânica os simples estigmas da nossa incultura e ignorância. Sempre que em Portugal houve atmosfera apropriada não nos faltaram grandes artistas: Garrett, em mais de um sentido, foi já uma antecipação de Eça de Queiroz. O nosso pretenso plebeísmo não impediu que a velha distinção e galantaria portuguesa tenham fama universal, e que ainda agora haja provas vivas da gentileza e garbo dos nossos fidalgos; que o coração da raça seja um dos mais cultos e afinados que se conhecem (já Cervantes dizia que ninguém, como os Portugueses, sabia morrer de amor); e que não haja em povo algum mulheres mais senhoris nem mais femininas que as nossas.

(Do livro *Eça de Queiroz*, Lisboa, 1919, pág. 59 a 62.)

O ÊRRO DO NATURALISMO

O Naturalismo não escolhia, ou escolhia intencionalmente às avessas, repelindo os motivos julgados nobres e salvando os ignóbeis do abandôno. Alargaram-se assim os limites do pitoresco na literatura. Mas a doutrina era tão artificial, apesar do nome de batismo que adoptara, e desdenhava a tal ponto as sondagens profundas da alma e da vida, em proveito de miúdas notações externas e anedóticas, que não tardou a fatigar os seus próprios apóstolos. Verificou-se de-pressa que havia muito engenho, digno de ser melhor empregado, ao serviço de um realismo que desfigurava a realidade e na defesa de verdades acessórias e secundárias, que não constituíam nem atingiam a essência da Verdade. Compreendeu-se desde então o que mais tarde o filósofo Bergson havia de formular tão lapidarmente nesta frase: *le réalisme est dans l'œuvre quand l'idéalisme est dans l'âme, et c'est à force d'idéalité seulement, qu'on reprend contact avec la réalité.*

(Idem, pág. 81 e 82.)

A SEM-RAZÃO DO PESSIMISMO

Oliveira Martins e Eça de Queiroz comparavam Portugal consigo próprios, e não com outras nações que pudessem ser-lhe razoàvelmente comparáveis. Um, cheio de talento e sabedoria, e com tôdas as competências, vivera muito tempo longe dos homens e já não sabia ensinar à sua misantropia o segrêdo de governá-los. O outro, artista de milionária fantasia e capitosa ironia, encarava as nossas dificuldades por um monóculo de literato, e tinha para julgar a política e a sociedade a mesma incompreensão distraída com que os espíritos políticos costumam apreciar a literatura...

... Agora já também vivi e corri mundo, e já sei que em tôda a parte as classes dirigentes adoecem dos mesmos erros imputados às nossas, e se nota com igual motivo aos parlamentares a sua enciclopédica ignorância, aos burocratas a sua rotina olímpica, aos costumes a sua dissolução, aos ricos o seu egoísmo e aos pobres a sua revolta... Observei com gôsto que os nossos patrícios, uma vez longe do pessimismo e apatia endé-

micos da nossa atmosfera, e desde que se defrontam e comparam com a gente de quaisquer raças e procedências, parecem outros, mostrando-se iguais aos estranjeiros na energia, na tenacidade, na inteligência e no êxito, apesar de muitas vezes inferiores na cultura. Compreendi a solidez da obra, ainda mais meritória por ter sido quási só instintiva, que, melhor que os homens, realizaram as mulheres e as mães portuguesas, carinhosas directoras hereditárias da alma nacional, tão sábias na sua ignorância, firmes construtoras dos lares de cuja coesão e harmonia se formou secularmente a Pátria.

(Idem, pág. 93, 96 e 97.)

O GALICISMO PSÍQUICO

O que mais nos compete, isso de-certo, é preservar a nossa originalidade e fazer de Portugal uma nação, não apenas política, mas económica e intelectualmente independente. E' difícil aos povos peque-

nos escapar ao contágio dos grandes, e nós temos a bossa da imitação muito apurada. Mas há Suíças, Bélgicas, Suécias, Holandas, Dinamarcas, por essa Europa, que nos ensinam o segrêdo de caminhar e viver por conta própria. Há mais de um século que vegetamos na sombra da França, e que o que eu já chamei, *o êrro paris-cêntrico* se tornou em Portugal uma obsessão mórbida, podendo ser tão fàcilmente uma influência útil e fecundante. De Paris nos vieram revoluções, modas, doutrinas, leis, escolas políticas e literárias — o romantismo como o naturalismo — em encarnações e adaptações freqüentemente irrisórias. De Paris (ou pior: do que só constitui a aparência superficial e fútil de Paris e em nada representa a sua forte essência) nos continua a vir quási todo o oxigénio cotidiano da nossa vida: a saúde e a doença; o bem e o mal; a alegria e a dor. A França, exactamente pelo brilho e irradiação contagiosa das suas qualidades, excita ao plágio. O que nela foi impulso do próprio génio, emanação natural e jacto vivo e fecundo, resulta fàcilmente, entre as nações do seu séquito, em artifício pueril e

convenção forçada e contrafeita. Despersonaliza-as, esteriliza-as, sem tonificá-las. E' sempre oportuno lembrar que não foi a França, apesar do seu génio, que ensinou a Vasco da Gama o caminho da Índia, ou ditou a Camões os dez cantos dos *Lusíadas*. Os descobrimentos e as conquistas, como tudo quanto nos honra na história, brotaram originais do nosso solo.

(Idem, pág. 98 a 100.)

A LIÇÃO DOS POETAS BRASILEIROS

Se a nossa poesia parece em geral caracterizar-se pela sujeição da forma à ideia e do ritmo ao pensamento; se somos mais sentimentais e filósofos do que artistas; se todos ajoelhamos perante os conceitos sublimes dos sonetos de Antero de Quental, sem repararmos um instante em quaisquer imperfeições ou frouxidões técnicas de alguns dêles — no Brasil, pelo contrário, o ouvido dos poetas é mais apurado ou exigente e quer encontrar no verso tôda a perfeição exterior,

imposta às obras das outras artes. Uma rima pobre, um verso baço, um soneto de pálido fecho, aparecem como sinais de desleixo ou impotência àquelas almas criadas no seio de uma natureza que lhes ensinou o segrêdo de tôdas as pompas e de todos os esplendores. E se o excesso em qualquer sentido é condenável e perigoso, porque a arte é o equilíbrio, não há dúvida que a nossa poesia, sempre trasbordante de seiva, mas por vezes insuficiente ou tumultuosa de expressão, só ganhará em receber a influência disciplinadora dos poetas do Brasil, cultíssimos estudantes da nossa literatura clássica, sabedores profundos das mais ocultas riquezas da nossa linguagem.

(*Na outra banda de Portugal*, Lisboa, 1920, pág. 118 e 119.)

A «SAÜDADE» NO BRASIL

Ainda há dias, folheando um dicionário corográfico do Brasil, descobri com surpresa que há neste país vinte e três

lugares a que a palavra *saüdade* serviu de batismo: 10 no Estado do Rio, 9 em Minas, 2 em S. Paulo, 1 na Baía e 1 em Pernambuco. Dezanove dêsses lugares chamam-se *Saüdade;* a dois deu-se ainda o nome mais bonito de *Saüdades*...

(Obra cit., pág. 343.)

A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Ao encontrar em casa de Ruy Barbosa o último *Dicionário Português*, do sr. Cândido de Figueiredo, lido da primeira à última linha, e crivado de notas e observações em tôdas as suas páginas; ao ver como êsse grande Manuel Bernardes ou António Vieira dos nossos tempos guarda ciosamente, e acrescenta dia a dia, o precioso tesoiro da nossa língua, eu sinto-me seguro e orgulhoso dos destinos da nossa cultura na América do Sul.

Quando pude ler as conferências que Joaquim Nabuco, sendo embaixador do Brasil nos Estados-Unidos, pronunciou

em diferentes universidades americanas, tomando como assunto de tôdas elas Camões e os *Lusíadas,* e fundindo assim numa só a história do seu país e a nossa — compreendi melhor que largas e novas possibilidades se abririam às relações luso-brasileiras, se todos as cultivassem com a superioridade de vistas do eminente diplomata, parlamentar e escritor, que tanto honra a nossa raça.

Um por em-quanto pequenino facto serve para avaliar até que ponto o Brasil, depois de ter sido descoberto e apresentado por Portugal ao mundo culto, pode chamar a si o encargo filial de nos descobrir e apresentar, por sua vez, a êsse mundo esquecido de nós. Êsse facto, que eu verifiquei pessoalmente e não me canso de mencionar, é o desenvolvimento que nos últimos anos tomaram os estudos da língua portuguesa na estudiosa Alemanha, graças às progressivas relações económicas dêsse país com o Brasil. Não há hoje outra nação na Europa que mais sèriamente se interesse pela nossa língua. E não se suponha que os caixeiros-viajantes germânicos se limi-

tam a ler e a escrever cartas comerciais. Conheci um Alemão, guarda-livros num banco, que adoptou como livro de leitura a tradução da Bíblia pelo padre Figueiredo. Conheci outro, empregado de um grande jornal, que me recitou de cor, com transparente entusiasmo, as primeiras estrofes dos *Lusíadas*. E para o estudo da epopeia camoneana se abriu há anos um curso especial, dirigido por um eminente filólogo, na universidade de Berlim...

... Os escritores brasileiros estudam a nossa língua comum com mais esmêro que nós próprios, e o seu culto da forma devia servir muitas vezes de exemplo e lição à nossa negligência. Mas as suas fontes de inspiração não me parece que guardem sempre o devido equilíbrio entre o cosmopolitismo e o nacionalismo lusitano, que tanto poderia fecundá-las. Ninguém pensa em restabelecer um *indianismo* que era uma aspiração pueril de autonomia literária. Mas Paris é em grau excessivo a capital intelectual do Brasil, como os Estados-Unidos são a sua musa económica; e esquece-se por ventura

que o Brasil futuro tem de embeber bem as suas raízes no passado de Portugal, para poder desabrochar em frutos originais e continuar o seu destino histórico. A êste respeito um Brasileiro de 60 anos e outro de 30 fazem já, aos meus olhos, esta importante diferença: o primeiro é entusiasta da história portuguesa e anseia por vir a Portugal conferi-la, na visita aos nossos monumentos e païsagens e no estudo dos nossos arquivos; o segundo repara mais para o atraso do Portugal moderno, do que para o brilho do Portugal antigo. Ao passar em Lisboa algumas horas, como por uma cidade onde nada tem que ver de novo, não repara talvez que muito tem a ver de *velho*, e de fecundo e educativo, aqui e em todo êste maravilhoso país, recheado de história e de lenda, que foi tronco genealógico da sua pátria...

... Encontrei no Rio escritores, a quem a nossa vida do campo, e os costumes pitorescos das nossas aldeias do Minho, fascinavam de longe como por uma atávica saüdade. As infindas solidões do Brasil, os seus espessos sertões, as suas raras

estradas, devem produzir a nostalgia da nossa païsagem, meiga e aconchegada como um jardim. Êsses nossos irmãos americanos sentirão mil vezes exiladas as suas almas europeias, no meio da natureza sublime, mas em tanta parte virgem de cultura e de tradição humana, que os rodeia. E é êsse agasalho espiritual que a nossa terra, onde tudo tem biografia e nome, lhes oferece...

... Sem chegar ao excesso ridículo de afirmar a existência de um idioma *brasileiro,* não se contesta que o português tem de evoluir no continente americano, segundo regras que aqui mesmo hão-de ser, como em tôda a parte, a cristalização dos usos e abusos, e que não podem ser-lhe ditadas de fora. A língua há-de ter no Brasil a sua sintaxe, como já tem a sua pronúncia, nas quais continuarão a colaborar em equilíbrio, como em tôda a obra humana, a tradição e o progresso. Não temos, aliás, senão louvores a erguer ao Brasil, pela maneira elevada como até agora essa obra tem sido compreendida. Basta dizer que o purismo é aqui uma preocupação maior que em Portugal; que

as discussões gramaticais e filológicas teem no Brasil as honras da popularidade; que o galicismo superficial grassa aqui menos intenso—o que bem está indicando como todos sentem a importância imensa da língua na formação mental e moral da nação.

Ruy Barbosa, o grande mestre, fixou na América o nosso idioma, como Dante na Itália, ou Camões, Frei Luís de Sousa, Padre Manuel Bernardes e Padre António Vieira em Portugal. Já não temos coisa alguma a ensinar ao Brasil nesse capítulo. Mas, ora de cá, ora de lá, todos ganharemos em assegurar com interêsse a unidade e a marcha da língua, procurando que essa marcha seja convergente, e não desencontrada. É uma doce ilusão, só permitida a gramáticos, supor que uma língua se estuda pela gramática, e que se aprende a ser escritor como se aprende a ler e escrever. Não há mal algum em que no Brasil surjam, ao lado de puristas discretos, penas audazes e rebeldes ao purismo, impondo novas verdades por meio de velhos êrros, isto é, literalmente: escrevendo direito por linhas tortas. Não percamos de vista que

Eça de Queiroz, apesar do seu restrito vocabulário e da sua sintaxe uniforme, teve muito maior influência na modernização e na flexibilização da nossa língua, do que Latino Coelho ou Castilho, com os seus estilos opulentos e impecáveis. Um era um grande génio literário, com um tal poder de criação e de imaginação, que teria inventado até uma língua nova, se Deus o houvesse feito nascer numa sociedade de mudos e de analfabetos. Os outros dois — e não lhes associo Camilo, pois que nesse coïncidiam a erudição e o génio — foram bons servidores da língua e das letras, escrevendo, aliás, português como uma espécie de latim ou grego dos nossos dias; e continuam a ser bons autores de estudo e de consulta, mas aí pára a sua influência. Não nos deixemos, pois, seduzir demasiado pelos *recta-pronúncias* que ainda abundam nas nossas literaturas, e lembremos-lhes que a sua útil missão de mestres de meninos não os habilita a doutrinar pessoas grandes. O direito ao neologismo é tão respeitável como o direito ao arcaísmo, desde que a uns e outros justifique a necessidade ou o gôsto, e consagre o uso.

O purismo inquisitorial é uma especialidade quási lusitana, e que nos ficou do latim fradesco, como se o manejo das línguas vivas pudesse equiparar-se ao estudo das línguas mortas. Olhemos ao redor de nós. Os dois prosadores máximos da França moderna, Renan e Anatole France, ¿são por ventura caracterizados pelo arcaísmo e pompa antiga, ou pela transparência, sobriedade e elasticidade da sua linguagem? ¿E não sucede o mesmo a Goethe na Alemanha, a Macaulay na Inglaterra, a Alarcon na Espanha, ao próprio sumptuoso D'Annunzio, na Itália? Podemos lamentar (e êle próprio lamentava) que Eça de Queiroz não tenha feito mais sólidos estudos de humanidades; mas estejamos certos de que, apesar disso, com êle aprendemos todos a escrever, e vimos a nossa língua, na expressão do pensamento moderno, na elegância e vivacidade das formas, na pintura das coisas, na ressurreição das pessoas, atingir a níveis que ainda ninguém alcançara.

Dito isto, para provar que não sou um ferro-velho da linguagem, passo já a expor quanto me encantam as utilizações

inteligentes e oportunas da erudição linguística, e, ao contrário, me horrorizam as inovações pedantes de alguns estetas. Repor em uso uma velha palavra, quando bem escolhida, é quási sempre mais artístico, do que fabricar desnecessàriamente uma palavra nova. Os escritores brasileiros fornecem-me utilíssimas lições neste particular...

... Ainda há pouco, conversando com Ruy Barbosa, aprendi duas lindas e velhas palavras portuguesas, *aguagem* e *arfagem*, que são a equivalência exacta, e que estranho seria que não existisse na língua dos grandes Navegadores, das formas francesas *roulis* e *tangage*, com que se definem os dois movimentos de balanço dos navios .E, em-fim, posso dizer que leio com gula e proveito, cada dia, a prosa de Carlos de Laet e de Nuno de Andrade, cujas penas habilíssimas escrevem, sem afectação, ao mesmo tempo a mais castiça e a mais nítida e flexível das linguagens.

(Obra cit., pág. 90, 279 e 280, 295 a 297, e 320 a 325.)

IV

Alfredo Coelho de Magalhães

VALOR SOCIAL DO ENSINO DA LITERATURA

Para o ilustre filósofo francês (Alfredo Fouillée) é indispensável criar nas democracias, cujo principal perigo é o excesso da tendência utilitária, uma «élite» que pense no futuro, preocupada com a defesa dos grandes interêsses intelectuais e morais e do espírito nacional.

E não é o ensino com base scientífica que criará essa «élite»: há-de criá-la o ensino baseado no sentimento estético, poderoso auxiliar do progresso intelectual e moral, porque, desinteressado como é, não pode converter-se em utilitarismo, mantendo, além disso, o seu objecto, que é o belo, estreitas relações com o próprio bem.

E, por isso mesmo, entende Fouillée que no ensino secundário é preciso, antes de tudo, manter e aumentar a cultura estética, poética, literária, histórica, filosófica, como a única essencialmente moralizadora (1).

E, porque também assim o entendo, é que sempre tenho atribuído ao ensino da literatura uma função mais *educativa* do que *instrutiva*, procurando, por meio dela e servindo-me ainda dos ensinamentos de Fouillée, criar na alma dos que educo os grandes sentimentos que teem por objecto a natureza, a família, a pátria, a humanidade, o destino humano (2).

Todo o meu desejo e tôda a minha esperança é de, no ensino secundário, educando *educativamente*, como se exprimiria Dubois, conseguir o máximo de perfeição individual, transformando os elementos maus da natureza em elementos melhores.

---

(1) Alfredo Fouillée — *La réforme de l'enseignement par la philosophie*, Paris, 1901.

(2) Alfredo Fouillée — *Les études classiques et la démocratie*, Paris, 1898.

E está aqui, certamente, a explicação para o facto, neste livro afirmado, de eu atribuir ao estudo do lirismo um grande poder de educação.

O nosso lirismo é predominantemente, senão exclusivamente, *amoroso*. Estudá-lo é aproveitar a capacidade amorosa dos Portugueses, como fonte criadora das mais nobres virtudes.

Eu tenho a impressão de que ler os mais altos poetas líricos lusitanos, e a todos excede, e por isso mesmo substitui, Camões, é fazer descer ao fundo da alma os sentimentos ruins, para a ela aflorar e ficar a dominá-la a necessidade de amar, desabrochando em sacrifício generoso, lealdade e alvoroçado desejo de perfeição.

Mas, ao lado dêste aspecto humano, eu quero ainda que a educação revista um carácter eminentemente nacional, como já proclamava Garrett...

... Ao passado iremos buscar sòmente energia e esperança, afirmando que queremos viver de nós mesmos, das nossas tradições e com as nossas qualidades.

Os que assim pensam querem apenas dar continuïdade à nossa vida, defendendo e avigorando, senão criando de novo, o espírito nacional.

E, longe de nos isolarmos da Europa, ficaríamos a viver em comunhão com ela, levando à sua civilização alguma feição original...

... De quanto fica dito poderia concluir-se que desconheço a importância do ensino profissional e a sua necessidade em Portugal.

De modo nenhum. Pelo contrário, confio duma boa educação profissional o ressurgimento da economia do meu país, reconhecendo que é indispensável desenvolver e aperfeiçoar o ensino técnico nos seus diversos ramos.

Não é apenas, bem sei, intelectualmente, que havemos vivido da Europa; também econòmicamente, temos estado eufeudados ao estranjeiro, desaproveitando e desprezando as grandes riquezas nacionais.

Mas quero que a educação técnica seja acompanhada, senão precedida, da educação *educativa* de que nos fala Dubois,

Há-de ser por esta que se criará o amor de Portugal; e, só amando-o, consciente e apaixonadamente, é que poderá realizar-se a obra de sacrifício que êle exige, para não morrer.

E para o amar assim, é preciso conhecê-lo, intimamente, na sua história e nas suas tradições, onde vive, oculta, a sua velha alma, que será sempre a alma nova de Portugal.

Desconhecemo-nos e desamamo-nos. Não sentimos, com orgulho, a beleza e a grandeza das nossas coisas; não evocamos, com emoção, a memória dos grandes Portugueses.

Não pudemos sequer elevar-nos à consciência de que foi Camões quem nos eternizou, e, por isso, não criámos ainda o seu culto.

Andamos perdidos e desvairados, e, assim, todo o nosso trabalho será infecundo. Vivemos de malquerença e ódio, numa contínua dispersão de fôrças. Falta-nos um ideal colectivo que seria a vida superior da nação.

E não será a educação utilitária que o criará. Há-de criá-lo, principalmente, a cultura histórica...

... A vida não é feita apenas das realidades imediatas e tangíveis. Mas também estas não podem iludir-se. Tornam-se cada vez mais dominadoras e mais opressivas.

E daqui nasce uma solução para o problema do ensino, que consistirá em conciliar a corrente utilitária e a idealista...

... É nêste sentido que eu tenho dirigido a minha acção de humilde educador. E faço-o com o íntimo sobressalto e o recolhido contentamente dum crente. É que não há para mim virtude que valha mais que a bondade — flor divina que nasce da saüdade de Deus e se alimenta da dor eterna...

E creio, profundamente creio, que essa atitude do homem, de face voltada para Deus, na ansiedade de o sentir em si, há-de resultar da educação. Só dela confio que o homem se torne melhor.

E, sem a bondade a iluminar a alma humana, nenhuma outra virtude terá o poder de criar a felicidade sôbre a terra.

Que a educação dê ao homem audacioso esfôrço, necessidade indomável de

trabalhar, aptidão perfeita para produzir; e não lhe faça desabrochar e florir na alma a flor da bondade, — e a obra humana, seja qual for a sua grandeza e o seu deslumbramento, será sempre de egoísmo, de ódio e de luta sangrenta...

(Das *Tentativas Pedagógicas*, Pôrto, 1920, pág. 14 e ss.)

V

Antero de Figueiredo

A LÍNGUA PORTUGUESA

Depois, eu amo tanto a minha língua, esta nossa querida língua portuguesa! — fidalga de nascença pelos pais, cedo emancipada e logo rica, modesta no aspecto, dada no trato, grave no som, sóbria na tinta, gentil de linhas, e por ser desembaraçada de partículas inúteis, precisa nos conceitos, rápida nas máximas, evidente nos contrastes; e ao mesmo tempo cândida para bucólicas, terna para lirismos, altiloqüente nas estrofes das epopeias sonorosas, esquiva no diálogo curto, avolumada no discurso lento, sacudida no remoque vivaz do têrmo popular, e culta em pausada escrita de humanistas; — eu amo tanto a minha língua, que era meu regalo, depois de bem a ler nos velhos mestres, apurada e saborosa, mas serena e fria, ir ouvi-la ao ar livre,

por essas províncias fora, falada, cantada, rezada, à gaia gente da planície, à triste da borda-mar, à meditabunda das serras, à humilde dos povoados esconsos.

¡Com que gôsto vou partir para a aprender, ouvindo-a, arejada e leal, da bôca livre do povo, onde espontâneamente acodem termos incisivos e esbeltos modos de dizer, adivinhados pelo faro do instinto ao chocarrear truanices, ao estilhaçar francas alegrias escantilhadas, ao soluçar dores aflitivas que desmancham os gestos e a figura, ou a espasmam em tortura muda — dores que apunhalam, sufocam e matam!

E porque as línguas, como tudo, de contínuo se transformam com as necessidades crescentes, solicitadas pela vida em movimento, num dinamismo revoltoso mas vivificante, que só o justo saber e o bom gôsto policiarão, com a índole da própria língua e as belezas estáveis que a tradição nela afinou e afincou — essas locuções e essas estruturas novas, pela viveza e pelo imprevisto da factura, dirão, de maneira subtil, no corte, no colorido e no ritmo, o que de raro hou-

ver que dizer nesta inquieta era de arte, exigente de expressões fulgurantes.

Se tal acôrdo se der, entre o passado fidalgo e o presente moço — entre o sábio que a fixou, o povo que a desdobrou e a vida moderna que a agitou — o génio da língua ficará íntegro; sua tradição, honrada com fidelidade; a linguagem, escorreita; o estilo, limpo; a estrutura, reforçada no movimento e brincada na graça; e a expressão, irisada de mil facetas e aparelhada para tudo dizer e mostrar. E, assim engrandecida, esta admirável língua, antiga e moderna, escrita por letrados, oralizada pelo povo, lesta e gentil, rolará nos tempos, sempre pura, mas mais robusta, mais ágil, mais bela.

*
* *

A lei artística da prosa segue a lei natural da vida bela: eterna harmonia na eterna variedade. Cortes redondos ou esquinados, movimentos rápidos ou lentos, tintas esbatidas ou cruas, ritmos brandos ou vivos (tudo envolto em melodia e ao sabor de cada temperamento) andam com

a beleza que a Natureza oferece ao artista que a vê e a revela.

Um ascender de lua-cheia dourada, por entre ramarias invernosas; tempestade de ventos e de chuvas a esfuziar e a bramir; horizontes puros de mar chão, ou contorsões de penedias a pique sôbre abismos fatais; trilos de aves ou roncos de feras esfomeadas; um fio de graça num sorriso amante, ou angústia muda de homem desventurado que nem chorar pode; a luz cândida do amanhecer, ou a caligem das noites tenebrosas: — são temas diferentes que se dizem com músicas e linhas e tintas diferentes. E o recorte das frases deve ser preciso ou vago, conforme o que se expressa tem o vigor da nitidez ou a magia do mistério...

Assim, a prosa será movimentada ou quieta, branda ou forte, nervosa ou calma, abalada ou lenta, e os períodos, grandes ou curtos, redondos ou esquinados — boleados ou facetados. Um recanto de sombra bondosa, feita pelos ramos pendentes de velho olmo desraizado, que, da margem esmoroada, se dobra sôbre a água verdecida e trémula de humilde ribeiro — lá, longe das cidades, no fundo de

uma terrinha ignorada — pinta-se com aguarelas de palavras brandas e de imagens frescas; e o sorriso justo dessa luz de paz diz-se no ritmo de um período boleado em curvas afagadas. Mas, à beira-mar, uma tempestade, ondas de ódio verde, antigo, entumecido, a arremeter, a espedaçar-se de encontro aos rochedos impassíveis da costa; o vociferar dos vagalhões — explosões de espuma, jorros ao ar; depois, novas ondas, novos rancores, raivas vencidas, cuspinhando, para o céu, roncos, imprecações eternas, a rugir; tal ódio, ora ondulado como cobra, ora titan, arremetendo contra muralhas: semelhante fúria mostra-se em ritmos avolumados, ritmos sacudidos, bruscos, raivas entrecortadas, aos uivos, às blasfêmias — a rebentar.

A natureza — mestra antiga e moderna — contém todos os ensinamentos; e porque ela é sempre a mesma e sempre diferente, são infinitos seus ritmos novos, suas côres ainda não conjugadas, seus sons por contrapontar, suas linhas a estilizar. A beleza da Natureza — sorriso de Deus — é eterna como Deus.

* * *

Confio no ensino dos campos — ¡ah, tivera eu sido homem de lavoura, que talvez chegasse a ser homem de escrita! — pois tenho para mim que, nesta linda terra de lavradores, mais se aprende, para bem modelar um período, a ver bolear medas em eiras solhosas; ou, para cortar prosa, melhor nos instruímos, vendo a relha do arado sulcar regos em belgas para milho, braços graciosos podar árvores ou deboiçar, a golpes certeiros, um pinhal emmaranhado e sonoro — do que a estudar gramáticas ou a ler puristas. A lealdade do campo enrijece o carácter da escrita; seu ar lavado, firma-a nítida; sua boa-fé, torna-a lisa e lhana.

Pudesse eu escrever uma prosa chã como as eiras, arejada como os espigueiros, irrompida da própria terra, com imagens directamente insinuadas por ela, com ritmos vindos dos ritmos que nos dançam debaixo dos olhos: — do do gesto abençoado do homem que semeia; do do vigoroso rachador de lenha; do do honrado cavador de enxada; do da braçada

do ceifador; do do meigo andar peneirado da mulher caseira, tôda ela empenhada no meneio da casa; do do esbelto corre-corre da varina airosa que, afeita a caminhar na areia, pisa, nos bicos dos pés, léguas de pó, para ir vender, distante, o peixe de prata e fresquinho, que se acama na sua canastra de verga de ouro.

E tudo isto ensinaria à minha arte cadências novas, como àquele Alcman da Lídia antiga, que aprendera o ritmo de seus versos no passinho lesto das perdizes dos montes de Sárdis.

O rebentar da resina com o primeiro sol de Abril; o vento duro nos folhudos eucaliptos; a brisa, a fumaçar no centeio; o fugir medroso das águas novas; o cachão das nascentes; o pingar dos ramos sôbre fôlhas desiludidas pelo Novembro chuvoso, teem harmonias suaves, que poem nos ouvidos a música dos justos acordes. E' sóbrio o perfume da roupa branca a còrar e o do pão quente a sair do forno. A mancha verde-montanha das copas dos pinheiros mansos, unida à dos chãos violáceos; a moita verde-húmido de um carvalhido fresco pôsto em céu re-

tintamente azul, ensinam tonalidades de frases que os gramáticos ignoram, como não há, nos exemplos das selectas, modelos de másculas elegâncias que valham êsses súbitos golpes, vistos em terras escarpadas, brandidos pela mão da Natureza potente e graciosa.

(*Jornadas em Portugal*, pág. 46 e ss.)

VI

Antero de Quental

(1842-1891)

ABUSO DO RISO

Recbio um tanto que a espirituosa *purée* de epigramas e ditos, que há algum tempo nos cozinha a nossa elegante literatura, venha mais tarde, de aqui por alguns anos, a reconhecer-se pouco substancial e até causadora de certa anemia moral.

O riso é um dissolvente, não é um remédio. O riso amolece, relaxa, e acaba por tornar imbecis aqueles mesmos que o empregam contra a imbecilidade alheia...

Andamo-nos a rir continuamente uns dos outros, na virtuosa intenção, ao que parece, de nos corrigirmos e reformarmos mùtuamente; a afinal temo que não façamos senão relaxarmo-nos uns aos outros cada vez mais...

(Carta a Junqueiro e Guilherme de Azevedo, reproduzida na nota 74 da *Viagem à roda da Parvónia.)*

ELOGIO MÚTUO

... O elogio, êsse, é outra cousa. E' moeda corrente na literatura contemporânea. E moeda de tão boa lei, que me asseguram pessoas entendidas terem muitas das nossas primeiras celebridades achado a melhor parte das suas riquezas de nomeada e glória, na gaveta onde os seus amigos íntimos guardam aquele Potosi de frases douradas, com que se compra a vigilância dos Argos literários, de sentinela às portas *estreitíssimas* da Reputação...

(Da *Introdução* aos *Contos da Solidão*, de Manuel Ferreira da Portela.)

POESIA E SABER

.. A Poesia, hoje, não pode contentar-se com o ingénuo e descuidoso descante do *trovador*. É já quási uma sciência — e que sciência! a sciência do Ideal! É preciso que saiba, e muito... saiba tanto quanto sente. É do domínio do co-

ração — com esta condição: de ser também do domínio da inteligência...

Não fazem mal as musas aos doutores

diz o velho Ferreira. Nem ao poeta lhe faz mal ser um pouco doutor — já se sabe que não digo Doutor da Universidade, que isso é outra espécie de sabedoria...

(Idem.)

ARTE E VERDADE

(1865)

... Os sistemas caem; os cultos desfazem-se; só os poemas parecem cada vez mais jovens e mais belos, sob os beijos fatais do Tempo.

Êste condão mágico de mocidade e vida ¿quem foi que o deu à Poesia, que assim a libertou da mais inexorável lei, da mais escura maldição que persegue as obras dos homens — a velhice, a morte?...

Nada morre, nada envelhece, senão o que é imperfeito, o que é incompleto, e

mal chega a fixar em si um raio dúbio dêsse astro radiante de vida que é o Espírito...

... O grande abraço místico do visível e do invisível não podia ser estéril. Desta alta concordância universal nasce uma cousa maravilhosa, um milagre em oposição com as fôrças necessárias que determinam as criações da natureza — *uma criação livre e consciente*...

... Nem a sciência nem a religião podem atingir à altura desta síntese. Uma renega a alma em nome do mundo; a outra o mundo em nome da alma. O terceiro têrmo, a harmonia superior, só a conhece a Arte. É por isso que as suas criações teem o carácter da eternidade, que só ao espírito pertence.

(Do artigo *Arte e Verdade*, publicado na *Revista do Século*, Lisboa, 1865, pág. 39 a 43.)

TENDÊNCIAS NOVAS DA POESIA

(1871)

O Romantismo foi justamente condenado... Uma sociedade saída da revolução, e uma poesia que se inspirava das tradições da Idade-Média, contradiziam-se, negavam-se radicalmente. Um equívoco histórico pôde, por um momento, estabelecer aquele infundado acôrdo; no dia, porém, em que se conheceram, separaram-se...

... Mas aqui apresenta-se uma questão que nos detém. ¿Terá a sociedade contemporânea (essa sociedade, ao que dizem, positiva até o mais desolador utilitarismo) na sua atmosfera sufocadora de indústria, de lutas sociais e de sciência friamente analítica—condições de vida e desenvolvimento normal para a constituïção delicada das castas musas, das musas melindrosas e scismativas? ¿Não será uma sociedade essencialmente anti-poética, esta nossa? um mundo rebelde a tôda a idealidade? Por outras palavras: ¿poderá haver poesia racional, positiva e social? ¿Será um ser *poético* o homem do nosso tempo?...

Entendo que pode haver tal poesia... A poesia deixa de duvidar e scismar, para afirmar e combater; mostra-nos o interêsse profundo e o valor ideal dos factos de cada dia; dá às acções, que parecem triviais, da vida ordinária, um carácter e significação universais; e, sorrindo maternalmente para as crianças, as mulheres, os simples, caminha todavia armada no meio das lutas dos homens...

(Do artigo *Tendências novas da poesia contemporânea*, publicado no *Debate*, em 1871.)

RESPEITO DA LINGUAGEM

A língua, instrumento sagrado do pensamento dos povos, deve ser religiosamente respeitada.

(Idem.)

O ACHATAMENTO UNIVERSAL

(1886)

Hoje são os estranjeiros que estudam e estimam a nossa antiga literatura: nós não. A crescente e hoje quási total des-

nacionalização do espírito público é o facto mais considerável da nossa psicologia colectiva, nos últimos 50 anos. Os da actual geração pode dizer-se que, pelo pensar, pelo sentir, deixaram já de ser portugueses. Há por aí muito rapaz inteligente e, a seu modo, instruído, que conhece mais ou menos Molière, Racine, Voltaire e até Rabelais e Ronsard, e que nunca leu um auto de Gil Vicente, uma canção de Camões, uma écloga de Bernardim Ribeiro ou de Bernardes, uma carta de Ferreira ou de Sá de Miranda.

Os que conhecem um pouco intimamente a história das revoluções portuguesas neste século (não falo só das políticas) e teem reflectido sôbre ela, acharão fàcilmente a explicação dêste facto e, mais do que a explicação, a necessidade dêle. Mas nem por isso deixa de ser cousa triste de considerar, êste abismo de esquecimento, que se abre cada vez mais largo entre o pálido, anémico e inexpressivo Portugal de hoje, e aquele seu grande ascendente, o heróico, o pitoresco e inspirado século XVI. A falta de sentimento nacional, poderia, até certo ponto, (no que diz respeito ao estudo da nossa anti-

ga literatura) ser suprida pelo sentimento histórico, pela curiosidade crítica e *filológica*, como dizem os Alemães; mas a decadência dos estudos históricos tem vindo acompanhando *pari passu* a decadência do sentimento nacional, sem que um ponto de vista mais largo, puramente scientífico, viesse, como em França, por exemplo, substituí-lo eficazmente, para compensar aquela falta, pelo menos na esfera da inteligência e do gôsto...

Mas, dirão muitos, ¿que necessidade havia duma edição crítica de Sá de Miranda? ¿Pois não há para aí tantas edições dos poetas quinhentistas, dêsses famosos *clássicos*, que pouquíssimos leem, é certo, mas que ninguém que se preze deve deixar de citar com veneração, e até pode romper no excesso de ter na sua biblioteca?

Estes ignoram (nem admira) que êsses veneráveis *clássicos* são, até certo ponto, um mito. Excepto o de Ferreira, nada há mais duvidoso que o texto dêsses desgraçados poetas. Das suas obras, a maior parte só se imprimiram depois da morte dos autores, nalguns casos 20, 30 ou

mais anos depois. Imprimiram-se sôbre cópias manuscritas e geralmente cópias de cópias; e os editores não se esqueceram de juntar aos erros dos copistas (ou aos supostos erros) as suas próprias *emendas*. A mesma paternidade das obras é, em muitos casos, duvidosa. Dos sonetos atribuídos a Camões pelo seu mais recente editor, o sr. T. Braga, boa terça parte não lhe pertencem, ou são duvidosos. Três éclogas de Bernardes são dadas geralmente como de Camões. Há autos de Gil Vicente que pertencem muito provàvelmente a outros autores.

Poderiam multiplicar-se êstes exemplos. Em geral, os poetas de maior nomeada absorveram pouco a pouco as composições dos menos famosos. ¡E ainda se fôsse só isso! Mas o próprio texto de cada uma das composições não oferece, em geral, autenticidade suficiente: a linguagem foi retocada pelos copistas ou editores; muitos versos foram substituídos. Junte-se a isto a variedade de lições, de edição para edição, de manuscrito para manuscrito (dos que ainda existem, e são bastantes) e compreender-se há o que quis dizer com a

palavra *mito*. Quis dizer que, quando cuidamos ler Camões, por exemplo, podemos muito bem estar lendo Bernardes, ou Caminha, ou Bernardim Ribeiro, ou *vice-versa;* podemos também estar lendo algum daqueles infelizes *minores*, que foram absorvidos na auréola dos cinco ou seis astros de primeira grandeza — ou podemos simplesmente estar admirando o parto engenhoso do editor do século XVII.

Os antigos editores portugueses nunca primaram por críticos. ¡Se ainda hoje é tão raro encontrar um que o seja! O editor português era, antes de tudo, um *devoto;* êle saía à estacada, não para apurar um texto, o texto preciso, com as suas lacunas, defeitos ou erros, se os tem, mas para levantar *o seu poeta* acima de todos os outros, atribuindo-lhe o maior número possível de composições, e com a forma mais perfeita possível. Se encontrava um papel velho, no canto dalguma biblioteca, devia ser do *seu poeta;* publicava-o. Se os versos eram maus, é porque a cópia estava errada: emendava-os. E é assim que, de edição para edição, foi crescendo o número de composições duvidosas, crescendo o número de inter-

polações e emendas, com que o texto cada vez mais se ia deturpando...

Sou pouco erudito, nem estou escrevendo um artigo para uma Revista filológica, mas uma simples notícia para um jornal diário: por estas duas razões, não me posso alargar pela análise do trabalho da sr.ª D. Carolina Michaëlis, entrando pela parte técnica dêle. Quero só observar ainda uma cousa: é que êste volume de mais de 1000 páginas, e carregadas de notas, é um livro interessantíssimo. ¿Porquê? pelo que acima disse do carácter da filologia alemã. O sentimento histórico anima tôda aquela erudição.

*
* *

Com aqueles elementos poderia a Autora ter feito um livro pròpriamente de *literatura*, que se contaria entre os melhores e seria lido, citado e festejado. Preferiu a essas vaidades o cumprimento quási religioso dum encargo há três séculos por cumprir, fazendo ao velho poeta o maior serviço que êle imploraria,

se pudesse erguer a voz, do seu túmulo: a restauração do texto de suas obras. O *bom Sá* (como lhe chamavam no século XVI e depois) encontrou afinal um nobre espírito, que piedosamente e quási filialmente escutou aquele queixume duma pobre larva e consagrou dez anos da sua vida para o satisfazer. O *bom Sá* deve agora dormir descansado no seu túmulo.

¡Bom Sá! Diz o velho biógrafo que, nos seus últimos tempos, «com a mágoa do que lhe revelava o espírito dos infortúnios da sua terra, se afligia tanto, que muitas vezes se suspendia e derramava lágrimas sem o sentir». Tenho scismado muitas vezes nestas lágrimas do poeta humanista da Renascença. E, não sei como, a minha imaginação aproxima-as logo da trágica melancolia de Miguel Ângelo, da nobre tristeza de Vitória Colonna, da misantropia incurável de Maquiavel, da nuvem de desgôsto e desalento que envolveu a velhice de quási todos os grandes espíritos da Renascença.

Tinha motivo de chorar, o nosso Sá de Miranda, como tinham motivo de se entristecerem os seus ilustres congéneres. É que êles pressentiam todos uma coisa

sinistra: o abortamento da Renascença. Àquela imensa aurora sucedia, quási sem transição, o crepúsculo nocturno: e êles, os videntes, divisaram naquele crepúsculo inquietador os movimentos, de formas estranhas e sombrias, como de monstros desconhecidos, e ouviam passar vozes mais assustadoras ainda, vozes que cresciam formidáveis de todos os pontos do horizonte, sem se ver quem as soltava.

Aí por 1550, o abortamento da Renascença era já visível, aos olhos dos que ainda restavam daquelas duas incomparáveis gerações dos promotores dela. O Concílio de Trento entrara já na sua sexta sessão, e era agora irremediável a scisão do mundo latino com a Reforma germânica. Começavam as guerras de religião, que iam durar, numa fúria crescente, perto de cem anos, destruindo nações inteiras. Os Jesuítas abriam os seus colégios, onde o espírito da Renascença, sofismado, amesquinhado, pervertido, servia de capa à reacção. O Humanismo alado transformava-se em erudição plúmbea, inerte. A arte caía da criação no amaneiramento. Um furor indescritível, furor de disputas, furor de

matanças, apossava-se da Europa; e o pensamento livre, os sentimentos largos e humanos, a alta cultura, pareciam prestes a desaparecer da face da terra.

Tudo isto viam ou previam aqueles grandes espíritos. Tinham sonhado salvar o mundo pela razão, e a razão parecera impotente, e o mundo desesperado apelava definitivamente para a sem-razão. Daí aquelas incuráveis melancolias duns, aquela desdenhosa misantropia doutros: daí as lágrimas do nosso Sá. Êste antevia outra coisa: a morte da pátria. Aquele ouro do Oriente parecia-lhe já (como depois se viu bem que era) um cáustico sôbre o corpo da nação, que lhe queimava, que lhe roía as carnes, até a deixar sêca de todo — um esqueleto. Tinha motivo sobejo de chorar, o pobre poeta.

Sim, lembram-me muitas vezes aquelas lágrimas. Descubro mais de uma analogia entre aquela idade e a nossa. A razão não morreu, afinal. Soterrada, respirando apenas, ressurgiu todavia. Sòmente, mudou de trajo e de nome: já não é Humanismo, chama-se agora Filosofia; mas é sempre a mesma, é sempre a ra-

zão. E nós também, filhos da Filosofia, sonhamos salvar o mundo pela razão, dar-lhe ordem e paz com as leis eternas por ela reveladas. Mas o mundo parece novamente atacado de vertigem, parece apelar mais uma vez para a sem-razão, para os instintos bestiais e para uma superstição mais monstruosa ainda do que as passadas: a superstição da fôrça. A democracia, à maneira que triunfa, perverte-se, parecendo preparar-se para exercer um despotismo anónimo da multidão, o achatamento universal.

Lembram-me as lágrimas de Sá de Miranda. ¿Se teremos também de as chorar na velhice? Esperemos que não, ou digamo-lo, pelo menos, para não desanimar ninguém — para não desanimarmos também nós.

(Do artigo *Uma edição crítica de Sá de Miranda*, publicado na *Província*, diário portuense, n.º 145, de 28 de Junho de 1886.)

VII

António Cândido

A LINGUA PORTUGUESA

PARA acompanharmos a civilização do nosso tempo, para merecermos o nosso pôsto na moderna cidade ideal que a filosofia, o direito e a arte construíram — e é tão admirável, se a compararmos às melhores edificações do passado — nenhum elemento importante nos falta: nem o prospecto do perigo, que dá rebate a energias dormentes, e as colhe e ajunta na defesa necessária; nem a consciência de quaisquer erros cometidos, tão essencial, nos indivíduos como nos povos, para a sua íntima e completa regeneração.

Como nas relações com Deus é a *fé* que salva, nos conflitos da sociedade é a *vontade* que triunfa. A *vontade* foi sempre o carácter genial da raça portuguesa; e é mais fácil ser honrado do que ser heróico, ser honesto do que ser glorioso.

E' neste pensamento que devemos fortalecer-nos para as lutas de cada dia; nesta ideia do que somos e podemos ser é que devemos curar o espírito dos pavores que tanta vez o assombram, dos desalentos que por tanta maneira o enervam. Como aquela ave mitológica dos Egípcios, que limpava de monstros e répteis as margens do seu rio sagrado — êste pensamento, que é uma verdade da sciência, devorará as larvas de pesadelos, que intermitentemente nos oprimem, formados pela influência de doutrinas que não são exactas, ou pela ameaça de infortúnios que não são invencíveis...

Temos, repito, uma longa vida nacional. Não nos escasseiam meios de a nutrir; não nos falece coragem para a defender. Mas, se por fatalidade acabássemos, se — figurando a hipótese extrema — uma terrível catástrofe geológica submergisse esta parte do continente europeu, onde nasceu e donde partiu, em épica aventura, o povo mais audaz e valente, para iluminar os caminhos do mar, para descortinar as constelações do céu, para dar extensões à terra, civilizações à história e almas a Deus — lá ficariam no

Brasil, para sempre, o seu sangue, a sua alma e a sua língua; e não em mudos monumentos ou em silenciosos arquivos; mas na perene, irradiante expansão de uma vida fundamentalmente idêntica à que foi nossa, variada e progressiva no indefinido tempo e no ilimitado espaço.

Variada e progressiva... Assim deve ser. Sem fisionomia moral própria, não há nações dignas da sua independência, como não há indivíduos merecedores do respeito alheio. Outras raças reproduzem-se, fielmente e sem mistura, em quantas colónias a metrópole despede de si: a de que nós somos tem servido sempre a civilização por forma diversa, que me não parece inferior ou menos útil. E eu sou dos que vêem com sincero júbilo essa labutação enorme do Brasil, na ânsia de se caracterizar e definir cada vez mais: estudando as suas origens étnicas, tão enredadas e obscuras; empregando, ao serviço dessa sondagem profunda e dessa destrinça dificílima, a antropologia comparada, a arqueologia e a linguística, rastreando, na mais espêssa sombra, os lineamentos, quási imperceptíveis, da diferenciação primeira, e seguindo-os pa-

cientemente nas quadras ulteriores; rebuscando nos velhos exemplares da nossa literatura os veios, conjuntos ou esparsos, da inspiração americana; e, por uma lúcida análise, levada aonde pode ir, distinguindo, até no que há mais vago, mais incoercível, mais etéreo de essência, menos corpóreo de forma — na poesia lírica e na música popular — o que foi nosso e o que é dêle, a contribuïção de amor, de saüdade, de voluptuoso anseio, de rítmica doçura e de místico arroubo, de lânguida cadência e de indefinida tristeza, com que cada um entrou para o Tesouro comum!...

... Falamos todos a mesma língua; e a língua portuguesa será eternamente a língua do Brasil. O seu luminoso espírito e o seu coração sentimental só neste amplo e formoso molde estão à vontade. Poderá a nossa África deixar-se invadir por outra língua, a que não soubemos ou não podemos opor insuperável resistência: na América do Sul ninguém poderá, neste ponto, lutar connosco: nem o Alemão tenaz, nem o Italiano maleável, nem o *Yankee* prolífico, quando já não caiba na América do Norte.

E que esplêndida língua o Brasil nos deve! Tôdas as raças, que passaram por êste canto da terra aqui deixaram a flôr e o ideal da sua alma. Desde a povoação céltica e a colonização grega, de que tantos vestígios restam ainda nas nossas províncias do norte, até a invasão dos Árabes, que envolveram tôda a civilização da Península numa etérea poeira de luz e oiro — as imigrações sucessivas e as conquistas supervenientes contribuíram, tôdas, à formação desta língua admirável que, sob muitos aspectos, não tem superior no mundo. Serve a tudo: à epopeia e ao idílio, à lamentosa elegia e ao cântico de guerra. Passando pelas cordas duma lira, é suave e doce com a voz do amor: assoprada na tuba épica, é vibrante, sonora, e grandiosa ou terrível, segundo os temas que versa, as acções que canta ou os heróis que celebra. O sol doura-a, ilumina-a, aquece-a; e a nossa païsagem, tão variada e linda, tão florida e perfumada, reflecte-se nela como na superfície clara dos nossos rios, e nas ondas, de tanta côr, que o mar estende por essas praias. Trasladada ao sul da América, não perdeu aí o carácter grave,

nem a têmpera máscula, nem o tom de funda, indefinível melancolia, que lhe imprimiu a esforçada e trágica aventura dos nossos avós; e ainda adquiriu preciosos elementos de encantadora suavidade, e de frouxa, dolente e maviosa ternura!

(Do *Discurso* proferido no Teatro de S. João, do Pôrto, em 19 de Maio de 1900, a-propósito do 4.º centenário do descobrimento do Brasil.)

VIII

António Corrêa d'Oliveira

A FALA QUE DEUS NOS DEU

É do céu o Pensamento;
A Palavra é dêste mundo;
Uniram-se em casamento:
Beijam-se a todo o momento,
Não se deixam um segundo.

*

A Palavra é companheira
Da vida, a cada passada;
Antes de ser humanada,
Dormia, na terra inteira,
Barro de som — e mais nada!

*

Deu-nos Deus, é certo, a Fala,
Mas igual ao rude chão:
Foi preciso desbravá-la,
Hora a hora cultivá-la,
Colhendo de grão a grão.

*

Sim! a voz que reza e canta,
Rastejou, como o serpol,
Antes de ser rouxinol;
— Foi um casulo, a garganta,
De asas que batem ao sol.

*

Como o doce azeite — quando
Vem da raiz à candeia —
Aos poucos se foi criando
Palavra que hoje vai dando
Luz à voz, sabor à ideia.

*

Doce língua, abrindo em rosa;
De quantas no mundo são
A mais sábia e mais formosa:
Mais digna de ser a Espôsa
Do Pensamento varão.

Foste a leal companheira
Dos meus Avós. ¡Quantas vezes
— Tuba de oiro, à dianteira —
Junto a Deus, à sua beira,
Chamavas os Portugueses!

Foste, a arrotear a vida,
Mais do que a enxada profunda:
Doce pão que nela abunda,
Veio de alma revolvida
Pela Palavra fecunda.

*

Doce língua portuguesa,
Banquete de eterna graça;
— Sentam-se as almas à mesa:
Ó toalha de Beleza!
Comunhão da nossa Raça!

Grito a grito, canto a canto,
Do turbilhão à cadência,
És, em vivo espelho santo,
Alma, Sangue, Riso e Pranto
De tôda a nossa existência.

Gente que tanto a falais
Sem amor nem cortesia:
— ¿Não sabeis, nem atentais
Ser a voz dos nossos Pais
Num sôpro de eucaristia?!

*

Alta espada de dois gumes,
Castelo das cem mil portas:
Língua viva, que resumes,
— Rescaldo de tantos lumes! —
O génio das línguas mortas...

E, nas bandas d'Além-mar,
Em novo chão, longamente,
Lá ficou, por entre a gente:
Ora Saudade, a chorar;
Ora Esp'rança, em canto ardente.

Aqui, a voz da Noitinha,
Que tem palavras de estrêlas,
E Deus sorri, a entendê-las;
Além, a nova adivinha
De Aurora que há dentro delas.

Aqui é oiro, em rendilhas,
Da Custódia de Belém;
O próprio sol, às estilhas
— Pedrarias! maravilhas! —
Nas môças terras d'além.

Aqui, um Horto, em assomos
Já de espectral ilimite,
Desde o que foi ao que somos;
Além, as rosas e os pomos,
O Jardim da Sulamite.

Aqui, Pomar em outono;
Além, Sertão em abril.
Velha língua em novo entôno ..
(O sonho do nosso sono!)
O Portugal! ó Brasil!

*

A Nação (por leis divinas)
Para que ninguém a vença,
Sua fortaleza imensa
Assenta em quatro colinas:
Chão e Raça, a Língua e a Crença.

Bandeira de almas ao vento,
A Pátria está, viva e inteira,
Na Fala que um Povo queira:
Como Deus no sacramento,
Como, na rosa, a roseira.

Ergue fronteiras tamanhas,
Defendendo a nossa terra
De encontro a terras estranhas,
Que nem o Mar, nem Montanhas,
Mil exércitos em guerra!

Eu comparo a terra ao lar,
Pàtria, ao fogo; a luz ardente
A Língua — que logo sente
Quando se vai a apagar
O lume dentro da gente.

Num país em cativeiro,
¿Sob a cinza a Língua é pura
Do negro vício estranjeiro?
— Sossegai! que, do braseiro,
Tornam as chamas à altura...

*

Ouvi! — A Língua é Bandeira
Da Pátria que reza e canta:
¡ Bem-dito quem — entre tanta
De altiva côr estranjeira —
A luz do Sol a levanta!

A Língua, é Sangue: arde em chama,
Sendo a Pátria um coração;
— Maldito quem o derrama,
(Porque não crê ou não ama)
Prègando o êrro, e mais não!

A Língua, é Carne divina
Da Pátria, em riso ou aos ais:
— Maldito quem a assassina
Entre a palavra ferina
E pensamentos brutais!

O Povo! defende-a pura
De ódio, inveja e negra ideia;
Veste-a, na graça e candura
Do teu linho — sem mistura
De falsa púrpura alheia.

E, mais e sempre, ela seja,
Em quem a fale ou escreva,
Como o Sol, rompendo a Treva
Espada em nobre peleja,
Ou Hóstia, quando se eleva.

*

Em-fim! Cantei, como pude,
Ondas da Língua feliz:
Gota de água em Dom Denis,
Em Camões, de açude a açude,
Rio que foi onde quis.

Comandou Aljubarrota;
Prègou Jesus no Sertão;
Foi a Alcácer: a Derrota
Que chorou — inda se nota
Em longes de rouquidão.

Os beijos são-lhe estribilho,
Desde que Inês a cantou...
Nela me exalto ou humilho.
— Hei-de ensiná-la a meu Filho,
Como meu Pai ma ensinou.

— Madre Língua portuguesa:
Assim amanheça o dia
Que nos mude, ao lar e à mesa,
O verbo-ser da Tristeza
No verbo-ser da Alegria.

(De *A Fala que Deus nos deu*, Pôrto, 1921.)

IX

António Denís da Cruz e Silva

(1731-1799)

A FRANCESIA

Ao pé de cada canto, hoje, sem pejo
Se tratam de *Monsieurs* os Portugueses.
Isto, senhor, é moda, e como é moda,
A quisemos seguir, e sobretudo
Mostrar ao mundo que francês sabemos.

—¿De tanto pêso pois (lhe volve o Lara)
E', padre jubilado, porventura
O saber o francês, que disso alarde
Fazer quisessem Vossas Reverências?
¿Por acaso, sem êsse sacramento,
Não podiam salvar-se, e serem sábios?
Pois aqui, em segrêdo, lhe descubro
Que o francês, para mim, o mesmo monta
Que a lingua dos selvagens botocudos.

—¡Não diga, senhor, tal! Que neste tempo
(O' tempos, ó costumes! diz o padre)
O saber o francês é saber tudo.
E' pasmar! ver, senhor, como um pascásio,
De francês com dois dedos, se abalança

Perante os homens doutos e sisudos,
A falar das sciências mais profundas,
Sem que lhe escape a santa teologia,
Alta sciência, aos claustros reservada,
Que tanto fêz suar ao grande Sesto,
Aos Bacónios, aos Lélios, e a mim próprio.
Desta audácia, senhor, dêste descôco,
Que entre nós sem limite vai lavrando,
Quem mais sente as terriveis conseqüências
E' a nossa português, casta linguagem,
Que em tantas traduções anda envasada
(¡ Traduções que merecem ser queimadas !)
Em mil termos e frases galicanas.
Ah ! se as marmóreas campas levantando,
Saíssem dos sepulcros, onde jazem
Suas honradas cinzas, os antigos
Lusitanos varões, que com a pena
Ou com a espada e lança, a pátria ornaram,
Os novos idiotismos escutando,
A mesclada dição, bastardos termos,
Com que enfeitar intentam seus escritos
Êstes novos, ridículos autores ;
(¡Como se a bela e fértil lingua nossa,
Primogénita filha da latina,
Precisasse de estranhos atavios !)
Súbito, certamente, pensariam
Que nos sertões estavam de Caconda,
Quelimane, Sofala ou Mocambique ;
Até que, já por fim desenganados
Que eram em Portugal, que portugueses
Eram também os que costumes, lingua,
Por tão estranhos modos afrontaram,
Segunda vez de pejo morreriam...

Mas êles tem desculpa. A negra fome
Os míseros mortais a mais obriga.
Sem saber o que escrevem, escrevendo
Buscam dela o remédio; e como logram
Os fins de seus intentos, o que escrevem
Seja ou não português, ¿isso que monta?
Quem desculpa não tem, nem a merece,
E' quem vedar-lho deve, e não lho veda...

(De *O Hissope*, Canto V.)

X

António Sérgio

ANARQUIA MENTAL E CLASSICISMO

HERCULANO, com a firmeza habitual dos seus juízos, logo ao aparecerem os Insurreccionistas (1) os premuniu contra as sínteses vagas impostas aos factos artificialmente, em vez de saírem *a posteriori* da investigação metódica das realidades (2); e quando chamou «gongorismo scientífico» às fulas de ideias dos mais audazes — foi na verdade muito indulgente: podia chamar-lhes, com tôda a justiça, charlatanismo de pseudo-sábios.

Fugir às normas do imparcial exame, à modesta e exacta ponderação dos factos, «confundir a rètórica com a dialéctica e a metáfora com o silogismo», como

(1) Nota do compilador: O Autor chama assim à geração ou literatura de 1871.

(2) Nota do Autor: Ver as admiráveis cartas a Oliveira Martins, de 1870,72 e 73.

dizia o historiador, foi o exemplo mais sugestivo que nos deram os escritores de maior influência no último quartel do século. XIX: por isso a embrulhada da nossa política é uma harmonia do paraíso, se a compararmos à das cabeças (refiro-me às que agem de qualquer maneira na formação do espírito público): é ver como se topam nas mesmas almas as mais contraditórias manifestações, gabando-se os absurdos mais evidentes e raro se procurando o nexo às coisas; como se tolera, se expande até, quem sempre sustenta em uma dada página a afirmação contrária à da página anterior; como muitos perdem o superior sentido da organização e da sintaxe, concentrando a arte nas palavras raras com grave prejuízo do encadeamento delas; como se enchem páginas e páginas com simples manobras de impressionismo, com farrapos, com nevoeiros, com tiras sôltas de ideação não entrançadas entre si...

Se a degenerescência, como definiu Ribot, é a incoordenação espiritual, grande parte da juventude lusa está-se educando na degenerescência.

Ninguém exige do homem de letras o

esfôrço honesto para ligar ideias, para ver justa e coerentemente, e para ser sincero consigo próprio. Poetas e prosadores de gentil talento que nos cansam a mente com a fraseologia mística — Deuses, imortalidades, almas religiosas, freiritas, hóstias sagradas e Nossas Senhoras, conventos e mãos postas, orações e capelinhas — são afectos a um partido bestialmente ateu, perseguidor blasfemo e sanguinário de qualquer anseio de luz divina; plumitivos conservadoríssimos, levitas da ordem, da compostura e do conformismo na vida comum, escrevem com louca excentricidade do pensar e do exprimir, e, mal se tratando da vida do espírito, logo esfusilam sôbre o ouvinte frenéticos caprichos deliriosos de fantasmagórica anarquia; outros, que querem o máximo entendimento entre Portugal e o Brasil, expressam-se num vocabulário de provincianismos que o Brasileiro não entende, nem mesmo o Português, nem mesmo o Demónio; quem prega em prosa a austeridade cívica endeusa em estrofe os frenesins da carne; tenros dandinhos de *five-o'-clock*, todos freiráticos, todos Sèvres, louquinhos por condessas e por fa-

tiotas raras, incensam quanto podem as paixões das plebes; e demagogos bota-abaixistas, anti-católicos, muito franceses — proclamam-se partidários da tradição e do nacionalismo!

Por isso vos convido — ó jovens da *élite* — a uma crítica disciplinadora e a um tentame de organização: ao culto da lucidez, da ordem, da coerência e do espírito prático, ao idealismo com senso-comum e à forma simples sem ser trivial. «Aquele que sabe que é profundo esforça-se por ser claro; o que o quer parecer diante das turbas, êsse procura a obscuridade» (Nietzsche). Os fabricantes de «sublimidades» vagas, sentimentais, oraculares, sempre vão conseguindo o que pretendem, em parte pelo aprêço dos da mesma laia, em parte por facto semelhante ao que fêz dizer a um nosso clássico: *porque vendem a sua ignorância por mistério, e como ninguém quer mostrar que ignora o que o outro mostra que sabe, fica-lhes mais perto aprovar a parvoice alheia que descobrir a própria.*

Queiramos pensar um pensamento que se imponha aos homens pela sua justeza; busquemos exprimir-nos num vocabu-

lário que tenha o carácter da generalidade. Anime-se, sim, o regionalismo na arte aplicada e na administração, na vida económica e na história local; mas não na língua e na literatura, a quem cabe exprimir, pelo contrário, a espiritual unidade da nossa Estirpe nas suas variedades acidentais.

Consideremos responsável da intranqüilidade pública quem quer que não busca corporizar a ordem — a exactidão, a probidade — na frase que diz ou na prosa que escreve, no verso que canta ou na casa em que mora. Ao caprichismo na vida do espírito há-de corresponder necessàriamente o desregramento social: por isso o combate pela disciplina clássica se nos impõe agora imperativamente, como condição prévia e indispensável da regeneração da nossa Patria.

Entendamo-nos... Classicismo, aqui, não deve entender-se por estudar latim ou imitar Gregos e Romanos; não é ser conservador ou reaccionário: é ver que, se o sentimento e a inspiração são os primeiros factores de tôda a arte, sòmente a Razão dá o seu princípio, a sua regra...

O romântico é sentimental e anarquista, dado o seu desdém pelas disciplinas que conduzem ao exacto, bem como à soberania da unidade em qualquer obra do nosso espírito: é um histérico, um infantil, um egocêntrico — dando-se ares. Por êsses caracteres o romantismo (se bem que com uma parte do seu esfôrço tivesse contribuído prestadiamente para um alargamento das literaturas) marca um retrocesso incontestável no caminho da civilização, e mesmo na escala do viver orgânico; uma queda do inteligível para o sensível, da sintaxe para a palavra, e do cérebro para a víscera; a dispersão no pormenor e no material pelo material; o abuso da lentejoila e a preocupação do facto físico, com grave prejuízo da ideia e da verdadeira composição, do conchavarem-se as partes num todo e numa visão harmónica da realidade. Por isso o «realista» foi também um romântico, e por isso o clássico foi o verdadeiro realista...

(Dos *Ensaios*, Tômo 1, Rio-Pôrto, 1920, pág. 33 e ss.)

COMO DEVEM SER NA ESCOLA AS LIÇÕES DA LINGUAGEM

Um livro, para a escola velha, é um frasquinho cheio de «sciência»; um livro, para o laboratório, é como um estôjo com instrumentos; por isso êle é *decorado* dentro da aula, e por isso no laboratório êle é usado.

As ideias, para o scientista, são ferramentas e são bússolas; para os estudantes, são ainda como panóplias de museu...

Precisa a escola de compreender: 1.º, que as ideias são instrumentos (instrumentos de experiência); 2.º, que a experiência não é a armazenagem dos golpes recebidos do exterior, mas a nossa ofensiva sôbre as coisas, e os resultados que de aí proveem para a nossa futura actividade. Cumpre que nos objectos de uso humano, que em tôda ideia de sciência humana, se veja o resultado de um trabalho, de muitos e pacientes esforços do homem.

¿Que é a linguagem, na realidade? Um instrumento de pensar e agir, uma moeda de uso diário no intercâmbio social;

mas, nos programas, a linguagem não é um instrumento de intercâmbio, é uma peça de numismática: observa-se e revolve-se, põe-se a pino e põe-se chata e recoloca-se na vitrina de Luís Camões ou de António Vieira, não se estuda pelo seu uso, como instrumento de *bem pensar*... A sciência, a linguagem, a ginástica, o desenho, na escola do futuro, serão considerados como instrumentos de uma actividade social; e subordinados, como tais, aos fins superiores da acção humana — à humanização de todos os homens.

Subordinar o ensino — e todo o ensino — aos fins superiores da acção humana, é subordinar a escola inteira à actividade da Razão. Para que se exerça essa actividade há-de ensinar-se cada sciência segundo processos investigadores (onde as ideias são sugeridas pelos problemas a resolver) e definir no estudo da linguagem o objecto do seu ensino como o do «falar correctamente», mas não só, como até aqui, no ponto de vista da boa gramática, senão que também, *e em primeiro lugar*, no da boa observação e da boa lógica, procurando exprimir pelas

palavras próprias uma realidade bem observada, ou um pensamento bem conduzido — e para isso, como é óbvio, abrir largas e luminosas as alamedas da intelecção.

Antes da correcção gramatical da frase, deve considerar-se a do pensamento que com essa frase se quis exprimir.

As lições de língua serão de lógica, de observação, de estética — *e de probidade.*

(Dos *Ensaios*, Tômo I, Rio-Pôrto, 1920, pág. 157 e ss.)

XI

Augusto de Castro

ANTÓNIO CÂNDIDO E A PALAVRA PORTUGUESA

HONRAR um grande homem seria já de si um nobre acto e um nobre exemplo. Os países valem o que valem os seus homens superiores. A Pátria não é o sítio: é o Espirito; e o espírito duma pátria é constituído pela teia luminosa, ideal, imorredoira, das suas tradições de inteligência, pela projecção das suas virtudes cívicas, pelo culto de todos os estímulos superiores de beleza, de justiça, de solidariedade — e pela grandeza e pela glória dos homens que, na ininterrupta cadeia dos Mortos e dos Vivos, representam essas tradições, essas virtudes ou êsses estímulos.

Mas, ¿porque, entre outros homens ilustres, escolher, nesta hora, o nome de António Cândido? Porque o prestígio

dêste nome conseguiu uma unanimidade de sufrágios que dificilmente outro conseguiria. Estas coisas (é preciso acreditá-lo) nunca são produto do acaso. Um nome só encontra, num dado momento, um eco nacional, quando traduz um sentimento ou uma aspiração colectiva. E a verdade é que o que nós hoje aclamamos na glória de António Cândido, não é apenas o fulgor duma arte que êle próprio definiu *a mais viva e a mais mortal de tôdas;* não é apenas a recordação, aliás imorredoura, do seu génio tribunício; não é apenas o clarão, que ainda hoje nos ilumina, do seu verbo, em que tanta vez passou a inspiração dessa beleza esplêndida e perfeita que animou outrora, nos labios de Demóstenes, de Bossuet, de Gambetta, de António Vieira, de Manuel Passos, de José Estêvão, a alma duma religião ou duma pátria!

Não! A voz de António Cândido é para nós, neste obscuro momento de divisões e numa sociedade hostil, um símbolo vivo, o símbolo de tôdas as virtudes de clareza, de harmonia, de solenidade, de lirismo, de graça e elevação da palavra

portuguesa, que na sua bôca foi sempre pura e nobre e que os nossos ódios envenenaram, o fel das nossas violências azedou e a mediocridade e o espírito de demolição prostituíram!

A palavra portuguesa, que nasceu com Portugal, forte e bravia como os tojais, amassada ao sol das conquistas, nos cerros e nas montadas; palavra de Deus e palavra de Sonho, que os nossos guerreiros levaram na ponta das espadas e nos braços da cruz, alargando a nação e dominando a terra, e que os nossos navegadores, nas asas das caravelas, projectaram, queimada pelo vento, sôbre o mistério do oceano, à África, à Índia, ao Brasil, dum canto ao outro do mundo; palavra com que o Infante D. Henrique, sonhando alto sôbre os rochedos solitários, embalou as ondas de Sagres; palavra que, imagem distante da Pátria, fechou, como uma flôr de sangue, os lábios moribundos de D. Fernando em Fez, de D. Sebastião em Alcácer-Quibir; palavra em que D. Duarte moldou saüdades e lágrimas; palavra que escaldou de amor os lábios de D. Pedro;—que em João das Regras foi redenção, na alma

de Nun'Álvares hino e prece, no estro de Gil Vicente sátira e povo, no peito de Bernardim Ribeiro graça e enlêvo, no génio de Camões sofrimento e epopeia! Palavra divina, imortalmente feita para cantar tôdas as doçuras do céu benigno que nos cobre, o desejo e o êxtase de todos os amores; palavra talhada em bronze, feita do aroma das giestas das serras e da rútila espuma do mar; palavra que troveja e que murmura, que brincou, palpitou, idílio, e madrigal, flôr de fogo, no jardim de Garrett; que rezou na lira de João de Deus, palpitou em sofrimento e unção na musa de Antero, delirou e chorou com António Nobre; que foi sarcasmo, tempestade, paixão na dor de Camilo; saúde, viço, solidez na pena de Ramalho; ironia, elegância, paradoxo nos lábios nervosos de Eça; sinfonia heróica nas estrofes de Junqueiro!

Essa palavra gloriosa, sonora e doce, traço de luz que brilha e perdura, através de tôdas as vicissitudes, como uma virtude e um culto da raça, abastardaram-na os nossos ódios, fazendo do seu claro manto refulgente a capa esburacada das nossas dissenções e das nossas

violências! Instrumento imortal de graça e beleza, fizemos dela navalha, adestrando-a na truculência e no calão das alfurjas! Palavra que se engrandeceu na ascensão do pensamento e no ideal, tornámo-la rancor, lama, banalidade, miséria!

A voz de António Cândido foi o último eco dessa límpida e cristalina palavra portuguesa! Foi a palavra que nunca se maculou no lodo da vulgaridade e sempre pairou nas soberbas e serenas regiões do Pensamento e da Emoção. Foi a palavra que combateu, e nunca agrediu; que persuadiu, e nunca corrompeu; que entusiasmou, e nunca mentiu; que soube ser eloqüente, sem nunca deixar de ser sóbria — lição admirável a um país em tumulto e em que a linguagem se tornou a expressão venenosa e desvairada de tôdas as desinteligências, de tôdas as mentiras, de tôdas as propagandas pérfidas, de tôdas as vaidades faladoras, de tôdas as intrigas sangrentas! No meio dessa feira de mediocridades e rancores, no meio de tantos ídolos de barro, que a lama e o sangue salpicam, no meio duma multidão que se agride, que deixou de crer em Deus, nos outros

e em si própria; no meio da ventania que destrói, como um tufão, os últimos ideais duma sociedade em delírio — a eloqüência magnífica de António Cândido é como uma Estátua soberba e intacta, mármore divino, em cujos lábios mal cerrados um sonho adeja, em cujas linhas helénicas e impecáveis a fé modelou a graça e o êxtase, e cujos olhos, que o cinzel do artista dir-se-ía ter animado, se voltam ainda, sôbre a mesquinhez da terra e dos homens, para as altas cumiadas da neve e do sol do Marão, onde as nuvens passam e onde as águias noivam!

*
* *

Para celebrar hoje aqui, com a oportuna lição do seu símbolo, o milagre surpreendente desta Estátua perfeita e bela, que é a glória de António Cândido, eu evoco, em tôrno da sua soberba cabeça de tribuno romano, as imagens vivas e imperecíveis de todos os grandes momentos da Eloqüência Portuguesa — e essas imagens veem, animadas pelo sô-

pro imortal que as criou, palpitar, vibrar de novo entre estas paredes eruditas. São êsses florões magníficos da Palavra Portuguesa de todos os tempos que veem coroar a fronte do artista de voz serena e pura.

E' o *grão-doutor*, primeiro, o discípulo astuto da Universidade de Bolonha. A' sua volta agitam-se, como um pano de fundo, prelados, fidalgos, procuradores do povo, Martim Vasques da Cunha, o Mestre de Avis, Nun'Álvares, coberto ainda pela poeira e pelos louros dos Atoleiros! São as côrtes de Coimbra que, à luz da labareda de patriotismo que incendeia Portugal redimido, vão dar um sucessor à Coroa. Entre os desfalecimentos de uns, a imprudência de outros, a ansiedade de todos, uma voz se eleva, forte como a espada do Defensor, leal como será o braço do Condestável — é a voz de João das Regras. Instante supremo, grande como uma batalha! E' essa a voz que vai dar uma razão ao génio de Nun'Álvares, um pensamento às aspirações da Pátria, um grande rei ao trôno, a dinastia de Avis a Portugal! A voz de João das Regras lê citações, confronta textos, disserta, dis-

cute; de súbito eleva-se, ressoa poderosa a altiva. As sombras dos nobres, dos procuradores, dos letrados agitam-se, indecisas, primeiro, subjugadas depois pelo prestigio dessa dialéctica, que o génio da nação anima; e, no triunfo admirável dessa palavra, surge, aclamado para os destinos da raça, o Portugal maior, o Portugal das caravelas, o Portugal de D. João II

A' visão, larga e severa, das Côrtes de Coimbra, sucede agora um púlpito na catedral da Baía. A cidade foi ameaçada pelas armas de Maurício de Nassau; a agitação contra os Holandeses cresce. O templo regorgita de gente. Um moço teólogo português da Companhia de Jesus sobe lentamente os degraus do púlpito. Os seus olhos brilham dum estranho fulgor de audácia. Tem vinte anos. A sua reputação começa apenas. As vigílias ainda não lhe queimaram a face; mas, no seu perfil anguloso, o génio da meditação deixou já a sua pálida marca de sonho. Os primeiros ecos dessa voz vibram duma estranha comoção. Um calafrio de entusiamo e de espanto percorre os fiéis. O jóvem padre açusa Deus

de ter abandonado Portugal — e dessa bôca juvenil, cuja eloqüência vinte e oito anos depois havia de assombrar Roma, sai, entre apóstrofes esplêndidas, um dos mais belos, mais ardentes rasgos de oratória que jámais iluminaram a tribuna sagrada de todos os tempos e a tribuna duma Pátria. E' o Padre António Vieira.

Os ecos sublimes e inolvidáveis da Palavra Portuguesa continuam. E agora é a tribuna de 1820: os revolucionários, hirtos nas gravatas altas, vestidos de briche, cheios de quimeras, idealistas e ingénuos. No meio das ilusões e dos excessos dos utopistas, cobrindo-lhes o ardor com a sua folhagem florida, uma árvore sagrada braceja, ergue-se, domina: a árvore da Liberdade. E' Fernandes Tomás quem fala. O idealismo nacional, impetuoso e crente, a inabalável fé nos destinos do povo e da democracia, vibram na sua voz; e a sua bôca grita, como um desafio, um brado de orgulho, um grito de união, a apóstrofe célebre: «A Patria é só uma»!

E' depois a voz já desiludida, já cansada, mas que ainda, na inexaurível consciência do apóstolo, encontra acordes de sublime

veemência — é a voz de Passos Manoel, que defende os vencidos de Tôrres Novas e de Almeirim.

A sala do velho Parlamento português ilumina-se agora e ressurge a nossos olhos. Desenha-se nas bancadas dos deputados um movimento de curiosidade e impaciência. Acabou de falar uma voz — lira da eloqüência, em que todos os sons vibram — a voz de Garrett. Ergue-se uma figura forte, varonil. A sua cabeça traduz uma soberba expressão de fôrça. E' José Estêvão que vai replicar ao escritor das *Viagens na minha Terra*. A Câmara assiste ao duelo de dois gigantes. José Estêvão começa: «Disseram-se injúrias, jogaram-se apedrejos, e eu não ouvi as injúrias e as pedras nem os vestidos me tocaram...!» E a sua voz, que fazia chorar aqueles que o escutavam, pronuncia êsse trecho imortal do discurso sôbre o *Pôrto Pireu*, que evoca, com o génio de Cícero, uma página da tribuna romana!

São as velhas e suntuosas tapeçarias do Palácio Reàl do Pardo, de Madrid, que se descerram neste momento, diante dos nossos olhos. Os Reis de Portugal visi-

tam os Reis de Espanha. Um almôço reúne na mesma sala os representantes da intelectualidade da Península. Cala-se a palavra de Moret, émulo de Castelar. Alguém vai falar por Portugal. Um murmúrio de cortesia passa entre a assistência. Levanta-se Manuel Pinheiro Chagas. Evoca as tradições da arte espanhola, evoca a sombra de Filipe II. Os aplausos rompem irreprimíveis, clamorosos. A eloqüência portuguesa triunfa de tôdas as reservas. Moret ergue-se do seu lugar. Tem lágrimas nos olhos; e o beijo do orador espanhol sagra nessa hora, sôbre a fronte de Pinheiro Chagas, a glória peninsular da oratória portuguesa!

E para saüdar, por último, o António Cândido que nós temos hoje a honra de receber e festejar na nossa Academia — o António Cândido doutros tempos, em plena glória, ressuscita também aqui! Eis a sua voz, que domina a multidão que o aclama no Palácio de Cristal, do Pôrto, onde se celebra o centenário do Infante D. Henrique. A sua cabeça de medalhão antigo transfigura-se, ao calor das ovações e ao ritmo musical da palavra. Acaba de falar de Pátria, de ideal, de glória;

pelos seus lábios frementes de emoção passa, dir-se-ia, a alma da própria História.

E a sua épica evocação termina:

«Quando o povo de Israel foi expulso do Egito, Deus colocou diante dêle, para o guiar no Deserto, uma coluna de fogo e uma coluna de nuvens. A de fogo brilhava durante a noite escura: a de nuvens desenhava-se vagamente na claridade do dia... Sucede coisa semelhante, meus Senhores, na interminável peregrinação do nosso espírito realizada intermitentemente na luz e na sombra...»

* * *

Na noite escura que nos cerca, a palavra de António Cândido aparece-nos hoje como essa coluna de fogo do povo de Israel, de que a sua própria eloqüência falava, há trinta e três anos!

(Do discurso proferido na Academia das Sciências de Lisboa, em 30 de Março de 1922, na sessão solene e pública em honra de António Cândido.)

XII

Augusto Gil

A BÁRBARA PALAVRA

I

Como a palavra é bárbara e ronceira,
Mísera e mesquinha!
É nela como a moenda na peneira
O pensamento, por mais alto e belo:
Cai a farinha,
Fica o farelo...

— Como se a garra adunca dum felino
Roçasse por um véu —
Se o pensamento fôr aéreo e fino,
Fica um farrapo o que a palavra deu...

Se nos quer dar as chamas da paixão
Que são como ígneas, crepitantes asas,
Muda em carvão
O que eram brasas...

¿Quer imitar o ledo amor dos ninhos
Que em manhãs d'oiro canta nos balseiros?
Dá-nos a voz dos rouxinóis cèguinhos
E prisioneiros...

II

Assim, ó pura entre as mulheres,
Lírio em flor,
¿Como queres
Que eu diga bem êste infinito amor?

Como? Se em vão procuro a branda clave
Que transformasse a minha confissão
Numa penugem d'ave
Caindo-te na mão...

Se eu encontrasse a máxima pureza,
Qualquer coisa que fôsse
Piedosa e doce
Como uma reza...
Se eu descobrisse a máxima leveza
O têrmo trémulo e fugace
Que não magôa e que não pesa...

Se o meu amor de sempre eu to mostrasse
Quente de lume, alvo de neve,
Espiritual como é, ou o presumo...

Se a bárbara palavra se tornasse
Em sombra leve
De leve fumo...

(Do livro *Sombra de fumo*, Coimbra 1915, pág. 11 a 14.)

XIII

Cândido de Figueiredo

O ENXÊRTO FRANCÊS

QUANTO mais progressiva é a civilização de um povo, mais sujeita é a sua língua a deturpações e vícios, sob a variada influência das relações internacionais, dos novos inventos, das travancas da ignorância, e até dos caprichos da moda.

A língua portuguesa, falada por povos que procuraram acompanhar o geral progredimento do mundo moderno, não podia esquivar-se àquela lei. Pelo menos em Portugal, com a decadência da escola romântica, incidiu a decadência da linguagem, até entre aqueles a quem maior obrigação impendia de velar pela pureza dela, sem hostilidades para com as inovações necessárias.

Sábios e romancistas, poetas e prosadores, e nomeadamente a imprensa pe-

riódica, parece haverem conspirado para dar curso às mais extraordinárias invenções e enxertos de linguagem.

Sobretudo, o enxêrto da francesia frutificou com tal exuberância, que muita e mais razão teria hoje o Filinto, do que quando invectivava os *francelhos, que enxertam pepinos de San-Gregório em melões de Benavente.*

E a tal ponto se agravou a malária do solecismo e do estranjeirismo, que, num dos mais lidos jornais portugueses, um legislador *arrivé* chegou a subscrever a seguinte alegação, peculiar a todos os ignorantes: — que só trata de questões de palavras quem não tem mais que fazer...

(O que se não deve dizer, Lisboa, 1903, pág. 9 e 10.)

A GUERRA AO BARBARISMO

Houve tempo, — não muito distante de nós, — em que luminosos espíritos se compraziam no debate das questões de

linguagem, e na defesa do genuíno falar português. Borges Carneiro, Cândido Lusitano, Filinto Elísio, o Cardial Saraiva, Evaristo Leóni, Silva Túlio e alguns mais, que inda não possuíam embora, nem podiam possuir, os amplos recursos que hoje devemos à sciência da linguagem, conseguiram todavia a atenção dos seus contemporâneos, doutrinavam-nos como melhor sabiam, e a êles se deve, creio eu, o relativo escrúpulo que se observa nos publicistas portugueses dos três primeiros quartéis do século findo. No último quartel, e já durante o terceiro, rarearam os estudos práticos da língua, e pode dizer-se que o ensinamento desta ficou reduzido às gramáticas escolares. Ora como as gramáticas, de per si sós, são insuficientíssimas para ensinar uma língua, notou-se com mágoa que as últimas décadas do século XIX, embora feracíssimas em poetas, romancistas, jornalistas, críticos, pouco produziram, genuìnamente português.

O solecismo e o barbarismo passavam impunes, senão triunfantes e aplaudidos, através dos livros e dos periódicos, ameaçando converter a língua nacional

em manta esfrangalhada, ou num vocabulário de orates.

Evidentemente o remédio capital seria o estudo dos bons modelos e os preceitos dos mestres incontestáveis; como porém, entre dez escrevedores, não há dois que estudem, porque, em-quanto estudassem, não fariam romances para dois mil assinantes, nem encheriam o jornal com prosas de cabo de esquadra, houve um ingénuo amigo das letras, que se deu à fastienta e inglória tarefa de registar, dia a dia, numa folha periódica, os dislates que nos jornais e nos livros se lhe deparavam em barda, atentatórios da sintaxe, da escrita e da vernaculidade do nosso idioma...

(Problemas da Linguagem, Lisboa, 1905, *nota prévia.)*

XIV

Carlos Malheiro Dias

LITERATURA E NATIVISMO

Os intelectuais portugueses, tão nacionalistas como os seus ilustres confrades brasileiros, só aspiram à honra de ser por êles estimados e não alimentam a estulta pretensão de dirigirem ou sequer influírem na evolução e nos destinos da literatura brasileira, e muito menos de constituírem o escol literário de uma língua trabalhada na América pelo génio, pelo talento e pela cultura de um Machado de Assis, de um Ruy Barbosa, de um Euclides da Cunha, de um Luís Delfino, de um Alberto de Oliveira, de um Olavo Bilac, de um Luís Murat, de um João Ribeiro, de um Aluísio de Azevedo, de um Coelho Netto, e de tantos outros primaciais artistas, que na prosa e no verso ombreiam com o que

de melhor tem produzido a moderna literatura portuguesa.

Seria da minha parte vil lisonja ocultar que a literatura brasileira ainda não produziu no teatro uma obra comparável ao *Frei Luís de Sousa* de Garrett; uma obra de historiador com a substância da de Alexandre Herculano; romancistas superiores a Camilo e a Eça de Queiroz. Mas seria arrogância deixar de reconhecer que ninguém em Portugal, presentemente, cultiva com a majestade de Ruy Barbosa a eloqüência vernácula e o grande estilo; que todos os cem livros de Teófilo Braga valem menos do que as páginas de Tobias Barreto e Sílvio Romero; que *Os Sertões*, do grande Euclides, são um dos mais grandiosos monumentos da língua; e que a poesia brasileira atingiu uma perfeição que raros poetas portugueses contemporâneos alcançaram.

*

As duas culturas, brasileira e portuguesa, divorciaram-se há quási um século. Evoluem numa independência absoluta. Literàriamente há ainda um rema-

nescente de influência que de nenhum modo compromete a originalidade — ou pelo menos a autonomia — da opulenta literatura brasileira — influência exercida não apenas pelos clássicos, como também por alguns escritores contemporâneos, e salientemente por Camilo, Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro, Fialho de Almeida, António Nobre e Eugénio de Castro, sem que valha a pena discutir se essa influência foi perniciosa ou benéfica.

Nos domínios scientíficos, porém, não vejo quaisquer indícios de infiltração.

... Todavia, se assim acontece no domínio das sciências, seria impertinência pretender opor ao muitas vezes secular património português um século, embora brilhante, de cultura literária. Tudo tem o seu limite. Sempre se me afigurou um delírio — se não é uma *fumisterie* — a aspiração denunciada por alguns campeões militantes da lusofobia, de desfigurar a língua e convertê-la *patrióticamente* num dialecto, quando os próprios Estados-Unidos, com a sua formidável capacidade transformadora e a sua potentíssima individualidade, nada mais conseguiram do que alterar a pronúncia

da língua materna, à semelhança do que ocorreu nas nações americanas de origem espanhola.

Assim o Brasil me parece ser o único país da América onde se agita, embora circunscrito a certos cérebros delirantes, o programa de uma deliberada deformação do idioma europeu tradicional. Como, porém, semelhante propósito não passa de um absurdo, repelido por 99 ⅔ por cento da inteligência brasileira, não vejo modo de deixar de admitir a influência literária do classicismo no Brasil, nem o que os nativistas perdem em aceitar, na qualidade de co-herdeiros legítimos, a sua parte no património clássico da língua, e muito menos o que lucram em desprecià-lo e repudiá-lo, até o extremo de se aconselhar o banimento dos *Lusíadas* das escolas brasileiras — onde se aprende a língua portuguesa — com o fundamento de que não há no poema uma referência ao descobrimento do Brasil!

(*Na República das Letras*, artigos de polémica publicados em jornais do Rio de Janeiro, por 1918, em seguida a demonstrações de «nativismo» ali ocorridas.)

A LÍNGUA FRANCESA E LÍNGUA PORTUGUESA

A língua em que trabalha Anatole France é da mais pura liga. Admiremo-la e envejemo-la!

A nenhum povo concedeu a caprichosa Providência uma dinastia de lapidários da linguagem como a que teve a França do século de Corneille, de Racine, de Boileau, de Fénelon e de La Fontaine.

Pelo que diz respeito à língua portuguesa, foi só desde Bocage, com Garrett, Castilho e Latino, que se tornou possível ajustar gradualmente a linguagem da Renascença camoneana, tão bela mas tão antiga na sua imponência hierática, às necessidades de expressão da época actual.

São ingratos os que desdenham da contribuïção de equilíbrio com que nessa delicada operação evolutiva entram o austero escrúpulo de Herculano, o copioso vocabulário de Camilo, as audácias irreverentes de Fialho e a aplicação que Eça de Queiroz fêz da fluente, translúcida, polida sintaxe francesa, à língua literária ainda demasiado compacta, complicada, eriçada de conjunções, que o au-

tor do *Eusébio Macário* — a quem só faltou o bom-gôsto — levara cincoenta anos a acomodar às exigências do romance e da sátira.

De tôda essa laboriosa contribuïção de artífices, a verdade é que, ainda hoje, não possuem as duas literaturas de língua portuguesa uma sintaxe de perfeição impecável e sóbria precisão, semelhante à da prosa lapidar do autor do *Lys Rouge;* e que ainda é preciso recorrer com freqüência aos modelos antigos, para usar com digna compostura o vocabulário copioso, opulentíssimo, reünido em alguns séculos por um tão pequenino e agitado povo. A tendência de muitos dos modernos escritores é, infelizmente, para a complicação — o que os divorcia da helénica lição anatoliana.

Há um retrocesso para o bisantinismo e a ênfase, embora artistas como Bilac, Vicente de Carvalho, Alberto d'Oliveira (o português), Antero de Figueiredo, Teixeira Gomes, e outros ainda, permaneçam fiéis à tradição garretiana, de que Machado de Assis e Eça de Queiroz foram — sem sacrifício da sua altiva individualidade — os continuadores.

Cada vez mais o bom-gôsto é condição suprema da arte literária. Uma civilização que ressuscitou os gozos estéticos das atitudes clássicas nos bailados; que devolveu à beleza física o seu prestígio antigo e lançou outra vez aos estádios dos jogos a juventude, não poderia deixar de exigir nas formas superiores da arte, na música como na literatura, essa proporcionada harmonia e essa dignidade estética, a que os requintados Helenos prestaram reverente culto.

(De *A verdade nua*, Lisboa, 1920, pág. 263 e ss.)

XV

D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos

O PORTUGUÊS ARCAICO

QUANTO ao português, chamo desde já a a sua atenção para isto: — que os legítimos textos arcaicos não são uma floresta *oscura, selvaggia ed aspra e forte*, uma série de vocábulos raros e complicados, entrelaçados em construções bárbaras, como aquelas *Relíquias* apócrifas e artificiosíssimas que durante séculos passaram por obras dignas de fé, de um Egas Moniz Coelho e Gonçalo Hermiguez.

Numa balada de Sancho I, composta antes de 1200, uma das mais antigas poesias trovadorescas de Portugal, de deliciosa cadência rítmica, há apenas umas vinte e tantas palavras diversas, tôdas elas singelas quanto à forma e quanto à essência, e que tôdas já eram então o que são hoje. E' um fenómeno

notabilíssimo, talvez único, não só quanto ao português, mas também em todos os idiomas neo-latinos.

¡Reparem bem! — Ela diz:

Ay eu coitada! — Como vivo
en gran cuidado por meu amigo
que ei alongado. ¡Muito me tarda
o meu amigo na Guarda!

Ay eu coitada! Como vivo
en gran desejo por meu amigo
que tarda, e non vejo! — ¡Muito me tarda
o meu amigo na Guarda!

SONORIDADE DA NOSSA LÍNGUA

As diversas línguas variam muito quanto ao número de sons de que sabem fazer unidades. Numas predomina o elemento vocálico, noutras o consonântico. E, se olharem para o alfabeto, em que há apenas cinco vogais e quatro vezes cinco consoantes, aparentemente estas devem estar na maioria. E estão. Mesmo na língua italiana, a língua do *belcanto*, em que tôdas as palavras terminam em

vogal, há nos 14 versos de um soneto qualquer (têrmo médio) 184 vogais e 221 consoantes. Em português contei 174 vogais e 203 consoantes.

Em alemão há um esqueleto consonântico mais robusto. Temos sílabas com cinco sons consonânticos, por exemplo em *pflückst, pflügst, schlägst, drückst, bringst*. Em português êle é mais brando e reduzido do que em qualquer outra das línguas neo-latinas, em virtude da queda de *l, n, d, g* intervocálico. O ouvido e a língua nacional amam a simplicidade; tendem à maior comodidade em forma e beleza possível, e ao menor esfôrço possível; ao emprêgo da *vis minima*.

Quási tôdas as sílabas constam de dois ou três sons. Temos dois em *dá, li, vi, dê, sé, pé*. Temos três em *vai, lei, rei, meu, teu, seu*; a-par de duas vogais uma consoante, ou, mais exactamente, a-par de uma consoante uma vogal e uma semi-vogal que, juntas, constituem um ditongo. Em outros casos agrupa-se com a consoante explosiva *(p-t-k* ou *b-d-g)* uma líquida ou uma vibrante, por exemplo em *crê, pra(do)*, etc. O máximo são quatro sons: duas consoantes iniciais

agrupadas, vogal, e uma consoante final (nasal, líquida, vibrante ou sibilante) por exemplo em *três, cruz, prol, traz, grei, frei, greis, freis.*

Creio que não há nenhuma com mais de cinco sons. E mesmo entre essas, em que há portanto quatro consoantes, mal haverá uma que seja popular. Só me lembro de *trans* em *transpôr, trasparente.* Mas tais sílabas, o povo, quando as emprega, alivia-as, dizendo *transpor,* ou cortando-as em duas, dizendo *estrâ,* ou *estram.* A minha lavadeira, que é de Paranhos, diz sempre *estramparente.* E todos nós, apesar das nossas pretensões a gente culta, dizemos por exemplo *estra-viar,* em vez de *transviar.* E todos nós procedemos de modo semelhante com os vocábulos que em latim principiam com o grupo *sp, st, sk.* Em vez de *scutu* dizemos *escudo; estudo* em vez de *studium; espôso* em vez de *sponsum.*

Os três sons *sku, stu, spon* eram compactos de mais para o ouvido musical dos Portugueses...

(Introdução a lições de filologia portuguesa in *Revista Lusitana,* vol. 21.º, Lisboa, 1918.)

XVI

Coelho Netto

(Fragmento de um discurso proferido em Novembro de 1916, na Academia Brasileira de Letras.)

A língua está a pique de perder-se, degenerando em garabulha por arte dos franchinotes. Já não é sòmente o vocábulo de boa casta que é renegado pelo barbarismo, é a própria plástica, a mesma sintaxe, de construção robusta, que se vai deformando com o arrocho do justilho, efeminando-se com embelecos e postiços.

E assim abastardam e envilecem o nobre idioma, o alti-sonante português, que rompeu sonoro através do troar das buzinas romanas; que retumbou vencendo o clangor das tubas sarracenas; que ecoou em África, sufocando o estrugido das parapandas negras, dominou o ribombo dos trovões e o uivo dos ventos nos mares,

quando ordenava nas galés atrevidas; que se lançou por Ásia dentro e veio cantar nas tabas americanas, regressando ao ninho paterno cheio de notícias de heroísmos.

Ao reentrar na Pátria, como as pedras que se moveram ao som da lira de Anfião e, sotopondo-se por si mesmas umas às outras, formaram as muralhas altas de Tebas, obedecendo à «fúria grande e sonorosa» do épico, ajustou-se em heróicos, formando a torre inexpugnável dos *Lusíadas*, onde há-de viver eterno o génio robustíssimo da raça que o criou.

É tal idioma, cujos termos nasceram em campos de batalhas, nos castelos alcandorados e nas alcáçovas das fronteiras, nas húmildes póvoas dos vilões e nos claustros ascídios, nas estalagens onde pousavam trovadores e dormiam espadachins e goliardos; nos paços reais e nas galés que se faziam aos mares misteriosos; nas recâmaras das donas e nas arribanas dos pastores; no púlpito das igrejas e nas tribunas parlamentares; na arte e na sciência; no comércio e na indústria; na lezíria, entre o gado, nos trigais e nos olivedos; nas festas pa-

gãs das colheitas, nas feiras sempre turbulentas, no inverno ao calor do lume, no soalheiro estival e entre a dorna e o lagar no outono; sentimental pelo influxo da saüdade, flor da raça; é tal idioma tradicional, herança que nos foi legada pelos que nos deram a Pátria, o Deus do nosso altar, os costumes, a Lei e a sua própria glória, que está em perigo, não por desestima do povo, mas por traição dos vélites da pena, dêsses mesmos que o deviam guardar com avareza e defender com brio.

E ¿porque assim o desconjuntam? porque o acham, dizem, por demais inteiriço e ríspido, sem flexibilidade, duro. Então desarticulam-no e arrancam-lhe do corpo hercúleo as peças da armadura que o reveste desde o tempo em que, partindo dos arraiais galizianos, entrou a terra lusitana, forte e altivo, nas mesnadas dos ricos-homens; e se ainda o vestissem compostamente, com trajo de hoje, nada se lhes diria; mas atafulam-no como um pintalegrete e trazem-no por aí ciciando em voz de eunuco e caminhando aos pinchos como um pisa-flores.

O mal não é novo, alegam os galiparlas. Já Duarte Nunes de Leão o denunciava no comêço do século XVII, mostrando acarretos do francês no curso do vernáculo.

Tais expressões, porém, transitam como fôlhas que descem o rio ao som das águas, e passam e vão-se ao mar; mas se as deixamos rebalsarem-se, a água tôda vicia-se, e turva-se o que era límpido; o que era fluente remora em pântano; fica estagnado em putrilagem o que, antes, docemente corria regando terras, reflectindo arvoredo, céus e montes, movendo azenhas e abeberando povos e rebanhos. Insistem ainda os taralhões, argumentando com Vítor Hugo: «Une langue ne se fixe pas. L'espri thumain est toujours en marche, ou si l'on veut, en mouvement, et les langues avec lui».

Sim, a língua não se fixa; evolve, mas sempre à custa da seiva que recebe das raízes e dos benefícios que tira do ambiente. Assim a árvore perde as folhas, abrolha de novo, floresce, frutífica, esmarre, para reverdecer mais bela. Mas como a árvore morre se a infestam pa-

rasitas, assim perece a língua se a invadem exotismos.

Que transferida de um para outro clima a língua se modifica, não há negar. O idioma falado no Brasil é o mesmo que soa em Portugal, mas — e mantenho a analogia — com o nosso sol a árvore tornou-se mais verde, mais viçosa; vieram-lhe as flores mais còradas e os frutos mais doces e de mais aroma; e, como se deu bem na terra, desenvolveu-se prodigiosamente, abrindo frondosa copa e enchendo-se de cantos.

Mas a seiva que lhe corre no âmago é a mesma que circula nas veias da árvore veneranda, em cujas raízes estão sentados os quarto evangelistas: Camões, Vieira, Bernardes e Camilo.

(Do *Almanaque Alves*. Rio de Janeiro, 1917, pág. 250 e 251.)

XVII

David Lopes

OS MOUROS NA CIVILIZAÇÃO PORTUGUESA

Nos seus castelos, do Minho ao Guadiana, já não ondeava ao vento o estandarte da meia lua; agora flutuava nêles a bandeira das quinas, isto é, um outro poder mais forte e triunfante se levantara.

Mas por aqui tinham passado mouros; foram vencidos, em-fim, e, todavia, uma parte da sua alma ficou nos lugares que seus pais haviam regado com o seu sangue: ficou nas instituïções sociais que os cristãos tinham copiado dêles, e ficou, sobretudo, nos muitos termos da sua língua que passaram para a portuguesa, nomes comuns como próprios de lugares.

As palavras portuguesas de origem árabe são cêrca de seiscentas, mas delas mais de um têrço são raras ou desusadas.

Em tôdas as manifestações da vida de

então essa influência aparece, quer da vida administrativa, quer da vida económica e do espírito: cargos e funções militares e civís, impostos, pesos e medidas, artes e ofícios, etc.: *alcaide, alferes, adail, almocadem, almirante, alcalde, alvasir, almoxarife, almotacé; anúduva, alcavala, coima, garrama; almude, alqueire, arrátel, arroba; alfageme, alfaiate, adelo, algibebe, almocreve, azemel;* a *nora* e a *azenha* mouriscas, — tudo isso, sem falar do grande número de termos scientíficos, principalmente das sciências naturais, que êles muito cultivaram, tudo isso, repetimos, mostra bem onde êles foram senhores e mestres; e até ¡ó sacrilégio! esquecido o sentido próprio da expressão, nos pusemos a implorar o Deus dos mouros com «¡oxalá!» (isto é, «¡se Alah quiser!»). E hoje ainda o povo diz de tôda a ruína antiga que «é do tempo dos mouros». tal foi a impressão que nêle deixaram; e a sua imaginação ainda vê em lugares misteriosos «mouras encantadas».

(*Do Portugal contra os mouros*, da colecção *Livros do Povo*, Lisboa, s. d., pág. 36.)

XVIII

Eduardo Prado

(1860-1901)

Não é uma transcrição de Eduardo Prado o trecho seguinte: é o elogio do seu «lusitanismo», feito pelo escritor português Alberto d'Oliveira, e reforçado por êste com uma oportuna citação do escritor brasileiro Afonso Arinos.

A. de C.

Eduardo Prado era um daqueles Brasileiros a quem nunca poderia caber alcunha equivalente à de *little Englanders*, com que os imperalistas inglêses costumam fulminar os seus adversários.

O seu imperalismo era todo pacífico e ideal, mas orgulhosíssimo. Antes de qualquer recente e indecisa americanidade colocava sempre, de cabeça erguida, a sua multi-secular lusitanidade. Não se con-

tentava de que o Brasil fôsse grande no espaço: queria-o também grande no tempo.

Alegrava-o, de-certo, que o seu país ocupasse uma vastíssima fracção do globo terrestre, dentro de fronteiras que Portugal se não descuidara de traçar-lhe e guardar-lhe, com paternal e obstinada previdência, e para cuja defesa vitoriosa contra pretensões de estranhos, sabia que não fôra inútil o concurso dos velhos mapas coloniais, que continuam a morar na Tôrre do Tombo, venerável arquivo da família comum. Mas não o desvanecia menos ver o Brasil prolongado pelos séculos dentro, primeiro entroncado na história e na raça lusitanas, que prezava como próprias, e por essa ascendência ilustre ligado às outras raças históricas e pre-históricas que povoaram a Ibéria.

Bem longe de tratar o Avô português como parente pobre, que se não mostra às visitas, ou como estranjeiro hostil, de quem se suspeita, Eduardo Prado julgava-se tão legítimo representante, como qualquer Português do seu tempo, dos heróis gloriosos e magníficos que fazem da história de Portugal, por êle tida e

lida como também sua, uma das mais formosas da Humanidade.

E assim se empenhava em trazer sempre em dia a sua árvore genealógica nacional, e se honrava grandemente, no seu cavalheirismo nato, quer de partilhar as nossas glórias passadas, quer de reclamar a sua parte nas nossas angústias, preocupações e dificuldades, dando-nos carinho e confôrto quando não podia dar-nos louvores e aplausos.

Da constância e vitalidade do seu afecto pela Pátria da sua Pátria — como a Portugal tão bem chamou outro seu ilustre patrício — fala-nos o saüdoso Afonso Arinos, em palavras que merecem sempre menção, no seu belo discurso de recepção na Academia Brasileira. Assim diz êle, no tom doce de quem se confessava penetrado por iguais sentimentos e dava igual amplitude ao seu exemplar patriotismo:

«Eduardo queria que o Brasil fôsse o santuário onde, dentro de menos de um século, os *Lusíadas* seriam guardados por cem milhões de Brasileiros; onde as tradições da velha terra lusitana, colori-

das pelas do tupi-guarani e do negro, pudessem cantar, ao baque das enxadas e ao ruido das charruas, nos nossos hoje desertos, como cantam as tradições britânicas nas *savanas* da América do Norte, que, há meio século, eram conhecidas apenas pelas tríbus errantes do indígena, ou pelos *quakers*. Eduardo queria, senhores, que a história do Brasil fôsse e continuasse a ser o que, no dizer de Guizot, é a dos Estados-Unidos da América do Norte: o desenvolvimento da história da mãe-pátria. Êsse moço, que podia repetir a trova da opereta, pois mais de uma vez realizou a volta ao mundo, parou comovido na *ocidental praia lusitana*, como junto ao poial da velha casa paterna; conviveu com os grandes homens que falam a nossa língua; ombreou e misturou-se com o povo; amou os olivais, os vinhedos, os castanheiros, as faias, os carvalhos, o quente colorido dos trajos e das trovas aldeãs; e pôde ser, e foi, no seu cosmopolitismo, no seu variado conhecimento de tantos povos e tantas línguas, um amigo sincero e estremecido, não só do Brasil, mas do Brasileiro.»

Compreende-se melhor, depois de ler estes períodos, que Eça de Queiroz e Eduardo Prado, como espíritos que tanto tinham a dizer um ao outro, fôssem amigos fraternos.

¿E não se compreende igualmente que esta amizade é afinal a mesma que liga, e sempre ligará, Portugal ao Brasil, e que se afeiçoará e crescerá, na mesma proporção em que fôr crescendo o número de Portugueses cultos como Eça de Queiroz, e de Brasileiros cultos como Eduardo Prado?

(Do livro *Eça de Queiroz*, Lisboa, 1919, pág. 177 a 182.)

XIX

Fernão Lopes

(1380?-1438?)

APOLOGIA DA SIMPLICIDADE LITERÁRIA

Se outros, por ventura, em esta *Crónica* buscam formosura e novidade de palavras, e não a certidão das histórias, desprazer lhes há-de nosso razoado, muito ligeiro a êles de ouvir, e não sem gram trabalho, a nós, de ordenar. Mas nós, não curando de seu juízo, leixados os compostos e afeitados razoamentos, antes pomos a simples verdade, que a aformosentada falsidade. Nem entendais que certificamos cousa, salvo de muitos aprovada, e por escrituras vestida de fé. De outra guisa, antes nos calaríamos, que escrever cousas falsas.

¿Que lugar nos ficaria para a formosura e afeitamento das palavras, pois todo nosso cuidado, em isto despeso, não basta para ordenar a nua verdade?...

(Final do Prólogo da primeira parte da *Cronica delRei D. João, da boa memoria.*)

XX

Fidelino de Figueiredo

UNIDADE DO GÉNIO LITERÁRIO IBÉRICO

O estudo em relação das literaturas peninsulares e a presença sempre em mente dêsse ponto de vista, da unidade do génio literário ibérico, mostram que se alguns géneros e algumas atitudes espirituais faltam a cada parcela e outras são de cada uma delas tão privativas que chegam a formar contrastes, rara será a forma de sensibilidade estética, o género literário, a modalidade, que não tenha representação nesse grande conjunto. O lirismo subjectivo, que não abunda na literatura castelhana, é característica saliente na portuguesa; se a esta falta o teatro, brilhantemente êle se ostenta na primeira; se a epopeia clássica escasseia em Castela, ela culmina em Portugal; ao insulamento moral dos líricos portugueses opõe-se a ten-

dência popularista dos autores castelhanos. Esta ideia duma síntese guiadora das investigações particulares sôbre as literaturas da península é tanto uma concepção crítica como um método, e no dia em que ela tenha sido amplamente praticada como norma de trabalho, implicitamente nos resultados obtidos estará feita a sua demonstração. Será então possível que perante o mundo surja, a par da típica unidade da civilização ibérica, a unidade do génio literário peninsular, expresso ora em português, ora em castelhano, ora em catalão, ora em galego, e fazendo brilhar facetas de tão diversas refracções que certamente será dos mais multímodos.

¿QUAL É A IDADE ÁUREA DA LITERATURA NACIONAL?

Durante muito tempo foi opinião corrente em Portugal, nas escolas ensinada como doutrina ortodoxa, que era o século XVI a época áurea da história da literatura nacional.

Não discutindo por agora a prática de percorrer tôda uma evolução literária com o estalão do *melhor*, reconheceremos que tal opinião tinha como principal fundamento tradicional a presença de Camões e poderia alegar como fundamento crítico o ser o momento mais original, porque no século XVI se criou a epopeia e o lirismo camoneanos, o teatro vicentino, a novela moderna, o bucolismo neo-clássico, a historiografia colonial, as relações de viagens, as narrativas de naufrágios, todos êsses géneros que constituem o que chamaremos «ciclo dos descobrimentos». Mas, se mais do que nacionalismo individual, pedirmos valores estéticos perduráveis por humanos, dos que jazem na raíz da escala, como queria Taine, hemos de confessar que o século XIX com justiça disputará a palma ao século XVI. E já foi um triunfo da crítica que se saísse do antigo juízo imobilizado e que êste problema entrasse no ensino público, sob a seguinte fórmula: «¿Qual a época que deve considerar-se de esplendor na literatura portuguesa: ¿o século XVI ou o século XIX?»

CARACTERÍSTICAS DA LITERATURA PORTUGUESA

A literatura que decorre desde 1189, data presumível da primeira composição lírica, até a actualidade, não é uma literatura inteiramente original, como nenhuma é, mesmo a grega, nem predominantemente original como algumas são, que do próprio movimento interno derivam a sua diferenciação; tem acompanhado sempre solidàriamente as estranjeiras e dessa solidariedade tem extraído os seus melhores recursos, embora por si mesma os tenha elaborado em alguns cunhos de originalidade. Pode mesmo afirmar-se que com o contacto mais estreito com as gerais correntes de ideias e de gôsto se ajustam as fases de mais vivo progresso renovador. De fora, doutras regiões da península, da Bretanha e da Provença, vieram os iniciais impulsos; da Itália e da Espanha os germens do Renascimento; da Espanha a tendência geral que revestiu no século XVII; da Itália certa modalidade do teatro no segundo quartel do século XVIII; da França a estética que dominou todo o movi-

mento arcádico; da França, Inglaterra e Alemanha a renovação romântica; de França a reacção crítica do realismo; da Alemanha certo gôsto da filosofia contemporânea do realismo; e ainda de França proveio o simbolismo.

A' especial fisionomia da vida portuguesa no século XVI, se deveu a feição mais típica do classicismo quinhentista, assim correspondendo a fase mais original da história literária, à fase mais original da história política e social.

Combinando estes elementos e encarando-os no seu conjunto depois de haverem sido elaborados pelo espírito nacional, surpreende-se uma fisionomia própria nessa evolução literária, onde como já dissemos faltam aspectos noutras literaturas peninsulares prevalecentes, e sobram outros nelas muito raros, não deixando também de haver coïncidências.

São feições características dessa fisionomia, em nosso pensar, as seguintes: o ciclo dos descobrimentos, o predomínio do lirismo, a freqüência do gôsto épico, a escassez de géneros dramáticos, a carência de espírito crítico e de espírito filosófico, a separação do largo pú-

blico, a presença de certo misticismo no pensamento como no sentimento, e a forma difusa da sua criação psicológica.

PREDOMÍNIO DO LIRISMO

Pela característica que designámos como *ciclo dos descobrimentos*, entende-se a existência dum conjunto de obras que teem por objecto os descobrimentos marítimos e suas conseqüências políticas e sociais, a qual se verifica no século XVI, principalmente.

Esta época literária do quinhentismo é constituída por três ordens de elementos: *medievais:* a velha métrica que alguns poetas continuaram a cultivar, em despeito da sua educação clássica, as origens e a estrutura do teatro vicentino, a história ordenada por crónicas de reis, à maneira de Fernão Lopes, seu criador, e a novela de cavalarias; *clássicos* ou de *imitação italiana:* o teatro clássico, cómico e trágico, o romance e a écloga pastorais, a nova métrica com suas varieda-

des e a epopeia clássica; *nacionais:* o movimento intenso do teatro vicentino, isto é, a intriga que nêle se agita e que reproduz o teor da vida nacional dessa época; a historiografia colonial, a maneira camoniana da epopeia clássica, géneros novos como narrações de naufrágios, roteiros e relações de viagens terrestres, que muito teem de arte literária.

Por predomínio do lirismo deve entender-se a preferência dada sempre, em tôda a história da literatura portuguesa, pelos autores e pelo público, à poesia lírica como género poético e como atitude artística, isto é, a preferente curiosidade de devassar e expor a própria vida moral, o gôsto de patentear tôda a alma num relêvo de primeiro plano. Nesta interpretação lata há lirismo em géneros muito diversos da poesia lírica, por os dominar êsse subjectivismo extremo.

Em todo o desenvolvimento dêsta literatura encontraremos sempre mais amados os escritores que obstinadamente voltarem ao mesmo sentimento de amor, à confissão pessoal, à expansão da melancolia, da saüdade, da dor contraditó-

ria de amar e aborrecer a vida, não tivessem os seus antecessores esquecido algum rincão escuro, calado alguma modalidade dêsses eternos sentimentos. Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, Camões, o genial sonetista; Diogo Bernardes, Andrade Caminha, Agostinho da Cruz, Rodrigues Lobo, Bocage, Correia Garção, Gonzaga, Garrett, Herculano, João de Lemos, Soares de Passos, João de Deus, Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Gomes Leal, António Nobre, Corrêa de Oliveira, Eugénio de Castro e tantos outros, formam uma galeria de poetas de intensa vibração, que versando muitos os mesmos temas, raro se repetiram.

GÔSTO ÉPICO

A freqüência do gôsto épico revela-se não só na abundância de matéria épica que à literatura a vida nacional ministrava, e no cultivo da epopeia como género autónomo, mas também no tom épico que invade outros géneros, como a

historiografia, onde mais de uma vez a grandiloqüência heróica quebrou o espírito de justa proporção.

A escassez de teatro é confirmada amplamente pela simples inspecção da história: do teatro medieval só há vestígios muito rudimentares e só por via indirecta conhecidos; após a criação do auto de Gil Vicente, logo estagna sem progresso, em formas inferiores; o teatro clássico do quinhentismo não é quantioso, nem valioso, excepção feita da *Castro*, de Ferreira, que é principalmente um drama lírico, como de carácter lírico são as principais manifestações dramáticas posteriores, que não repitam o cómico burlesco de Gil Vicente.

MISTICISMO

É bastante avultada a representação do misticismo na história da literatura portuguesa. E por misticismo nós entendemos não só a doutrina filosófica que aceita a comunicação com a divindade e que,

como processo, consiste na indagação da vida interior com o fito de fiscalizar todo o trabalho do espírito, para que êle se não afaste do caminho marcado pelo credo religioso, mas também determinado estado das consciências, em que predomina a confusão das categorias lógicas e a invasão do sentimento no mundo do pensamento.

À presença dêsse misticismo que reveste formas muito variadas e que, ainda que pareça muito estranho, foi a principal via por que a literatura portuguesa comunicou com a vida social circunjacente, sob a forma sofredora quási sempre; a êsse misticismo deve esta literatura algumas das suas mais formosas páginas. Mística é a literatura medieval, porque o misticismo domina tôda a vida medieval. São obra de misticismo a hagiografia, os escritos moralistas e alguma parte da historiografia dessa época. Mas é principalmente na era clássica e na romântica, nos séculos XVI e XIX, que êsse ressaibo mais característico se torna, visto que são elas as fases principais da literatura de que nos ocupamos. A historiografia alcobacense, de que a *Monar-*

quia Lusitana é a obra central; grande parte da historiografia dos séculos XVII e XVIII; Frei Luís de Sousa, a poesia profética, Frei António das Chagas, o teatro de Violante do Céu, as poetisas dos conventos; os escritos de edificação moral e religiosa dêsses séculos; Frei Amador Arrais, Frei Heitor Pinto, Frei Tomé de Jesus, Samuel Usque, ¿que são senão abundantes e frizantes testemunhos dêsse misticismo religioso e proselitista, ou político e sebastianista, mas sempre um cunho iniludível dum comum fundo espiritual? O misticismo exaltou a imaginação nacional e deu requintes de sensibilidade e elegâncias de expressão, que percorrem a mais extensa escala, desde a resignação calma ao arroubo cruciante do sofrimento. E se a arte visa principalmente a exprimir a dor, como a forma mais bela de sentir a vida e de revelar a personalidade, e como inexaurível fonte de sentimentos, sem a limitada monotonia dos estados de felicidade, pode bem dizer-se que na língua portuguesa ela tem alguns dos seus momentos augustos, porque ora no lirismo amoroso, ora no múltiplo misticismo — em certa

medida coïncidentes — se traduziram das mais delicadas formas da sensibilidade humana.

Falha de espírito de objectividade, a literatura portuguesa não tem grande tendência para a síntese psicológica, para o estudo dos caracteres e para a criação dos tipos. Tem, não obstante, a sua psicologia, pois não há literatura que se possa desinteressar da vida interior do homem, mas sob formas menos concentradas, aquelas que são compatíveis com as características essenciais, que propusemos: descrição e idealização de aspectos morais, colectividades, casos, tendências espirituais, em que todos reconhecemos alguma coisa de nós próprios, sem que nenhum de nós seja integralmente representado.

CULTO DA LÍNGUA

Sempre houve, desde o século XVI até ao realismo, grande amor à língua, à sua pureza e ao seu enriquecimento; abun-

dam os pleitos sôbre estilo e muitos foram os autores que fizeram declarações enfáticas de sacrificar a êsse culto da sua linguagem a maior divulgação que lhes daria o uso da castelhana, entre êles António Ferreira e Frei Bernardo de Brito, como também houve os que souberam tornar-se clássicos tanto na portuguesa como na castelhana. Mas êsses desvelos visavam à criação dum estilo uniforme e impessoal, o bom estilo literário ensinado nas retóricas, o que se acordava com a corrente concepção estética da Beleza única dos antigos e o processo único da imitação dêstes para a atingir. Os carinhos do artista que visa a criar um estilo seu e que à expressão mais do que à pureza tende, que rebusca, emenda e aperfeiçoa o vestido da ideia, na certeza de que lhe dará relêvo maior, são excepções, durante a era clássica, com Jacinto Freire de Andrade, Manuel Bernardes, Padre António Vieira, Frei Luís de Sousa, D. Francisco Manuel de Melo e Matias Aires. O culto da língua, como instrumento de arte, a criação dos estilos individuais, só podia surgir na século XIX, com a invasão da personalidade do autor

na literatura, com o romantismo. E ainda, em pleno século XIX, a par de criadores de estilo, tão originais como Garrett e Herculano, coexistiu Castilho, último abencerragem do estilo clássico, único, impessoal, e improgressivo.

(Dos *Estudos de Literatura*, terceira série, Lisb., 1891, pág. 240 e ss.)

XXI

D. Francisco Manuel de Melo

(1608-1666)

SÔBRE TRADUTORES E COMENTADORES DE LUÍS DE CAMÕES

Autor. — ¡E o pobre de Luís de Camões, que está ali lançado a um canto, sem que todos os seus cantos, tão nobremente cantados, lhe negociassem melhor jazigo!

Bocalino. — ¿De que se queixa o famoso poeta português?

Quevedo. — De nós todos se poderá queixar; porque, sendo honra e glória de Espanha, tão mal tornamos por êle, que, se são poucos os que o leem, são menos os que o entendem.

Bocalino. — Cuidei que se queixava de quatro traduções, e dois comentadores, que o teem pôsto na espinha.

Lípsio. — ¿Quais são?

Autor. — O primeiro é o bispo Frei Tomé de Faria, que o traduziu em latim...; o segundo foi Macedo, que a verso por verso o quis trocar em miúdos, e no fim o deixou trocado, mas não traduzido. Os mais, é um castelhão e um franchinote que, pois lhe fizeram perder o nome que tal Poeta merece, não é razão que os seus sejam sabidos...

Lípsio. — ¿ E os comentos?

Autor. — São dois, e nenhum santo: de Manuel Correia o primeiro, e de Manuel de Faria o segundo.

Lípsio. — ¿ E, que tais?

Autor. — Um, breve e repreensível; o outro, dizem que repreensível e longo...

CAMÕES, NA VIDA E NA IMORTALIDADE

Bocalino. — Ora não passeis adiante, porque não é justo — ¡valha-me Deus! — porque não sofre, pois é honrado. ¿ Tão pouco lhe parece, ser o melhor poeta de Espanha? e entre os heróicos o mais venerado, o mais aplaudido? ¿ Aquele que

despojou da sua primazia a língua castelhana, e se pôs barba a barba com o nosso (1) insigne Tasso? ombro por ombro com o mantuano Vergílio? rés por rés, com o grego Homero? ¿Faltam-lhe por ventura (se lhe faltou dinheiro, por desgraça) glosas, comentos, exposições, e ser citado e demandado (2) pelos melhores autores do nosso tempo? Se quatro parvos pedintes lhe quiseram pôr o pé diante, ¿que importa, se deu com êles do avêsso ao primeiro cambapé? Ignoramos sua vida... ¿Desprezamos sua memória? ¿Não são estimadas suas obras, até as de maior descuido? Pois, ¿que lhe dói? de que se queixa? quem lhe fêz mal? Ora, contente-se: que, se na vida foi dos mais mofinos, foi na morte dos mais venturosos. Quanto mais, que todos sabemos quanto importante tem sido a providência, dêste a que nós chamamos cegamente *desconcêrto da fortuna;* porque, se o prémio da virtude logo se dera

(1) E' um italiano quem está falando.

(2) Os trocadilhos são constantes, como se vê: *porventura — por desgraça; citado e demandado; pé diante — cambapé.*

de contado na vida, ¿quem fôra tão paciente, que esperara para depois o prémio da imortalidade?...

ANTIGOS E MODERNOS

Bocalino. —... E vós, senhor D. Francisco, também sabeis que, se conferirmos os estilos dos poetas antigos e modernos, estes farão muita vantagem àqueles, porque a argentaria e *lentijuela* que hoje se gasta é sem dúvida mais brilhante e agradável, que a melancólica frase dos antigos. Se hoje ressuscitassem ao mundo aqueles famosos Símacos, Orfeus e Clenandros, e ateimassem em trajar o entendimento pelas medidas do tempo entanguido, a gente fugiria dêles. Não digo, por isto, que deixemos de venerar e reconhecer mil brasas ardentes, dissimuladas por entre aquelas cinzas frias; como vemos em o ouro, que, nascendo de um parto com a terra, não apodrece em suas entranhas, antes, por benefício da idade, se sublima em valor e pureza. Nego con-

tudo (o que afirmam outros) que só em aqueles primeiros séculos fôsse liberal a natureza em produzir altos juízos; porque o mundo, se bem é verdade que se há-de acabar, não se há-de desfazer primeiro que se acabe. Com tôdas suas fôrças e faculdades se há-de ir à sepultura, e até o fim permanecerá na própria ordem em que começou, convindo assim ao maior espanto dos vivos, e maior crédito da Onipotência. Porque tem proporção que, assim como Deus de nada fêz tudo, de tudo faça nada; e como o mundo nunca ascendeu por graus sucessivos à sua perfeição, não desça por outros tais à sua aniquilação; porque, se o mundo fôsse por graus sucessivos caducando em suas operações, fácil conseqüência e pequena maravilha viera a ser depois o fim dêle; além de que não faltara ignorância que presumisse fôra também autor de si mesmo. Mas obrar hoje o mundo como no primeiro dia de sua criação, e acabar-se amanhã—é mistério que inculca todos os espantos e encarecimentos. Honrai, senhor a antiguidade, para que da posteridade sejais honrado; mas não honremos uma, por desonrar a outra...

AS QUEIXAS DOS POETAS CONTRA A MALÍCIA DOS TEMPOS

Bocalino. — ¡Ora, galantes homens são os poetas! Todos vereis queixar da malícia dos tempos e da avareza dos príncipes. Eu provo que nunca os tempos foram menos maliciosos, nem os príncipes menos avaros. Se não, dizei-me: ¿como podem os tempos deixar de ser muito bem inclinados, se êles sofrem tal quantidade de desvarios, como no mundo correm com o nome de poesias? ¿E como deixariam os príncipes de ser agora mais liberais, se os poetas são tantos, que não há monarca no mundo que tenha hoje para poder dar um almôço cada ano aos poetas da sua freguesia? Quando se pagavam os versos a pêso de ouro por Augusto César (que sabe Deus se seria, ou não seria...) é porque era um só Vergílio o que poetizava; mas hoje, que se comutaram a poetas tôdas as sete pragas do Egito, ¿quem quereis vós que os farte, quanto mais que os enriqueça?...

MULHERES DOUTORAS, AUTORAS E COMPOSITORAS

Lipsio. — ...Certo, é de grande louvor em uma mulher, cultivar tão varonilmente o entendimento pela parte laboriosa... Não foram elas pior aquinhoadas que nós outros: superamo-las, sendo mais robustos e capazes para os trabalhos de alma e corpo; não porque o espírito reconheça ou se dobre à fraqueza do sexo...

Quevedo. — Eu, na minha *Culta Latiniparla*, e o Autor, na sua *Carta de guia*, não parece que nos amassêmos bem com mulheres doutoras, autoras e compositoras. Porque, como dizia um cortesão, é triste cousa que estejais com vossa mulher na cama, na mesa, ou na casa, e andem lá pelas tendas mil barbados preguntando por ela. Mas, sem embargo dos embargos, louvemos estas nossas irmãs ... (1)

(Do *Hospital das Letras*, 4.º Apólogo Dialogal.)

---

(1) Violante do Céu, e Bernarda Ferreira de Lacerda, duas poetisas portuguesas do século XVII.

XXII

Francisco Xavier de Oliveira

(1702-1783)

OS MALIFÍCIOS DO TIL

ESTA obra è engenhosa (1). Pretender a correcção da língua portuguesa foi um assunto de que ouvi sempre rir em Portugal. Se nessa matéria se não deve seguir tudo o que êste autor escreveu, muitas regras se podiam tirar da sua invenção, para detestar algumas grosserias, que com pouco gôsto conservamos no idioma português, as quais com pouco trabalho, e quási sem diferença, se podiam limar. Quanto aos vocábulos que acabam em *ão* como *torrão*, *trovão*, *ladrão*, sou bem contra êles, porque não acho impressão (2) que não duvide trabalhar nas *Memórias* que escrevo em português,

---

(1) Refere-se ao livro de José de Macedo, *Antídoto da língua portuguesa*.

(2) *Oficina tipográfica*.

por mêdo dêstes vocábulos, os quais sendo sòmente usados por nós-outros, não se acham nas impressões estranjeiros os *o o* com til por cima. Pode-se aqui imprimir em grego, alemão, holandês, italiano e francês, com muita facilidade; mas em portuguesão, *difficilem rem postulasti!*...

(Das *Mémoires de Portugal*, I, pág. 368.)

XXIII

Jaime Moniz

(1837-1917)

A LÍNGUA NACIONAL NA ESCOLA SECUNDÁRIA

ENTRE tôdas as disciplinas (do quadro dos estudos secundários) a língua materna foi a que primeiro entrou ao uso do aluno; a que êle começou a adquirir nos primeiros tempos da infância; a que lhe prestou grande serviço antes da escola e o continuará a prestar depois dela.

A língua materna é a palavra interior de que se aproveita a cada instante o processo da nossa vida mental; a exteriorização por excelência, verbal e escrita, de nossas ideias e sentimentos; o meio em que podemos principiar a aprender e interpretar a vida da linguagem.

E' o centro de tôda a disposição linguística; a expressão de que em regra faz uso a transmissão escolar; em-fim,

por seus tesouros, o sagrado depósito onde se arquiva a cultura nacional.

«O coração do trabalho educativo e a sua raíz filética, diz Stanley Hall, estão na língua e na literatura vernácula, os dois principais instrumentos do instinto social e do instinto étnico e patriótico.»

«Aviventar no aluno o amor à língua materna, habituá-lo a derivar proveito do que ela vale, da fôrça e beleza que a enaltecem, é um grande dever a cargo do ensino», escreve outro douto pedagogista.

Willst du ein guter Deutscher sein, so sprich deine Sprache rein, aconselha um preceito alemão.

No grau secundário o estudo, embora elementar, desta disciplina, que já vem do primário, tem de propor-se por alvo a aquisição de copiosíssima quantidade de saber e poder, e ainda um efeito formal, além de importantíssimo em si mesmo, obrigatório como antecedente vantajoso de outros estudos congéneres.

Por isso a marcha da respectiva transmissão, a partir dos primeiros estádios, onde entram as noções preliminares, e a terminar nos derradeiros, onde demoram e só podem ser bem compreendidas e

apreciadas as maiores riquezas literárias, há-de seguir, sem quebra de continuïdade, ininterruptamente pelas diferentes classes, como pede a índole e o valor do assunto, que é um dos eixos de tôda a cultura formal, intelectual, estética e moral.

Mostra-se culminantíssima a posição que a língua de cada povo ocupa nos anos, classes ou ciclos dos respectivos institutos de instrução secundária, seja qual fôr o carácter que os assinale, literário ou scientífico, humanista ou real.

Hoje corre na escola, como regra vulgar, o preceito estabelecido por Hiecke: *que tôda a lição deve ser ao mesmo tempo uma lição de língua pátria.*

(Dos *Estudos de Ensino Secundário*, Lisboa, Impr. Nacional, 1919.)

XXIV

José Pereira de Sampaio (Bruno)

(1857-1915)

BRASIL, PORTUGAL E FRANÇA

O rancor toma proporções que invadem o burlesco. Tornam-se inofensivas.

Há (ou houve) no Rio um bacharel em direito, de nome José Jorge Paranhos da Silva. Êste homem tem (ou tinha) leitura, copiosa e moderna; tem imaginação; e tem espírito. Mas, sobretudo, o que êle tem é um ódio imenso a Portugal e aos Portugueses.

Publicou, anònimamente, um livro, que saiu, à maneira alemã, aos pedaços, por três arranques...

Intitula-se: *O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil.* Por

Um brasileiro. Papel assetinado, composição elegante, impressão nítida. Lugar da impressão, Rio-de-Janeiro. Data: 1879. ¿Formato? 8.º

Êste tômo é oferecido aos bachareis brasileiros que, educados em Coimbra, uma vez de regresso, declaram quererem renascer (sic) no Brasil...

Assim, o sr. Paranhos da Silva exibe uma teoria para explicar como seja que a língua portuguesa é inferior à brasileira. Êle foi, até, o único que tratou disto, coisa que, aliás, era essencial. Propôs-se resolver o paradoxo e aclarar o aparente absurdo.

Assentou que português há dois. Há um português derivado do castelhano. Êste é o nobre. Há outro, derivado do galego. Êste é o pulha.

O português derivado do castelhano é o que se fala no Brasil; é o brasileiro. O português derivado do galego é o que se fala em Portugal; é o português.

Ora, aqui está a coisa. Clara como um preto.

¿E como foi que os Brasileiros, que aprenderam aliás a falar português pela lição dos primeiros portugueses que para

o Brasil aproaram, não aprenderam a falar galego?

Porque os primeiros portugueses que foram ensinar o português para o Brasil ainda falavam o português derivado do castelhano. Os Jesuítas das missões falavam todos o português-castelhano, em jeito que era um primor. Entretanto, os portugueses que cá ficaram, não se sabe por que estranha balda, desataram todos, então, a falar galego, ao depois.

Quer dizer: fixemos a data. Até 1500, em Portugal, falava-se castelhano. Depois de Pedro Álvares Cabral começaram, com engulhos, vómitos e o mais da parte, os irreprimíveis desejos do galego.

¿E por que seria isto, santo Deus?

O sr. Paranhos da Silva explica que foi por causa da dominação dos Suevos na Galiza e em Portugal. Consulta uma gramática suábia recente. Explica como os ditongos nasais em *ão* são peculiarísmos dos idiomas suábio, galego e português...

Ora, o facto é que nos séculos XIII e XIV os dialectos falados na Galiza e em Portugal divergiam muito pouco, segundo pode julgar-se pela comparação do

Cancioneiro de Afonso X de Castela, escrito em galego, e das composições arquivadas nos albuns lusos das bibliotecas do Vaticano, da casa Collocci-Brancuti e da Ajuda, nos quais colaboraram assaz de vates da Galiza. Português e galego foram, todavia, diferenciando-se cada um do seu lado, não porque o português seja um dialecto do galego ou o galego um dialecto do português, mas porque português e galego emergiram duma idêntica base comum, que o sr. Adolfo Coelho define como sendo «a língua galéco-portuguesa dos séculos XIII e XIV». Quanto à doutrina brasileira àcêrca do assunto ventilado, ela não liga. Não se entende.

Mas o que se entende perfeitamente é o estímulo rancoroso que dita aquelas toleimas e improvisa teorias tais.

Desvaira-o, essa raiva, ao sr. Paranhos, tão desorbitadamente, que êle encerra o seu desarrazoado com o seguinte cúmulo dos cúmulos:

Traduz, de português, para brasileiro, duas poesias de Garrett e as linhas de princípio do romance *A Morgadinha dos Canaviais*, por Júlio Diniz.

Isso para pôr aquele impuro galego em português de lei, português-castelhano, português-brasileiro, perfeito exemplar.

A insânia literária, atingindo estes termos, causa dó, porque entra na esfera da patologia. Já não teem a palavra os críticos, mas sim, e ùnicamente, os médicos.

Ou, melhor, os moralistas. Chamem êles à razão êste apaixonado: sugerindo-lhe como o ódio é péssimo conselheiro; e mostrando-lhe como os maus sentimentos são castigados, pela obnubilação da inteligência e conseqüente desaproveitamento da cultura.

Mas esta lição corroborou-nos. Viu connosco o Leitor como a mentalidade brasileira nos não quer acompanhar...

É incontestável. O Brasil não quer nada connosco.

Mas não quisera já de havia muito. E noutra parte, corolàriamente, inquiriu de mentores idóneos.

Fêz bem. Seria ridícula pretensão que competíssemos com os mestres que a nova geração brasileira escolheu.

Também nêles nos educamos, nós. E

os Brasileiros preferiram, assisadamente, o receberam o ensino directo — a colhê-lo por intermediário, mais ou menos infiel. Não quiseram tratar — substalecendo procuração. Foram, encarreirados, às fontes.

De Portugal havendo herdado a subordinação à França, à França logo prestes se dirigiram...

(De *O Brasil Mental*, Pôrto, 1898, pág. 91 e ss.)

XXV

Latino Coelho

(1825-1891)

CLASSICISMO E LITERATURA

É hoje moda desdenharem os literatos, e principalmente os poetas que se prezam de originais, a convivência familiar com as musas clássicas. Era então (1) exactamente oposta a tendência dos espíritos.

Hoje cobre-se e doira-se a negligente ignorância dos tesouros antigos, com a opulência exagerada das modernas criações. Então avultava-se a penúria da invenção para sujeitar os engenhos mais audazes ao jugo de Horácio, e dar-lhes a todos moradia de escudeiros no Parnaso da velha gentilidade.

---

(1) No tempo da infância de Castilho. Latino escrevia estas palavras por 1859-1860.

O latim, que devia ser um estudo e um exemplo, era então um culto e uma superstição. Hoje é um ateísmo cómodo, que dispensa os poetas de estudar.

No regrado justo-meio reside agora a verdade da questão. E, de feito, ¿que exemplares e que modelos de gôsto, de correcção, de aticismo, de eloqüência, de dicção e colorido, não perderam os que deixaram virgens os códices da Antiguidade?

Duas faces tem a verdadeira poesia. Uma intelectual, sensível a outra. Uma ideal, formal a segunda. A escultura, por assim dizer a modelação, o relêvo, o cinzelado da poesia, tocaram a extrema perfeição na antiguidade. O pensamento cristão anima o poema actual. Mas a forma, para que êle brilhe, há-de rastrear de perto o exemplar antigo — assim como o *Moisés* de Miguel Ângelo, excedendo-o de tôda a majestade do Sinai e de tôda a glória bíblica, segue de perto, no desenho material, as linhas clássicas do Júpiter de Fídias.

(De *Garrett e Castilho*, Lisboa, 1917, pág. 253-254.)

GRAMMATICUS LUSITANUS (1)

«Gramaticus» é um homem medianamente conformado, sofrivelmente feio, aspecto meio-iroso, meio-chocarreiro, compondo visagens e trejeitos arqueológicos pelas normas que os cronistas nos herdaram de Nunálvares e de D. João de Castro...

Ermo de invenção, o seu olhar ambicioso voltou-se desde os primeiros anos para a poesia secular dos clássicos e dos caturras...

Decorou Camões, não para elevar-se na majestade das ideias, ou para extasiar-se ante a grandeza do desenho; decorou-o para atormentar a humanidade com citações impertinentes e extemporâneas...

Crente supersticioso das velhas tradições de mil e quinhentos, ninguém lhe prove uma asserção, sem invocar o testemunho dos rabinos clássicos, que êle

(1) Latino chama assim, neste artigo, ao erudito Silva Túlio, cronista do antigo jornal lisbonense *A Epocha*, onde escrevia com o pseudónimo de «Barão de Alfenim».

reconhece; porque, à semelhança do *Hérile*, de Labruyère, crê sinceramente que o vinho embebeda, porque lho disseram os silvanos das éclogas clássicas; e julga incontestável a doçura do mel, porque a viu figurar nas comparações amorosas da *Fenix Renascida*. Para êle a civilização estacou subitânea, quando o último dos clássicos desceu, gemendo, ao limbo carunchoso das bibliotecas conventuais. Desviar uma linha do vocabulário consagrado nos sermões de Vieira, ou nos períodos de Jacinto Freire, significaria a corrução das letras e a conspiração do mau-gôsto, pretendendo derribar os pergaminhos monumentais, em que «Grammaticus» consome as horas da vida, buscando um tempo de um verbo, um deminutivo em *inho*, uma frase morta, ou um rifão genuinamente português, para o entalar entre as frases técnicas e barbarizadas do léxico do mundo elegante.

No seu zêlo fanático pelas cans ultrajadas do velho Filinto, folgaria com a proscrição do *vapor*, dos *caminhos de ferro*, dos *blonds*, das *papelines*, das *polkas* e dos *paletots*, porque estes cómodos ou deleites da novíssima civilização são

outras tantas bôcas impudicas, que publicam a vozes a desonra infamante de todos êsses bacamartes, que, encadernados em vaca monumental, faziam até hoje as delícias inocentes dêste cronista de *charuto*. Vê-lo heis, iracundo e furioso, cuspir afrontas à donzela que o cativou, e repreendê-la severo, porque chama, como o *jornal do tom*, uma *capote* ao que as mulheres dos clássicos chamavam ingènuamente um chapéu. Escritor de folhetins e de modas, vê-lo heis tressuar e enfurecer-se, porque os génios colossais dos Bluteaus ou dos Viterbos não previram a aparição funesta das *tarlatanes* e das *berthes*; porque o próprio Du Cange é insuficiente para autorizar o uso de tanta palavra bárbara, com que as modistas empanam o brilho original da língua dos Afonsos, com grave escândalo de Filinto Elísio, e da *Academia dos Pacíficos*, em cujo grémio «Grammaticus» foi iniciado...

«Hei-vos, senhora minha, em grande «preço de amor; e, se vossa esquivança «não fôra, numerar-me-ia entre os culto-«res afortunados do filho de Vénus. Re-«levai a aridez do meu empenho, que é,

«senão digno de mim, consentâneo à mais «rubicunda rosa, que orvalham os rocios «de Citera. Não me quebranteis a espe- «rança, que, como o pondera o douto «Vieira, *é um afecto, que suspirando sem- «pre por ver, vive de não ver, e morre «com a vista.*»

Era assim que há pouco o arqueólogo «Grammaticus» declarava, em estilo enfunado e sentencioso, a paixão que o devorava, a uma senhora com quem se esforçava por dançar. A senhora desviou o rosto às baforadas clássicas do pedantesco amador, e atendeu a um cavalheiro, que repetia em meio de desalmados galicismos uma scena do *Marquês em hipoteca*, com o que, e com as observações ainda menos *puritanas* que lhe acrescentava, divertia excessivamente um par encantador.

Ao ouvir o murmúrio daquela declaração erudita, um velho hábito de Cristo, que estava ali ao pé, julgava-se transportado em espírito à plateia do *Bairro Alto*, onde creu ouvir um diálogo erótico entre D. Fuas e D. Clóris, no *Alecrim e Mangerona*.

Que um cavalheiro de boa sociedade

ignore os movimentos da terra; que não compreenda a aurora boreal; que não saiba por que influências se modifica o cloreto de iodo no *fashionable daguerreotypo* (ai! que barbarismos!); que chame à foca um peixe; e que ignore mesmo a *prova dos nove;* tudo isso releva-lhe «Grammaticus»;—mas ¡ai do que não souber improvisar pias e edificantes comemorações com a destreza com que glosaria décimas nos freiráticos outeiros! ¡Ai dos que, desgarrados nas ninharias do presente, não citarem o trecho clássico, com que autorizar *asinha*, *primórdio*, ou *abastança!*

(Dos *Tipos Nacionais*, 2.ª edição, Lisboa, 1919, pág. 217 e ss.)

XXVI

Luís António Verney

(1713-1792)

POETAS E VERSIFICADORES

DIGO pois que o estilo dos poetas dêste seu Reino e desta sua língua pouquíssimo me agrada, porque é totalmente contrário ao que fizeram os melhores modelos da Antiguidade e ao que ensina a boa razão. A razão disto é que os que se metem a compor nem sabem que coisa é compor. Onde, quando muito, são versificadores, mas não poetas... Compoem antes de saberem o que devem dizer, e como o devem dizer; e quando teem formado uma caraminhola em trajes de poesia ficam mui satisfeitos, e começam a dizer mal de tudo o que não entendem. Dêstes se acham, não dúzias, mas centos.

De não terem profundado a matéria nascem todos os defeitos da Poesia, de que se acham infinitos na Espanha, e

também em Portugal. Geralmente entendem que o compor bem consiste em dizer bem subtilezas, e inventar coisas que a ninguém ocorressem; e com esta ideia produzem partos verdadeiramente monstruosos, e que êles mesmos, quando os examinam sem calor, desaprovam...

ENGENHO E JUÍZO

Achamos homens com muito engenho e com pouco juízo; porque estas duas coisas podem-se unir muito bem... O engenho consiste em saber unir ideias semelhantes, com prontidão e graça, para formar pinturas que agradem, e elevem a imaginação. De sorte que não basta que sejam semelhantes: é necessário que divirtam e arrebatem.

Verbi gratia: Quando o poeta diz que a garganta da sua amada é branca como a neve, nisto não aparece engenho; se, porém, acrescenta que é igualmente fria, nisto está o engenho.

Pelo contrário, o juízo é aquela facul-

dade da alma que pesa exactamente tôdas as ideias, separa umas das outras, não se deixa enganar da semelhança, e atribui a cada uma o que é seu. Isto pede uma exacta meditação e prudência fundada; aquilo, só pede uma memória cheia de muitas e diferentes ideias. E daqui vem que vemos freqüentemente homens de imaginação fecunda e engenho vivo, sem um escrúpulo de juízo. Antes commummente teem menos juízo os que teem mais engenho, motivo pelo qual produzem obras que merecem riso...

A verdade é que um conceito que não é justo, nem fundado sôbre a natureza das coisas, não pode ser belo; porque o fundamento de todo o conceito engenhoso é a verdade; nem se deve estimar algum, quando não se reconheça nêle vestígio de bom juízo. E como os Antigos observaram muito isto, por isso nestes se observa certa maneira natural de escrever e certa simplicidade nobre, que tanto os faz admiráveis. Pelo contrário, os que não teem engenho para fazerem que um conceito brilhe com a sua própria luz, sem a pedir emprestada, vêem-se obrigados a procurar tôda a sorte de

ornamentos, e a apegar-se a quaisquer agudezas boas ou más, para com elas fazerem figura e parecerem engenhosos...

Um dêstes poetas, observando as desprezantes maneiras de obrar da sua Dama, e convencido, no mesmo tempo, da eficácia que os seus olhos tinham para inspirar-lhe amor, os considera como *espelhos ustórios* (1), *feitos de caramelo*; mas, podendo êle viver nos maiores calores que o abrazavam, conclui que... a *zona tórrida é habitável*. Quando a sua Dama tem lido a carta que lhe escreveu com sumo de limão, posta ao calor do fogo, lhe pede que a torne a ler... *à luz das chamas de amor*. Quando ela chora, deseja que um suave calor, excitado pelo amor, faça destilar aquelas lágrimas, *passadas pelo alambique do seu coração*. Quando ela está ausente, acha-se além do tantésimo grau de latitude, quero dizer: quarenta graus mais vizinho do polo, do que quando se acha com ela. O seu amor ambicioso é um fogo, que

(1) = *incendiários*.

sobe naturalmente para cima; o seu amor afortunado parece-se com os raios do sol; e o seu amor desafortunado assemelha-se às chamas do inferno. Quando o amor lhe tira o sono, é uma chama de que não sai fumo; e quando a prudência o combate, é um fogo assoprado pelo vento. O seu coração é um Etna, que em vez da oficina de Vulcano, oculta aquela de Cupido. A's vezes, o coração do poeta acha-se nevado, no peito de tôdas as belas; outras vezes assado, na vizinhança dos seus olhos. Umas vezes *afoga-se dentro das lágrimas;* e no mesmo tempo *arde, entre os braços de Amor* — semelhante a estes foguetes de nova invenção, que ardem e estoiram debaixo de água...

Em todo êste discurso vê V. P. que o Poeta supõe que o amor é verdadeiro fogo de cozinha; e que une estas duas ideias — *fogo* e *amor* — para delas deduzir todos os seus conceitos, a que êle chama subtis e engenhosos.

Isto agrada ao comum dos homens, não obstante que seja uma fantasia imprópria e extravagante. Porém eu já lhes perdoara êste engenho misto, se usassem dêle com moderação. O que não posso so-

frer é que, sem prudência, o introduzam por tudo; e nos queiram persuadir que é grande engenho chamar a uma coisa com diverso nome; e que a dita coisa é tal como a pintam...

(Do *Verdadeiro método de estudar*, tômo I, Valença, 1746, pág. 216 e 217, 218 e 219, 231 e 232.)

XXVII

Manuel de Galhegos

(1597-1665)

O PORTUGUÊS, LÍNGUA DESPREZADA

A língua portuguesa, como não é hoje (1) a que domina, esqueceram-se dela os engenhos que com seus escritos a podiam enriquecer e autorizar; e quem agora se atreve a sair ao mundo com um livro de versos em português, arrisca-se a parecer humilde, pois escreve numa língua, cuja frase e cujas vozes se usam nas praças, o que não deixa de ser embaraço para a altiveza; que as palavras de que menos usamos soam bem, e agradam em razão da novidade, e por isso os rètóricos lhes chamam «peregrinas»...

(Do *Templo da Memoria: Poema epithalâmico nas felicissimas bodas do ex.mo sr. Duque de Bragança...* (depois rei D. João IV), Lisboa, 1635.)

---

(1) 1635 *A. D.*

XXVIII

Manuel Pinheiro Chagas

(1842-1897)

GARRETT E HERCULANO

PORTUGAL recuperara a liberdade, e a heroica legião, que lha trazia, trazia-lhe também tôdas as conquistas do espírito moderno — os novos ideais e as novas aspirações. Garrett já no exílio soltara o seu grito de independência literária contra os *áureos numes do Acreu*, retemperara na água corrente da inspiração popular o seu estro imortal, colhera piedosamente essas flores, que viçavam desprezadas entre as brenhas, quando os poetas não queriam para os seus ramalhetes a Clóris senão as rosas dos regrados jardins do século XVIII. Herculano ia imergir-se no estudo do viver ignorado do povo, que ninguém conhecia quando a história era apenas o baixo-relêvo, em que figuravam no mesmo plano as personagens que a compunham. Garrett estudava

na canção da camponesa, que brotava nuns lábios risonhos, a formação ingénua das lendas nacionais; Herculano decifrava pacientemente nos forais, escritos tantas vezes com sangue, a formação laboriosa do direito popular. Com os raios do luar de junho tecidos pelas mãos das moiras encantadas, com o perfume das violetas que as fadas lhe colhiam, com o murmúrio das fontes em que êle escutava os carmes legendários, com o sôpro da aragem que lhe trazia o eco dulcíssimo das velhas trovas, urdia Garrett o fino trama encantador da *D. Branca* e da *Adosinda;* Com o gemer do vento nos claustros solitários, com os murmúrios que se erguiam do côro espectral das gerações oprimidas, cujos protestos se tinham imobilizado nas palavras delidas dos velhos pergaminhos; com o tinir das espadas que êle ouvia vagamente à noite quando estacava absorto diante da Batalha; com o rouco estampido das vagas do Oceano que se quebravam nos fraguedos da Arrábida, é que Herculano compunha êsses poemas de dor e de protesto que se chamam *Eurico* e o *Monge de Cister*. Foi com os cabelos de oiro das fadas que

teceu Garrett o verso dos seus poemas; foi com o bronze das armaduras que Herculano fundiu a prosa dos seus romances. Um e outro cinzelam com imortais lavores a língua portuguesa: Garrett porém o que recorta são as rendas tecidas pelas filhas da beira-mar; o que Herculano rendilha é a pedra que os canteiros medievais desbastavam na Batalha. Teem ambos a grandeza do Oceano, mas num é o Oceano que geme em noites amorosas, reflectindo o luar, e acompanhando o canto triste e doce do barqueiro que passa; no outro é o Oceano que ruge, quebrando na penedia e iluminado pelo relâmpago. Um tem a harpa dos eólios, o outro a harpa dos profetas. Tomando quási a mesma época, Garrett escreveu o *Arco de Sant'Ana* e doirou com um sorriso a quadra severa de D. Pedro o Cruel; Herculano escreveu o *Monge de Cister* e carregou com a tinta mais severa a quadra risonha de D. João I. Se tivessem de refazer o poema de Camões, Garrett escreveria o episódio dos *Doze de Inglaterra*, Herculano o episódio do *Adamastor*. Quando ambos se riem, um tem o riso festivo das *Viagens na minha terra*, o

outro o riso meio-grave do *Pároco de aldeia* com o seu melancólico prólogo. E ambos representam assim duas feições bem caracterizadas da alma portuguesa; um no que ela tem de mais feminino, de mais lírico e de mais sorridente; o outro no que ela tem de mais varonil, de mais épico e de mais austero. Se em duas montanhas portuguesas quiséssemos simbolisar estas duas eminências da nossa literatura, um seria Sintra com a verdura a alcatifar-lhe os fraguedos, e o elegante castelo régio a desenhar-se nas cumiadas; o outro a serra da Arrábida, rude, imponente, entre o mosteiro e o mar...

(Do *Elogio Histórico* de Herculano, Lisboa, Tip. da Acad., 1890, pág. 12 e 13.)

XXIX

Raimundo Corrêa

(1860-1911)

EXPANSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

SEJAM quais forem as relações necessárias e fatais entre a grandeza de um povo e a difusibilidade da sua língua, o certo é que poucos povos teem tido uma história tão grande como o povo português, e que também poucas línguas teem hoje uma geografia tão dilatada como a portuguesa língua.

E basta às vezes pensar na vastidão do território onde ela é entendida, e onde são amadas e mais ou menos cultivadas as suas graças e louçanias, para se dissipar em nós êsse vago receio de que venha a desaparecer algum dia da face do globo essa língua, em que tão belas obras-primas teem sido moldadas.

(Do *Trecho de uma carta*, publicado no n.º 10 da *Revista Moderna*, de Paris, 20 de Novembro de 1897, todo consagrado a Eça de Queiroz.)

XXX

Sebastião Rodolfo Dalgado

(1855-1922)

INFLUÊNCIA DO PORTUGUÊS NO ORIENTE

A influência de Portugal no Oriente não tem sido até hoje devidamente apreciada num conjunto, em tôda a sua extensão e em tôda a sua intensidade.

Tem-se escrito muito sôbre os feitos gloriosos dos seus navegadores e conquistadores, sôbre os actos heróicos dos seus capitães e governadores. Tem-se descrito gràficamente o seu largo trato comercial, os seus vastos empórios, os labores penosos e o luxo deslumbrante de seus filhos nas colónias. Também se tem criticado severamente, pela orientação moderna, a sua política de crueldade e intolerância e os excessos do seu zêlo

religioso (1). E geralmente se julga que essa influência foi restrita, superficial, efémera.

A verdade, porém, é que a acção civilizadora de Portugal nos seus antigos domínios e nos povos com que esteve em contacto foi, em vários sentidos, muito dilatada, muito funda e muito duradoura, do que ainda presentemente há vestígios numerosos e evidentes, e argumentos irrefragáveis.

O Dr. Heyligers reconhece «que a influência do elemento português exercida no Arquipélago Indiano» — e o mesmo se pode dizer de diversas outras partes — «foi de uma fôrça absolutamente particular», e abrange essa influência em três capítulos: população e raça, costumes, e língua. Mas há outros pontos de não somenos valia e que são factores importan-

---

(1) Não se esqueça que o sábio filólogo autor dêstas linhas, recentemente roubado pela morte à sciência portuguesa, era de raça oriental; e que o seu depoimento assume por isso mesmo significativa importância, constituindo resposta eloqüente a certos coices que o nome de Portugal recebe às vezes de certas mestiçagens ingratas.

tes de civilização: o comércio de novos objectos, a flora, a fauna, a agricultura e indústrias.

Nenhuma nação colonial tem menos egoísmo de raça e mais tendência à identificação com os indígenas do que a portuguesa. O perspicaz estadista Afonso de Albuquerque não achou melhor meio de enlaçar o Oriente com o Ocidente e de consolidar o império que ia adqüirindo, do que a fusão dos conquistadores com os conquistados, e para isso envidou os seus esforços. E se a sua atilada política não foi persistentemente seguida ou topou com graves dificuldades, nem por isso deixou de produzir consideráveis resultados. Ainda ao presente existem em várias regiões asiáticas grupos, mais ou menos numerosos, dos que se gloriam de descendentes dos primeiros civilizadores europeus dos tempos modernos, da denominação de Portugueses e de nomes e apelidos lusitanos; e teem por êste motivo direitos e regalias superiores aos de outras classes indígenas, ou os mesmos que os europeus, como em Maluco.

* * *

É sobretudo pela influência que a língua portuguesa exerceu, e ainda exerce, em grande parte da Ásia que se aquilata o alto valor da acção civilizadora de Portugal, tôda especial e sem paralelo.

É bem natural que a língua do conquistador seja a língua oficial, e os indígenas se vejam na necessidade de a aprender e falar. Mas isto dura em-quanto o país verga sob o jugo estranjeiro. Assim notamos que a Holanda, que dominou em diversas partes da Índia, não deixou quási nenhuns vestígios da sua língua, a não ser uma ou outra palavra em algum idioma.

É também natural que os descendentes dos conquistadores continuem a usar, especialmente sendo em grande número, o idioma paterno, por longo tempo depois de cessar o domínio nacional, como acontece quanto ao português em Bengala, e em ambas as costas da península, em Malaca e em Singapura.

Mas admira muito o fenómeno que se dá em Ceilão. Ali nem só os descenden-

tes dos portugueses, mas ainda os filhos dos holandeses, que dominaram por igual período como Portugal, e em geral todos os euroasiáticos, e até alguns indígenas, teem o português por língua materna, além doutros, europeus e nativos, que o aprendem por conveniências comerciais, domésticas e religiosas.

E admira ainda mais, e parece ainda mais estranho, que uma classe de indígenas, que não teem nas suas veias uma gota de sangue português, tenha repudiado a língua própria e adoptado, juntamente com a religião cristã, a portuguesa como materna, facto que se observa na presidência de Bombaím e em algumas partes da costa de Malabar.

É pasmosa a expansão que o português teve na Ásia nos séculos passados. «A história dos descobrimentos e das conquistas portuguesas, diz muito bem, e prova-o com muita erudição, o Dr. Schuchardt, é também em geral a história da propagação da língua portuguesa». E pode-se acrescentar: a história da evangelização portuguesa é igualmente, até certo grau, a história da difusão do idioma português. Considerava-se então

que o português era a língua cristã por excelência e um indício de cultura europeia.

Falava-se português, puro ou crioulizado, por tôda a Índia, na Malásia, em Pegu, no Bramá, em Sião, em Tonquim, na Cochinchina, na China, em Comorão da Pérsia, em Bassorá da Turquia, em Meca da Arábia. E falavam-no não sòmente os Portugueses e os seus descendentes, mas hindus, maometanos, judeus, malaios, e os próprios europeus doutras nacionalidades, entre si e com os indígenas. Serviam-se dêle os missionários holandeses nos seus domínios, e ainda hoje o empregam os ministros protestantes inglêses na ilha de Ceilão. Era pois por longo tempo a lingua franca do Oriente.

É verdade que o português já não tem tamanha extensão e está agora muito circunscrito. Cessou de ser língua franca; e os crioulos, uns estão extintos, outros agonizam, outros talvez, pelo perpassar de séculos, venham a desaparecer. Mas quando porventura o português não fôr falado no Oriente, os vocábulos da bela língua de Camões, adoptados e naturalizados em uma centena dos idiomas ver-

náculos, não perecerão jamais, mas perdurarão juntamente com os mesmos idiomas, e serão, na sua linguagem eloqüente, um monumento vivo e constante da dominação e civilização portuguesa.

(Da *Introdução* à *Influência do Vocabulário português em línguas asiáticas*, Coimbra, 1913, pág. XV e ss.)

XXXI

Sousa Viterbo

(1845-1910)

A NACIONALIDADE E A LÍNGUA PORTUGUESA

Grécia e Roma, as mais notáveis e poderosas civilizações da antiguidade, desapareceram da carta política do mundo; mas a sua literatura sobreviveu-lhes, perdurando-lhes a grande influência que exerceram outrora. A língua dos Césares nem sequer se aniquilou; transformou-se apenas em novos idiomas, cultivados brilhantemente por algumas nações, tanto da Europa como da América.

A Polónia desmembrada pela Rússia, pela Prússia e pela Áustria, não perdeu todavia a sua unidade moral, pois continua a usar a linguagem dos seus antepassados, além de manifestar por outras formas que não se partiu a cadeia das suas tradições históricas e do sentimento

patriótico. Portugal completou durante sessenta anos a unificação ibérica, mas o poema de Camões continuou a ser o evangelho nacional, embora muitos dos nossos escritores preferissem revestir o seu pensamento com o fato castelhano. A Catalunha ainda hoje não quer abdicar da sua linguagem nativa, que é o maior fomento do seu espírito regionalista.

É na língua que se reflectem essencialmente os afectos, as ideias, as aspirações, êsse conjunto admirável, que nos denuncia o estado de alma de um povo. A língua é o termómetro, por meio do qual se reconhece o grau mais ou menos elevado da sua civilização. Ninguém dirá que a nossa língua, expandindo-se desde séculos, a partir principalmente do ciclo trovadoresco de D. Denís, não ofereça os elementos indispensáveis para ser um registador intelectual de primeira ordem.

Se por vezes, no nosso proverbial desdém, desconhecemos esta verdade, chegando até a contestá-la, os estranjeiros não deixam de nos fazer justiça, corrigindo o nosso desamor pátrio.

Com efeito, ela presta-se admiràvelmente a tôdas as manifestações do enge-

nho humano, quer literário, quer scientífico, predominando todavia na sua urdidura fundamental a fibra da sentimentalidade. No em-tanto, sendo capaz do mais profundo enternecimento, não deixa também de traduzir as vibrações mais enérgicas, percorrendo de um a outro extremo o mais surpreendente teclado. Como rouxinol, que expira cantando, geme nas saüdades de Bernardim Ribeiro e ressôa como a tempestade nas estrofes vigorosas dos *Lusíadas*.

Suavíssima no estilo musical de Frei Luís de Sousa, tersa e conceituosa nas mais estimadas páginas de D. Francisco Manuel; expressiva e sempre adequada às ideias na prosa modelar de António Vieira; cheia de encanto e de cadência bucólica nos versos e nos romances de Rodrigues Lobo; filosòficamente oraciana nas poesias de Garção; brilhante e sonora nos sonetos de Bocage — ela vem derivando até nós, como um rio meandroso através de vales e de montanhas, torvada de vez em quando na sua limpidez cristalina pelas nuvens do gongorismo ou de outra qualquer influência nefasta, até que rebenta soluçante e ner-

vosa, meiga e iracunda, dolente e sarcástica, nos risos e nas lágrimas de Camilo Castelo Branco.

Já não se poderá formar o mesmo juízo no que diz respeito à terminologia técnica, onde se revela a pobreza das nossas indústrias, a inércia da nossa inventiva, a falta de participação no movimento vertiginoso das modalidades do progresso. As palavras e frases estranjeiras abundam então, e nem sequer temos o cuidado e o bom-senso de as assimilar convenientemente.

Na música tem-nos subjugado a Itália, no toureio exerce o seu predomínio a Espanha, nas modas e em quási tudo mais é a França que entoa o seu hino triunfador. E como se isto não bastasse, a Inglaterra começa a fazer uma concorrência bastante forte à ultima de aquelas nações. Recentemente é muito vulgar verem-se expressões como *Chiado-Terrasse* e outras análogas, que revelam acentuado cunho britânico.

O facto dá que reflectir, sobretudo se lançarmos um olhar retrospectivo sôbre o que se passou há bem poucos anos, e que nos demonstra quanto são variáveis

as impressões da opinião pública. Não desejamos de modo algum relembrar coisas tristes, nem tampouco teremos a menor sombra de censura contra a aproximação e amizade dos dois países, sendo certo que a aliança inglêsa, quer sob o ponto de vista político, quer sob o ponto de vista económico ou de qualquer outra natureza, é a que mais nos convém manter e afirmar.

Não é vergonha que imitemos a Inglaterra, porque ela nos pode servir de excelente modêlo em muitos casos e não vale menos, antes valerá mais, em certas circunstâncias, que outras que estamos macaqueando servilmente.

Nesta questão de linguagem, tanto no que respeita à Inglaterra, como a qualquer outra potência, seria absurdo querer que se levantassem barreiras, ou se lançassem espantosos direitos alfandegários, para impedir a entrada de palavras e locuções, de que tanto carecemos. O nosso patriotismo não é tão cego, que não lobriguemos o absurdo, a que tal medida fatalmente nos conduziria, para satisfazer apenas um capricho insensato. O que desejamos e aconselhamos apenas, é que

moderemos a tendência para o exotismo; e já que não inventámos os utensílios, os objectos, que constituem o arsenal do progresso, ao menos que tenhamos algum talento para transformar a fraseologia estranjeira, acomodando-a racionalmente, sem violência nem extravagância, à índole e modismos da nossa língua.

(De um artigo publicado no *Diário de Notícias*, de Lisboa, 22-7-1910.)

A LÍNGUA PORTUGUESA — VÍCIOS ORGÂNICOS

A língua de um povo é sem dúvida uma das mais belas manifestações da sua nacionalidade. O conhecimento dos tesouros literários da Grécia antiga não contribuiu pouco para colocar entre as nações independentes da Europa a Grécia de 1830. É graças à sua língua, tão cuidadosamente cultivada, que a França tem exercido a sua influência espiritual em todo o mundo, tornando-se um dos principais veículos de civilização.

A nossa língua, com uma existência

histórica de sete séculos e com uma existência literária que data pelo menos da côrte trovadoresca de D. Denis, se não é uma das mais belas e mais aprimoradas da Europa, não tem muito de que se envergonhar, quando se põe ao lado de qualquer das suas irmãs da raça latina.

Nem sempre tem sido tratada com o carinho que merece, e a falta de uma autoridade, que se imponha eficazmente, faz com que se notem defeitos e irregularidades, que comprometem sèriamente o seu organismo. Todos se julgam com direito de transplantar, de inovar, de remodelar a seu bel-prazer; e de aí uma desordem lastimável, que faz com que a língua de Camões e de Vieira pareça, em grande número de casos, uma espécie de macarronia franco-portuguesa.

Uns reproduzem quási textualmente as palavras francesas, e assim temos visto *siflar* por *assobiar* ou *sibilar*, qualquer delas assaz expressiva e própria. Outras vezes usa-se a frase francesa, como se não tivéssemos têrmo correspondente. Assim, ainda não há muito, uma fôlha portuense, descrevendo as manobras militares, dizia que um regi-

mento marchava galhardamente, *tambour battant*. Pois quê: ¿já não temos o enérgico *toque de caixa* ou o *rufar do tambor?*

Outra causa da desordem e desorganização do nosso idioma é a facilidade e sem-cerimónia com que se lançam ao mercado tantos neologismos supérfluos e com que se adulteram as desinências de certas palavras, secularmente consagradas pelo uso. Assim, para citar um único exemplo, ¿que necessidade temos de inventar o adjectivo *pedagogista*, quando já temos o *pedagógico?*

Dir-se há que isto é dar mais variedade e aumentar a riqueza da língua. De acôrdo que em alguns casos é digna de estima e de aplauso essa nova fórmula; mas a superabundância de palavras, longe de ser um auxiliar, é um transtôrno. A língua latina ainda hoje é um modêlo, pela sua sobriedade e concisão. Não é por muito farta de palavras que uma língua é mais expressiva. O padre António Vieira, o mais vigoroso dos nossos estilistas, é talvez o que emprega menor número de vocábulos; mas, em compensação, ¡como êles saem acomodados ao assunto, de uma

energia e de uma propriedade inexcedíveis! A superfluïdade de palavras serve apenas para engrossar o dicionário e contribui para tornar mais difícil e mais dispendioso o estudo de uma língua.

(De um artigo publicado no *Diário de Notícias*, de Lisboa, 22 de Outubro de 1893.)

DECADÊNCIA

Não somos o pedagogo irritado e irritante, que todo se encoleriza, porque vê sair a língua dos seus moldes clássicos. Um idioma é um organismo em elaboração constante, e se não se estivesse renovando perpètuamente, perderia as suas condições de vida, deixaria de ser um instrumento destinado a transmitir as modalidades incessantes do intelecto.

Uma língua que se enquistou, por assim dizer; que deixou de acompanhar as fases sucessivas do progresso, é uma língua ritual, como o latim, que só serve para definir o que é imutável como o dogma.

Uma língua não só se transforma no seu vocabulário, mas até na sua estrutura fundamental. Uma poesia provençalesca ou um trecho dos autos de António Prestes quási se não entendem sem auxílio dum bom glossário. E que diferença do estílo de João de Barros ao do padre Vieira, dos cultistas do século XVII ao fraseado severo de Herculano! Não há talvez língua, como a nossa, que mais se adapte a tôdas as formas do pensamento: desde o transposto, como o latim, até o directo, como o francês.

Não nos susceptibilizam portanto as inovações; antes as achamos indispensáveis; a questão é que elas sejam feitas oportuna e convenientemente, e não a troche-e-moche, por ignorância, por moda, por capricho, ou *caprichismo*, como já vimos escrito. O neologismo, de-certo, enriquece a língua; mas a maior parte dos neologistas que por aí pululam só servem para entorpecer, para afear, para tirar a clareza, a concisão, a elegância, a simplicidade, que é a primeira e principal condição da arte. Frei Luís de Sousa e Garrett são estilistas de primeira água, porque são singelos, ou mostram sê-lo,

embora, como se vê pelos seus manuscritos, facetassem e refacetassem o seu período. Pouco importam, porém, ao leitor, os processos de que se serve qualquer literato; o resultado final é que se aprecia, porque é êle que nos delicia e encanta.

Embora a nossa língua, através do prisma da linguística, se possa decompor numa porção de línguas, assim como acontece aos raios solares, que no seu conjunto dão a luz branca, o que é certo é que ela tem uma característica especial, uma forma própria de agremiar êsses elementos, de os transformar, de os integrar harmoniosamente no seu todo.

O que sucede na maioria dos casos, é que se não respeitam, antes se desprezam completamente essas leis de funcionalismo orgânico. Assim se introduzem palavras na nossa língua, a que se não aplicou o necessário batismo e os restantes sacramentos, para que o neófito não seja um indivíduo absolutamente estranho ao culto da nova religião.

Traduz-se à letra, converte-se com a maior sem-cerimónia *chapelet* em *chapeleta; œil de bœuf* em *olho de boi*, quando os verdadeiros correspondentes são *rosá-*

rio e *clarabóia*. O *empochar*, por *embolsar*, já se vai vulgarizando, e não tardará que digamos *poche* em vez de *bôlsa*.

Mas isto ainda não é tudo; o pior, talvez, é a audácia com que certos escritores estão empregando palavras de sua pura invenção, que êles sós compreendem, e que precisam de ser convenientemente anotadas, para que as possamos traduzir em vulgar. Por êste caminho não haverá um dicionário português: haverá tantos dicionários, quantos forem os escritores.

O mal — digamo-lo em verdade — não é exclusivamente nosso; lá fora, e até em algumas nações bem cultas, está sucedendo o mesmo, pôsto-que em grau menor e menos escandaloso.

Dá-se lá também um fenómeno que julgávamos peculiar nosso. Nós empregamos hoje *bayadera* e *fetiche*, tirados directamente do francês, quando foram os Franceses que vieram buscar à nossa língua *bailadeira* e *feitiço*. Os Franceses também usam hoje o inglesismo *budget*, que não é senão a corrução de *bougette*, velha palavra que os Normandos introduziram em Inglaterra, no tempo da conquista.

Infelizmente, nós, que inventamos tanta palavra, não dotamos o vocabulário técnico com nenhum têrmo de sciências, artes ou indústrias. Pois era aqui que o nosso patriotismo rejubilaria com o espírito inventivo português.

Para nós uma língua é o espelho fiel em que se reflecte o «estado da alma» de um povo. A língua portuguesa traduz bem o nosso estado de incerteza, de flutuação, de falta de iniciativa. Domina-nos o quer que seja de bisantinismo; e em-quanto não se efectuar uma forte renovação moral, a nossa língua há-de continuar a exprimir um pronunciado sintoma de decadência.

(De um artigo publicado no *Diário de Notícias*, de Lisboa, 14 de Junho de 1897.)

XXXII

Teixeira de Pascoaes

POESIA E LÍNGUA DO POVO

NA Poesia é que melhor aparece a alma dum Povo, no que ela tem de mais profundo e misterioso.

É por intermédio dos poetas que o génio popular se vai definindo em figura viva, cada vez mais perfeita.

O poeta é o escultor espiritual duma Pátria, o revelador-criador do seu carácter, em mármore eterno de harmonia.

A Poesia é a mãe do Carácter; por isso, devemos considerar divina a missão dos poetas, quando não mintam ao seu destino sublime.

Se a Sciência é a realidade das cousas fora de nós, a Poesia é a sua realidade dentro em nós. A Sciência constata e vê. A Poesia vê também; mas os seus olhos

iluminam, transcendentalizam a cousa contemplada, elevam o real ao ideal.

A Poesia é criadora, e as suas criações ficam a viver, a pertencer à Natureza, que, nelas, se excede, e acrescenta às suas formas de alma e beleza — o *Reino Espiritual.*

A Poesia converte a matéria em espírito; e, por isso, ela intervém na criação da *alma pátria;* definindo e sublimando as suas qualidades, fixando-as no tempo e no espaço, pela beleza que as torna universais e duradouras.

A obra mais representativa da Raça, por mais espontânea, é o *Cancioneiro Popular.* Nêle transparece encantadoramente a fusão dos contrastes: dor e alegria, vida e morte, espírito e matéria, e a própria divinização da Saüdade:

> **De qualquer sorte que existas,**
> **És a mesma Divindade;**
> **Ventura, quando te vejo;**
> **Se te não vejo, Saüdade!**

O *Cancioneiro Popular* não é apenas uma obra satírica e amorosa, como tem sido considerado: é, antes de tudo, uma

obra religiosa, anunciando o nosso misticismo panteïsta:

Ó sol, torna-te amanhã,
Eu quero ver-te nascer!
Só a vós é que eu adoro,
Só por vós quero morrer!

Eu sou filho das estrêlas,
Junto ao céu fui criado.
Perdi-me na noite escura,
Fui em teu peito encontrado.

Meu coração é um rio
Cheio de águas, mete mêdo!
Seca-se o meu coração,
Rega-se o teu arvoredo!

Os versos da última quadra, duma infinita grandeza cósmica, difícil de encontrar nos maiores poetas do mundo, traduzem a paixão do amor, sulcando o coração humano como um rio caudaloso. ¡A água do coração, identificada com a torrente invernosa e regando os arvoredos! O amor e a dor humana, disputando às nuvens a graça de fecundar e florir a terra! E o amor saüdoso ou panteïsta da alma popular, cantando a Natureza e a Mulher.

No *Cancioneiro* há também a tragédia, a Dor em contacto com o Mistério:

Ó noite que vais crescendo,
Tão cheia de escuridão:
Tu és a flor mais bela
Dentro do meu coração!

*
* *

A linguagem popular é uma florescência espontânea da alma, em casamento com o próprio sentir e a païsagem. E é tão animada, que certas palavras, já mortas no Dicionário, ainda vivem, cheias de infância, nos seus dizeres.

Por isso, a linguagem popular é mais irmã do Verbo divino que a linguagem dos letrados. É a voz do sangue e da terra.

O Povo dá quási sempre actividade às cousas mortas, passivas, o que demonstra a natureza panteísta do seu génio.

¡E as pitorescas expressões, tão animadas das próprias cousas que traduzem! ¡Como as *videiras choram*, quando as ferem; como as *flores riem*, no mês de abril; como as *névoas avoam da barra*, pelo dezembro!

Êle emprega mais a palavra *remoto* que a palavra *distante;* ignora a palavra *solidão,* mas conhece a palavra *êrmo.* A sua extrema sensibilidade ao Mistério, criadora duma verdadeira Mitologia nocturna, que tem como Júpiter o Mêdo, prefere os vocábulos nublosos, porque a ideia de êrmo é a ideia de solidão obscurecida, e a ideia de distância é a ideia mais clara de remoto.

O *pégo* do rio, o *bóco* dos vales, as *horas mortas* da noite, o *nevoeiro* da manhã, são frases populares, dum misterioso e dramático sentido, e é fácil perceber-lhes a essência da legenda sebastianiasta.

A frase *as horas mortas da noite*, por ex., revela o poder plástico, naturalista, de origem ariana. Ao pronunciá-la, sentimos a impressão de que as *horas mortas da noite* teem figura, são lívidos vultos silenciosos, vestidos de sombra, passando pela terra. ¡Fazem mêdo!

E assim as palavras *pégo* e *bóco* desenham imediatamente a alma escura e lúgubre dos rios e dos vales.

TEORIA DA SAÜDADE

Na língua portuguesa há um certo número de palavras, altamente expressivas do que a nossa sensibilidade possui de mais íntimo e característico, e, por isso, sem equivalentes nas outras línguas.

Mas nós conhecemos ainda uma célebre palavra, animada pelos dois princípios religiosos que definem a alma pátria.

Não precisamos de reünir vários sentimentos comuns dos portugueses, para com êles desenharmos o seu carácter moral. Conhecemos um que o define por completo. Refiro-me à Saüdade.

Analisai-a e vereis logo os elementos que a formam: *desejo* e *lembrança*, conforme Duarte Nunes de Leão; *gôsto* e *amargura*, segundo Garrett.

O *desejo* é a parte sensual e alegre da Saüdade, e a *lembrança* representa a sua face espiritual e dolorida, porque a *lembrança* inclui a ausência duma cousa ou dum ser amado, que adquire presença espiritual em nós.

A dor espiritualiza o desejo, e o desejo, por sua vez, materializa a dor. Lembrança e desejo confundem-se, pe-

netram-se mùtuamente, animados da mesma fôrça vital e assimiladora; e precipitam-se depois num sentimento novo, que é a Saüdade.

Pelo desejo e pela dor, a Saüdade representa o sangue e a terra de que descende a nossa Raça.

Desta forma, aqueles dois ramos étnicos que deram origem aos povos latinos, encontraram na Saüdade e, portanto, na alma portuguesa, a sua divina síntese espiritual.

A Saüdade pelo *desejo* (desejar é querer, e querer é esperar), em virtude da própria natureza do *desejo*, é também a esperança, assim como é *lembrança* pela dor.

Pela esperança e pelo desejo, a Saüdade é Vénus; pela dor e pela lembrança é a Virgem Dolorosa.

As duas Deusas confundem-se neste sentimento essencial dos lusíadas, originando uma nova Divindade que é o símbolo vivo da *alma pátria*...

(Da *Arte de ser Português*, Pôrto, 1915, pag. 100 e ss.)

XXXIII

Teófilo Braga

PORTUGAL NA BALANÇA DA EUROPA

Se a Europa conhecesse o quadro da cooperação do génio português na grande época da Renascença do século XVI, Portugal não se veria exposto às ameaças da doutrina imperialista, contrapondo à sua potência moral a fôrça material: «*Os fracos hão-de ser sempre a presa dos fortes*». O século XX não será devastado por outros mais aperfeiçoados Hunos e Tártaros; os nacionalismos egoístas serão subjugados pela consciência da solidariedade humana, cuja missão mais que nenhum povo realizou Portugal, acordando pela sua actividade heróica a Europa marasmada na apatia da Idade-Média.

(Prefácio da *Recapitulação da História da Literatura Portuguesa*, II, *Renascença*. Pôrto, 1914.)

LITERATURA E NACIONALIDADE

A arte, para ser viva, tem de inspirar-se na tradição e de dar expressão ao sentimento nacional, idealizando uma realidade. A sua lição é hoje, mais do que nunca, profícua contra a *desnacionalização*, que ia aniqüilando a nacionalidade. Portugal subsiste, porque tem um território que patenteia ser a sua nacionalidade a de formação mais lógica entre os estados peninsulares, como reconheceu Py y Margall; tem uma raça inconfundível com o Ibero, como o comprova uma autonomia de oito séculos; tem uma tradição que nos liga simpàticamente, e que achou na linguagem de Gil Vicente e de Camões a expressão literária suprema e imperecível.

(Obra citada, pág. 101 e 102.)

USO LITERÁRIO DO PORTUGUÊS

O uso literário do português começou pelas formas poéticas, sob D. Sancho I (1154-1211) e principalmente quando os

fidalgos que regressaram de França com D. Afonso III reproduziram como moda da côrte o lirismo trobadoresco, que D. Denis aproximou da tradição popular. A redacção em prosa começou pelos latinistas eclesiásticos, traduzindo em português os Evangelhos e alguns livros moralistas dos Padres da Igreja.

A renascença do Direito Romano, nas Universidades, fêz com que da parte do poder real se impusesse o latim nos tribunais, alegações jurídicas e postilas doutorais. Assim se enriquecia o vocabulário português pelos *neologismos*, abandonando-se as formas populares, no meio desta exuberância de elementos eruditos. Raros foram os escritores que se libertaram do prestígio da imitação latina, favorecida pelas autoridades católica e académica, que afastaram a literatura portuguesa das condições orgânicas da sua originalidade.

Mas a língua portuguesa, que diferenciava uma raça, era meio de expressão do sentimento de uma nacionalidade. A escrita fixa-a, dá-lhe a norma de analogia nas suas derivações e, modificando-a artisticamente pelo estilo literário, torna-a,

pelo génio dos seus escritores, um meio de coesão da própria nacionalidade. Terminada a época dos Descobrimentos, os Quinhentistas fortificavam a vida da nação, proclamando a cultura da língua...

Êste pensamento dos Quinhentistas não era ignorado pelos escritores estranjeiros, que nos apontavam para exemplo. Na carta de D. Diogo de Mendoza, censurando o uso dos termos antiqüados na tradução do *Orlando*, de Urrea, alude-se a êste facto: *Mas vos le debeis hacer por imitacion à los Portugueses, que han hecho ley en que defienden, que ninguno hable vocablo castellano ni estranjero, sino solamente puro e nelo.*

Camões, servindo o sentimento nacional na epopeia dos *Lusíadas*, unificou a língua popular com a erudita, que é a que se fala e que se escreve em todo o país.

(Recapitulação da H. da Lit. Port., *Idade Média*, Pôrto, 1909, pág. 67 e ss.)

XXXIV

Tomás Ribeiro Colaço

PELAS RIMAS EM «ÃO»

A rima em «ão» desfeia a compostura,
Mancha o verso, destrói a melodia,
Dizem alguns que fazem da poesia
Uma sciência, uma lei concreta e dura.

A rima em *«ão» é mal que não se atura,*
Finda o verso a ladrar; e hoje em dia
Os mestres abandonam-na, à porfia,
Com ar grave de sábios da Escritura.

Vates, que tal dizeis! Para que eu creia
Na profunda razão da vossa ideia,
Para que ela, afinal, a todos dome,

Não chameis *devoção* à devoção,
Não chameis *coração* ao coração
E dai à *Ilusão* um outro nome.

PELAS RIMAS AGUDAS

Também a rima aguda é mancha negra,
Delito grave e prova concludente
De que o verso brotou de alguma mente,
Cujo valor é nulo ou se desregra.

Ah! quanta alma sem côr vive e se integra
Nesta porfia van, inconsciente,
De legislar no verso, onde sòmente
O ritmo é dogma, a melodia é regra.

E sempre o verso agudo há-de vibrar,
Em-quanto tanta flor desabrochar
E tanto coração se sentir só;

Em-quanto tanto amor brotar a flux
E em-quanto pelo mundo, sob a luz,
Se enovelarem turbilhões de pó.

(Dos *Primeiros Versos*, 1919, pág. 31 e 32.)

FIM DO SEGUNDO VOLUME

ÍNDICE

INTRODUÇÃO — Pág.

I — Preliminares XI
II — Senões XV
III — Defesa prática da língua XXXIII

PALADINOS DA LINGUAGEM

I — Afonso Lopes Vieira 3
II — Afrânio Peixoto 19
III — Alberto d'Oliveira 41
IV — Alfredo Coelho de Magalhães. 71
V — Antero de Figueiredo 78
VI — Antero de Quental 86
VII — António Cândido 101
VIII — António Corrêa d'Oliveira 107
IX — António Denis da Cruz e Silva. 114
X — António Sérgio 117
XI — Augusto de Castro 126
XII — Augusto Gil 138
XIII — Cândido de Figueiredo 140
XIV — Carlos Malheiro Dias 144
XV — D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos 151

XVI — Coelho Netto..... 155
XVII — David Lopes..... 160
XVIII — Eduardo Prado..... 162
XIX — Fernão Lopes 167
XX — Fidelino de Figueiredo..... 168
XXI — D. Francisco Manuel de Melo. 182
XXII — Francisco Xavier d'Oliveira .. 189
XXIII — Jaime Moniz 191
XXIV — José Pereira de Sampaio..... 194
XXV — Latino Coelho 200
XXVI — Luís António Verney..... 207
XXVII — Manuel de Galhegos 213
XXVIII — Manuel Pinheiro Chagas..... 214
XXIX — Raimundo Corrêa..... 218
XXX — Sebastião Rodolfo Dalgado... 219
XXXI — Sousa Viterbo..... 226
XXXII — Teixeira de Pascoaes..... 239
XXXIII — Teófilo Braga 246
XXXIV — Tomás Ribeiro Colaço 250

Antologia Portuguesa

Livraria Aillaud

Algumas transcrições e traduções da crítica nacional e estranjeira acêrca desta colecção

«Em França usa-se referir tôda a pedagogia do ensino secundário à leitura dos bons Autores. Nas classes avançadas do Liceu, damos, para assunto dos exercícios escritos, dissertações cujo principal fim é obrigar à leitura dos textos. E, assim, consideramos as Páginas Escolhidas como instrumento de trabalho indispensável aos alunos, e até aos próprios mestres, que já não teem o direito de fazer cursos dogmáticos de literatura, devendo limitar-se, nas suas lições, a agrupar certos trechos significativos, em volta de algumas ideias gerais. As explicações que constituem o exercício essencial das classes de Letras referem-se aos autores do Programa; mas é necessário completá-las por meio de leituras fiscalizadas, que abranjam o conjunto da Literatura. Cada professor organiza, com cotizações dos alunos, uma biblioteca de classe; empresta êle próprio alguns livros no fim de cada semana, e certifica-se, por meio de preguntas, que êsses livros foram compreendidos. Consideramos como muito importante esta função do professor secundário. É o meio de desenvolver certas qualidades de estilo, de corrigir certos defeitos; mas, a bem dizer, nem sempre os resultados correspondem ao esfôrço dos mestres.

«Os jornais falam, a propósito do exame final do Liceu, na *crise do francês*. Não há dúvida que estamos atravessando um período de materialismo, e que a intelectualidade baixa. Mas ao ensino se-

cundário, mais que aos dos outros dois graus, cumpre salvaguardar a tradição e a consciência da raça. O primário limita-se a dar noções utilitárias; o superior, invadido pela erudição, perde de vista muitas vezes o lado moral e estético dos estudos. Para manter a unidade do espírito nacional, contamos sobretudo com a leitura imposta, dirigida, fiscalizada, dos Clássicos, anterior a qualquer especialização. A publicação da *Antologia Portuguesa* parece-me corresponder a análoga necessidade. A maior parte das dificuldades que Portugal atravessa actualmente veem talvez de que as últimas gerações esqueceram de mais o passado. Desenvolvendo as Humanidades nacionais, evitar-se-ia o esfacêlo dos partidos; mas, antes de mais nada, era necessário fornecer à mocidade textos acessíveis e um método de leitura. A *Antologia Portuguesa* norteia-a para o espírito crítico, preservando-a ao mesmo tempo de qualquer espécie de intolerância futura.».

PROF. GEORGES LE GENTIL, da Sorbonne, em carta ao organizador da *Antologia Portuguesa*, com data de 10 de Setembro de 1921.

*

* *

«O ilustre escritor português, sr. Agostinho de Campos, está realizando, com a sua Antologia, obra digna de ser levada a cabo por uma Academia inteira. É vulgar dizer que pouco estimamos os Clássicos, e não o é menos afirmar que os ignoramos. Mas, se a maioria os não lê por natural pendor, sobra, contudo, uma luzida minoria que os não versa, pela dificuldade de os possuir.

O livro clássico, que nos países cultos está ao alcance das bôlsas mais modestas, em correntes edições de preço módico, entre nós, como em Portugal, é sinónimo de antigualha rara, de coisa es-

pantosamente esquiva, de regalo apenas para os olhos, na estante das bibliotecas afortunadas. Faz-se, por aí, colecção de Clássicos, exactamente como de selos custosos, ou medalhas de subido valor. Há quem prefira os lavores tipográficos de Lyon, os da Holanda, ou os do Reino, tal qual os filatelistas, quando discutem, aplaudem ou condenam as emissões de Paris, Londres ou Atenas. Queremos um clássico para lhe mostrar a lombada às visitas. Não importa o que vai por dentro: se os *Diálogos* subtis de frei Amador Arráiz, ou as histórias de proveito e exemplo de Trancoso, se os conselhos do rei D. Duarte, ou as peripécias de Fernão Mendes Pinto. Tudo depende da moeda com que são pagos.

Os selos da Maurícia, consoante as cotações de Yvert & Tellier, orçam por sessenta mil francos o exemplar; custa-nos a segunda edição dos *Lusíadas* um conto de réis o volume. Ora, pois, uns e outros pedem vidraças protectoras. O bibliófilo imita sàbiamente o filatelista. Não mete a mão profana no objecto do seu amor. Admira-o silenciosamente, de longe; e, muito embora não valha um Camões tanto quanto um sêlo colonial da Gram-Bretanha, exigem ambos, para os efeitos do culto, uma admiração respeitosa.

O sr. Agostinho de Campos, que é homem de indisputável gôsto e fina argúcia literária, deve, por essas horas, estar de relações rôtas ou estremecidas com os coleccionadores de Clássicos. É que a raça dêstes, como a de todos os seus semelhantes, detesta os «fac-similes.» Pôr em vulgata os originais, mostrar que os originais, sôbre contemplados, podem também ser lidos, ¡que ideia exquisita! Não fôsse irónico o sr. Agostinho de Campos...

Além de irónico, entretanto, é o sr. Agostinho de Campos destemeroso. Não só da espécie bibliófila se ri o meu ilustre amigo, mas, por ígual, da gramaticófila, da galicófoba e congéneres. Se os nossos ginasiais aprendessem o vernáculo por artinha tão elegante — porque não escrever a palavra — tão inteligente como a que se contém, des-

pretenciosamente, nas páginas da Introdução aos *Paladinos da Linguagem*, último volume aparecido da Antologia Portuguesa, como saïriam despachados mestres no idioma! É da ordem natural, que nós, homens, só entremos voluntàriamente na essência das coisas, quando a superfície delas nos atrai. A superfície da língua portuguesa tem sido até hoje, no conceito pedagógico, a escamosa gramática. ¿Que muito é, pois, que a desprezemos?

O sr. Agostinho de Campos, professor consumado, mostra, com a experiência adquirida em longas práticas, ser o conhecimento da linguagem mais fruto das aturadas leituras que da complicada doutrina. Não será com uma lista de galicismos e um dicionário de sinónimos, que chegaremos a aprontar um escritor. As regras fundamentais da linguagem estão no trato quotidiano do bom falar e do bom escrever; ou, melhor, as regras do bom falar e do bom escrever, nasce com elas o artista, morre sem elas o inábil artesão. Sòmente, porém, um espirito ágil, como o do sr. Agostinho de Campos, se revelaria tão liberal em face das caturrices gramaticoides. ¿Qual o mestre que teria a coragem de ensinar pintura aos seus aprendizes, apartado da natureza, em prelecções e teorias duras e inflexíveis? Se, para representar um crepúsculo, fôsse mester apenas misturar os tons cinzentos, roxos, lilazes e dourados, todos seríamos pintores, mesmo que nunca tivéssemos apreciado um pôr de sol. E é, afinal, a isso, que se reduz o ensinamento oficial do vernáculo. Basta escrevermos correctamente mal o idioma, para que nos consideremos autores de alto quilate.

O mérito da Antologia em questão é, pois, o de, vulgarizando os modelos excelentes, despertar nos leitores de hoje o gôsto do estilo sòbrio e limpo, o amor ao formoso instrumento que nos herdaram os Latinos. Nos «Paladinos da Linguagem», reüniu o sr. Agostinho de Campos uma selecta dos melhores antigos e modernos escritores, que louvaram a perfeição e as belezas das nossas vozes maternas. Lá estão os mais celebrados, desde D. Duarte

a Bilac. Teve o organizador dessas páginas o escrúpulo de mostrar mais a índole dos autores, que, pròpriamente, os preconceitos dêles. Vemos, ali, Fernão de Oliveira, prègando os primeiros cânones da língua, com largueza tal, que já aconselhava o expurgo das dições obsoletas, por muito aborrecidas e dissonantes nas orelhas de nossos tempos e homens. Pena é que a raça dos Fernão Dias minguasse tanto, nas horas que correm... Vemos, ali, também, Camilo, investindo com os «castiços veteranos, adidos ao paládio dos quinhentistas»; Machado de Assis sorrindo, entre piedoso e mordaz, aos cataglotistas das letras; Bilac, elogiando num soneto serêno as doçuras do nosso falar.

¡Que subtil, que substanciosa lição nos dá êsse volume da Antologia Portuguesa! Como, ante exemplos de tanto cabedal, se destramam os laços com que a grei dos críticos sem mira e dos falsos gramtáicos sem finura costuma enlear o pé mal seguro dos principiantes ingénuos. Diz um provérbio russo, que uma boa acção traz um riso honesto. Como deve estar rindo o sr. Agostinho de Campos, na intimidade do seu coração...

Dr. Ronald de Carvalho (*O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1921).

*

* *

«...É mais difícil discorrer dos vivos do que dos mortos, máxime num pequeno horto como o nosso, onde rareia o trabalhador, mas superabunda o poeta que o visiona em jardim, quando não o farfalhudo que de tudo sabe discretear. Ao dr. Agostinho de Campos não faltam, dos competentes, os estímulos e aplausos que a sua obra impõe sem favor, nem das autoridades o relêvo ao incontestado benefício da gigantêa emprêsa que, dia a dia, a sua inteligência e amor executam com agradável perfeição.

Conheci, estudante, o nome simpático dêste ho-

mem, que creio bom e justo, ligado ao do lúcido e carinhoso Alberto d'Oliveira, com a publicação das *Mil Trovas*; fui seguindo a sua obra, depois, naturalmente cativo dos seus úteis, sinceros, honestíssimos e, ó maravilha! sensatos ensinamentos (*Educação e Ensino; Europa em guerra; Casa de País, Escola de Filhos; Jardim da Europa; Educar*). E sempre, no livro como no jornal, na política tanto como no professorado, vencedor ou vencido, na Direcção Geral, que tomou a sério, ou simples estudioso, Agostinho de Campos se mostrava norteado pelo são intuito de contribuir com o talento do seu espírito e com o ideal da sua alma, com o seu claro raciocínio e fria—porque serenamente reflectida—mas amantíssima dedicação, para o alevantamento das novas gerações, hesitantes, atónitas de incerteza, envenenadas de fanatismo, palavrório e mentira, na idade mais ingrata, e no século amoral, dinheirático e crassamente pervertido.

...Não percamos o passo antes de — por mais pobre que seja a referência tem acentuado cunho de sinceridade a aquilatá-la — consignarmos o subido valor de tam patriótica e bem-fazeja iniciativa, para quantos se interessam pelas nossas honrosas tradições literárias, ou se dedicam à sua valiosíssima lição; e o esclarecido critério, eminentemente educativo, a superior cultura, com que é dirigida pelo professor ilustre, o sr. Agostinho de Campos...

...A *Antologia Portuguesa* é como um novo curso de bom mestre a um discipulado mais vasto. Sejamos francos: a empanturração scientífica trazia-nos arredados do humanismo. À porta da aula de português ou de latim o nosso vaidoso estudantismo encolhia os ombros e bocejava, remoía-se da grandíssima estopada. Dizíamos, de outiva, lindas suavidades aos Clássicos; mas, face a face, pela calada do estudo, atirávamos-lhes nomes irreverentes, chascosos.

Lucena — sim, êsse mostrengo do Lucena! — ¿quem o aturaria, com a sua *Vida do Padre Fran-*

cisco de Xavier, senão por desfastio de convalescença, na entrevação de emplasmos e boticas, meio adormecido nas almofadas, ou de caturreira nas eternas seroadas do inverno provinciano?

Agostinho de Campos apresenta-o com tal jeito, que o mais trombudo livre-pensador se esquece do jesuíta, admira o homem e se deixa seduzir da sua narrativa. E a leitura aproveita como lição da língua, como elemento de história, mesmo como interessante informe do movimento religioso.

Obra patriótica, muito oportuna, inteligentemente coordenada, e de valiosíssimos proveitos no futuro...

Os juízos preconcebidos, a leitura automática, a análise dogmatizada em meia dúzia de axiomas, velhos e rançosos como a própria forma usual de interpretar os Clássicos, desaparecem com a lição excelente não só do próprio texto, aproximado, sem deturpação, da moderna linguagem, mas também dos estudos, minuciosos, claros, feitos com saber, ironia e aprumo, relativos à vida dos autores, e dizendo-nos o meio em que viveram, os seus predecessores e herdeiros espirituais, a natureza e regras do seu estilo.

Assim *Fernão Lopes* nos aparece outro do cliché gasto e sabido; e, atendendo aos esforços dos *Paladinos da Linguagem*, se afervora o nosso amor à velha casa por onde vagueiam hoje ainda, em noites de velada do espírito, do coração ou da consciência, as almas nobres dos antigos solarengos, êsses que deram lustre e nome ao nosso pobrito e amado lar natal.

DR. EDUARDO D'ALMEIDA (*Revista de Guimarães*, vol. XXXI, n.º 4, Outubro, 1921).

*

* *

Antologia Portuguesa organizada por Agostinho de Campos (Livrarias Aillaud & Bertrand

Lisboa, 1921). É uma nova colecção, composta especialmente de reïmpressões de Clássicos portugueses, que se está publicando aos volumes e se destina a preencher algumas das muitas lacunas da lista dos Clàssicos de fácil aquisição. Tem êste empreendimento o sincero aplauso do Ministério português da Instrução Pública e é digno de todo os aplausos. Temos presentes três volumes, dois dos quais conteem selecções da *Vida do Padre Francisco de Xavier*, de João de Lucena, sendo o primeiro antecedido de uma substanciosa notícia biográfica e crítica, ao passo que a Introdução ao segundo, em cêrca de sessenta páginas, se ocupa dominantemente do estilo de Lucena. Temos, além dêstes, um volume de breves selecções de escritores portugueses, referentes ao seu próprio idioma, e atractivamente intituladas de *Paladinos da Linguagem*. Êste livro é também precedido de valiosa Introdução sôbre o objecto da antologia; e, se os trechos escolhidos se apresentam demasiado breves, defeito será êste quási inevitável, num pequeno volume que procura abranger todo o curso da literatura portuguesa, relativamente a tal assunto, desde que D. Duarte, rei de Portugal, escreveu, no começo do século XV, *da maneira para bem tornar alguma leitura em nossa linguagem*. Compreende-se o objectivo dêste livro, mediante um simples relance de olhos ao Índice, que fecha com nomes como os de Gonçalves Viana, Adolfo Coelho, José Veríssimo, Epifânio Dias, Olavo Bilac, todos mortos desde o princípio da Guerra. Vemos que entre os volumes em vésperas de publicação, com os quais a série atingirá o número de vinte, se conta um intitulado *Camões Lírico* e um volume de Eça de Queiroz.

(*Bulletin of the Modern Humanities Research Association*, n.º 13, Janeiro de 1922, Cambridge, Inglaterra).

Livrarias AILLAUD e BERTRAND

LISBOA—73, Rua Garrett, 75

ANTOLOGIA PORTUGUESA

ORGANIZADA PELO

Dr. Agostinho de Campos

Sócio correspondente da Academia das Sciências de Lisboa

A série da **ANTOLOGIA PORTUGUESA**, *que virá a constar de uns trinta volumes, pelo menos, não será apresentada ao público com numeração editorial. Cada possuidor a ordenará como entenda, ou cronológicamente, ou por poetas e prosadores, segundo o seu critério e vontade.*

VOLUMES PUBLICADOS:

Manoel Bernardes, dois volumes.
Alexandre Herculano, 1.º volume.
Frei Luís de Sousa, 1.º volume.
Barros, 1.º volume.
Guerra Junqueiro, verso e prosa, um volume.
Trancoso, um volume.
Paladinos da linguagem, dois volumes.
Fernão Lopes, três volumes.
Lucena, dois volumes.

EM PREPARAÇÃO:

Eça de Queiroz, Camões lírico, António Vieira, Augusto Gil, Antero de Figueiredo, etc.

403751
LaPor.Gr
P1535 Paladinos da linguagem. Vol.2.

University of Toronto
Library

DO NOT
REMOVE
THE
CARD
FROM
THIS
POCKET

Acme Library Card Pocket
LOWE-MARTIN CO. LIMITED